

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

MANUELLA MAIA RIBEIRO

As relações entre Governo e Sociedade Civil através da Web:

Modelos de Relacionamento na Esfera Pública Virtual

SÃO PAULO

2012

MANUELLA MAIA RIBEIRO

As relações entre Governo e Sociedade Civil através da Web:

Modelos de Relacionamento na Esfera Pública Virtual

Dissertação apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para a obtenção do título de mestre em Administração Pública e Governo.

Linha de Pesquisa:

Governo e Sociedade Civil em Contexto Subnacional

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Henrique Diniz

SÃO PAULO

2012

RIBEIRO, Manuella Maia.

As Relações entre Governo e Sociedade Civil através da Web: Modelos de Relacionamento na Esfera Pública Virtual / Manuella Maia Ribeiro. - 2012.
170 f.

Orientador: Eduardo Henrique Diniz

Dissertação (CMAPG) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

1. Sociedade da informação - Brasil. 2. Internet (Redes de computação). 3. Democracia. 4. Sociedade civil - Brasil. I. Diniz, Eduardo Henrique. II. Dissertação (CMAPG) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. III. Título.

CDU 007

MANUELLA MAIA RIBEIRO

As relações entre Governo e Sociedade Civil através da Web:

Modelos de Relacionamento na Esfera Pública Virtual

Dissertação apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para a obtenção do título de mestre em Administração Pública e Governo.

Linha de Pesquisa:

Governo e Sociedade Civil em Contexto Subnacional

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Henrique Diniz

Data da aprovação

___/___/_____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Eduardo Diniz (FGV-SP)

Prof. Dr. Mário Aquino Alves (FGV-SP)

Prof. Dr. José Carlos Vaz (EACH-USP)

SÃO PAULO

2012

À Vó Glórinha (*in memoriam*).

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar a DEUS por ter dado sua benção durante todos os momentos da minha vida, em especial nos últimos anos, para que eu pudesse continuar meus estudos.

Aos meus pais, Márcia Pereira Maia Ribeiro e Paulo Roberto Ribeiro, e às minhas irmãs, Monica Maia Ribeiro e Marina Maia Ribeiro. Se não fosse o apoio das pessoas mais importantes da minha vida, em todos os sentidos, eu não teria conseguido realizar as minhas escolhas acadêmicas com tanto sucesso. Amo vocês!

Aos amigos que fizeram parte desta etapa da minha vida. Em especial: ao melhor companheiro de pesquisa, Ricardo Matheus, e as melhores colegas de apartamento, Raquel Nunes Endalécio, Rebeka Figueiredo da Guarda e Jussara Carvalho. Ao Mateus Catalani Pirani e Mariana Maia Ruivo por auxiliar na revisão e detalhes técnicos deste trabalho.

Ao Thiago Noce que sempre me ouviu nos momentos em que o medo apareceu e me ajudou a superá-los. Obrigada por tudo!

Aos colegas de mestrado por toda a paciência e alegria de poder compartilhar este momento com eles, especialmente, aos queridos Flávio Foguel, Fabiana Bento, Fabiano Angélico, Heber Rocha, Catarina Ianni, Ana Claudia Pedrosa, Luisa Guimarães, Fernanda Papa, Ana Paula Massonetto, Lya Porto, Sarah Faleiros e Nina Best.

A todos os professores com quem eu tive a honra de aprender e compartilhar conhecimentos nesses últimos dois anos: Kurt Von Mettenheim, Marta Farah, Maria Rita Loureiro, Marlei Pozzebon, Abrahão Laredo, Rafael Alcadipani, Marco Antonio Teixeira, Ana Cristina Martes e Peter Spink.

Aos entrevistados por terem contribuído de maneira inestimável com os resultados desta pesquisa: Henrique Parra Parra Filho e Rodrigo Bandeira Luna da Plataforma Cidade Democrática; aos participantes nos concursos na plataforma Cidade Democrática em Jundiaí e Várzea Paulista; aos entrevistados da Prefeitura de Jundiaí e Várzea Paulista, especialmente, ao Prefeito de Várzea Paulista e ao Secretário Municipal de Comunicação Social de Jundiaí; e, aos voluntários do Movimento Voto Consciente Jundiaí.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Eduardo Henrique Diniz, que além de ser um excelente mestre, teve que ser editor, orientador, psicólogo etc. Os seus ensinamentos ficarão em minha memória sempre e espero poder passá-los aos meus futuros orientandos. Obrigada mais uma vez!

Aos professores que compõem a Banca Examinadora, Professor Doutor Mário Aquino Alves (FGV-SP) e Professor Doutor José Carlos Vaz (EACH-USP), pela gentileza de aceitarem o convite e por todas as críticas e sugestões que são sempre bem-vindas para a melhoria da pesquisa.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pelo apoio financeiro ao longo do curso de mestrado.

A todas as pessoas, que por serem tantas não cabem neste espaço, mas estiveram ao meu lado em Santos e São Paulo: Muito obrigada!

A mente humana, uma vez ampliada por uma nova ideia, nunca mais volta a seu tamanho original.

Oliver Wendell Holmes

RESUMO

Recentemente o mundo assistiu diversas manifestações em países árabes sendo impulsionadas pelo uso de tecnologias inovadoras como redes sociais, com poder inclusive de derrubada de governos e a divulgação de dados secretos que constrangeram Estados através da comunidade internacional *Wikileaks*. A grande modificação da economia informacional em rede na esfera pública é disponibilizar ferramentas que permitem ao cidadão não ser passivo na busca pela informação, mas possa participar da construção da informação e com isso ser ativo no processo de fiscalizar e garantir um rumo democrático para seu país, estado ou cidade. O objetivo geral desta dissertação de mestrado é identificar as formas pelas quais a sociedade civil no Brasil através do uso da web participa da esfera pública interconectada. Proposta por Benkler (2006), o conceito de esfera pública interconectada modifica a definição original habermasiana de esfera pública, e busca novos entendimentos sobre ela a partir das possibilidades apresentadas pelas novas tecnologias interativas associadas à Internet, como blogs, páginas web e redes sociais. As etapas da construção desta pesquisa foram: 1) a construção de uma tipologia das formas pelas quais a sociedade civil pode utilizar a Web para se relacionar na esfera pública interconectada; 2) um estudo de caso de uma iniciativa brasileira de uso da Web que influenciou na construção de políticas públicas para averiguar no contexto real a relação dessas iniciativas com os governos e seu processo de tomada de decisão; 3) uma análise dos impactos das iniciativas na Internet na tomada de decisão dos governos a partir da adaptação do método de análise da participação política proposto por Fung (2006) denominado Cubo da Democracia. Os resultados da pesquisa demonstraram que já existem no Brasil iniciativas da sociedade civil que fazem parte da esfera pública interconectada. Além de classificar as iniciativas quanto sua origem (oriundas de organizações ou cidadãos), estas também foram classificadas conforme o grau de interatividade, desde aquelas que disponibilizavam informações sem nenhuma possibilidade de criação de conteúdo pelos cidadãos até aquelas que todo o conteúdo era gerado por qualquer um que desejasse participar.

Palavras-chave: Governo; Sociedade Civil; Sociedade da Informação; Democracia; E-democracia; Esfera Pública Virtual; Esfera Pública Interconectada; Tipologia.

ABSTRACT

Recently the world witnessed several demonstrations in Arabian countries being driven by the use of innovative technologies as social networks, including the power to overthrow governments and disclosure of secret data that compelled the international community of states through Wikileaks' site. The big change in the networked information economy in the public sphere is to provide tools that allow a citizen cannot be passive in the quest for information, but can participate in the construction of information and thus be active in the process of monitoring and ensuring a democratic course for his country, state or city. The main objective of the dissertation is to identify the ways in which civil society in Brazil, through the use of the web, participates of the networked public sphere. Proposed by Benkler (2006), the concept of networked public sphere modifies the definition of the original Habermasian public sphere, and seek new understandings about this concept from the possibilities presented by new Internet-related interactive technologies such as blogs, web pages, social networking and others. The steps of the construction of this research were: 1) typology construction of ways that civil society can use the Web to relate interconnected in the public sphere; 2) case study of Brazilian initiative to use the Web to influence the construction of public policies to determine the relationship in the real context of these initiatives with governments and their process of decision making; 3) an analysis of the impacts of initiatives on the Internet in decision-making of governments from adapting the method of analysis political participation proposed by Fung (2006) called Cube of Democracy for the case study. The research results showed that already exist civil society initiatives in Brazil that are part of interconnected public sphere. In addition to classifying the initiatives and their origin (originating organizations or citizens), it was also classified according to degree of interactivity of initiatives, from those who provide what information with no possibility of creation of content by users to those that all content was generated by any who wished to participate.

Keywords: Government; Civil Society; Information Society; Democracy; E-democracy; Virtual Public Sphere; Networked Public Sphere; Typology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo Multinível.....	91
Figura 2 – Linha do Tempo Cidade Democrática.....	124
Figura 3 – Linha do Tempo – Concurso Cidadonos.....	129
Figura 4 – Linha do Tempo – Concurso Várzea 2022 Digital.....	132

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Etapas da Metodologia.....	70
Quadro 2 – Dimensão Usuário.....	76
Quadro 3 – Dimensão Interatividade	80
Quadro 4 – Entrevistados relacionados ao Concurso Várzea 2022 Digital.....	87
Quadro 5 – Entrevistados relacionados ao Concurso Cidadonos.....	88
Quadro 6 – Entrevistados relacionados à Plataforma Cidade Democrática e o Portal Webcidadania	89
Quadro 7 – O modelo multinível.....	92
Quadro 8 – Mecanismos de Seleção de Participantes.....	94
Quadro 9 – Mecanismos de comunicação e decisão.....	95
Quadro 10 – Mecanismos de autoridade e poder.....	96
Quadro 11 – Análise dos concursos digitais a partir dos modelo multinível (POZZEBON, DINIZ & JAYO, 2009) e cubo da democracia (FUNG, 2006).....	97
Quadro 12 – Iniciativas brasileiras de uso da Web para com origem em organizações e interatividade básica.....	102
Quadro 13 – Iniciativas brasileiras de uso da Web que permite alguma criação de conteúdo pelo usuário com origem em organizações.....	104
Quadro 14 – Iniciativas brasileiras de uso da Web com origem em organizações e interatividade avançada.....	107
Quadro 15 – Iniciativas brasileiras de uso da Web com origem em cidadãos e interatividade básica.....	110
Quadro 16 – Iniciativas brasileiras de uso da Web com origem em cidadãos e interatividade intermediária	111
Quadro 17 – Iniciativas brasileiras de uso da Web com origem em cidadãos e interatividade avançada	112
Quadro 18 – Iniciativas brasileiras de uso da Web com origem em cidadãos e interatividade avançada	114
Quadro 19 – Premiados Concurso Cidadonos.....	128
Quadro 20 – Premiados Concurso Várzea 2022 Digital.....	132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Definição: Modos de Produção x Modos de Desenvolvimento.....	34
Tabela 2 – Áreas de atuação de usos das TICs pelos governos.....	51
Tabela 3 – Características da comunicação em rede e dos meios de comunicação em massa.....	65
Tabela 4 – Diferenças entre tipologia e taxonomia.....	72
Tabela 5 – Formas de relacionamento entre governo e sociedade civil através da Web.....	74
Tabela 6 – Classificações da Plataforma Cidade Democrática na literatura.....	119

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO.....	14
1.1 MOTIVAÇÃO.....	14
1.2 TEMA E JUSTIFICATIVA.....	21
1.3 PROBLEMA E OBJETIVOS.....	29
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	30
CAPÍTULO 2 - REFERENCIAL TEÓRICO.....	32
2.1 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: A EMERGÊNCIA DA ERA INFORMACIONAL	32
2.2 DEMOCRACIA E INTERNET.....	39
2.2.1 Visões de E-democracia.....	46
2.3 SOCIEDADE CIVIL E INTERNET.....	53
2.4 ESFERA PÚBLICA VIRTUAL.....	59
2.5 QUADRO TEÓRICO E CONCEITUAL DE REFERÊNCIA.....	66
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA	69
3.1 MÉTODO E TÉCNICAS: ETAPA 1 – TIPOLOGIA DOS MODELOS DE RELACIONAMENTO NA ESFERA PÚBLICA VIRTUAL.....	70
3.2 MÉTODO E TÉCNICAS: ETAPA 2 – ESTUDO DE CASO DA PLATAFORMA CIDADE DEMOCRÁTICA	84
3.3 MÉTODO E TÉCNICAS: ETAPA 3 – ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE PROPOSTAS DA SOCIEDADE CIVIL VIA WEB E O IMPACTO NA TOMADA DE DECISÃO DOS GOVERNANTES.....	89
CAPÍTULO 4 - INICIATIVAS DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL: O SITE WEBCIDADANIA	98
4.1 RESULTADOS DA OBSERVAÇÃO ESTRUTURADA.....	100
4.1.1 Categoria 1- Usuário de Organização e Interatividade Básica.....	100
4.1.2 Categoria 2 – Organização e Interatividade Intermediária.....	103
4.1.3 Categoria 3 – Organização e Interatividade Avançada.....	105
4.1.4 Categoria 4 – Cidadão e Interatividade Básica.....	108
4.1.5 Categoria 5 – Cidadão e Interatividade Intermediária.....	110
4.1.6 Categoria 6 – Cidadão e Interatividade Avançada.....	111

4.1.7 Observações	113
4.2 AS INICIATIVAS BRASILEIRAS DE USO DA WEB PARA A CONSOLIDAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA.....	114
CAPÍTULO 5 - ESTUDO DE CASO: CIDADE DEMOCRÁTICA	117
5.1 DESCRIÇÃO	117
5.2 CONCURSO CIDADONOS – MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ	124
5.3 CONCURSO VÁRZEA 2022 DIGITAL -MUNICÍPIO DE VÁRZEA PAULISTA.....	129
5.4 CLASSIFICAÇÃO DAS INICIATIVAS NO CUBO DA DEMOCRACIA.....	133
5.4.1 Quem participa?.....	133
5.4.2 Como os participantes comunicam entre si e tomam decisões conjuntamente?.....	135
5.4.3 Como as discussões estão ligadas com as ações políticas?.....	137
5.5 INICIATIVAS DIGITAIS E GOVERNOS	139
CAPÍTULO 6 - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	142
CAPÍTULO 7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
7.1 Contribuições teóricas e práticas.....	147
7.2 Limitações da pesquisa.....	148
7.3 Pesquisas Futuras	149
CAPÍTULO 8 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	151
ANEXOS.....	163
ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	163
Governos	163
Gestores do Concurso e Plataforma Democrática	165
Participantes dos Concursos – Gestores Públicos	165
Participantes dos Concursos – Organizações da Sociedade Civil	167
Participantes dos Concursos – Parlamentar.....	168
Participantes dos Concursos – Cidadão	169

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

A mídia do século XXI é caracterizada por uma possibilidade de expressão pública, de interconexão sem fronteiras e de acesso à informação sem precedente na história humana. (...) Usando plenamente os novos canais de comunicação, a campanha vitoriosa de Obama em 2008 mostrou em que mídia se ganhava doravante a opinião pública. Wikileaks e seus similares tornaram-se grandes atores no mundo do jogo político e diplomático. As revoltas árabes de 2010-2011 foram organizadas online via Facebook e Twitter e os seus atores tinham todos em mão um smartphone que gravava e transmitia os eventos em que participavam em tempo real. Isolado em minha cabana no Canadá, eu leio diariamente os títulos de dezenas de jornais e blogs do mundo inteiro, e a cada dia, recebo centenas de tweets que me informam dos meus temas de interesses favoritos.

(LEVY, Piérre, 2011, p.43)

1.1 MOTIVAÇÃO

Mais de 1000 relatos sobre irregularidades nas eleições foram enviados por cidadãos na plataforma online Eleitor 2010, criada por voluntários para monitorar as eleições brasileiras de outubro de 2010. Na China, mesmo com o monitoramento da Internet pelo Estado, diversos cidadãos burlam as proibições para garantir transparência por meio do site criado para investigar a identidade dos estudantes mortos no terremoto ocorrido em maio de 2008, já que o governo chinês se nega a divulgação do nome das vítimas. Com a rede social Cidade Democrática, o movimento Voto Consciente Jundiaí discutiu e aprovou uma agenda cidadã em 2010 com 12 ações apresentadas ao Poder Público municipal e já garantiu verbas na Câmara Municipal para a construção de 25 km de ciclovias na cidade, que era uma das ações propostas na agenda. Na Índia foi criado um site colaborativo para receber denúncias de pagamento de propinas para agentes públicos.

Esses são alguns exemplos de uso da Internet pela sociedade civil disponíveis no site da Rede *Technology for Transparency*¹, iniciativa criada pela ONG internacional *Global Voices* com o objetivo de mapear experiências cidadãs de uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs)² para a promoção de transparência, *accountability* e engajamento cívico.

¹ Disponível em: <http://transparency.globalvoicesonline.org/>. Acesso em: 05. JUN. 2011.

² Tecnologias da informação e comunicação, conhecidas como TICs, são termos para “englobar o espectro em rápida expansão de equipamentos (computadores, dispositivos de armazenagem de dados, redes e dispositivos de comunicação), aplicações em serviços (por exemplo, computação de usuário final, atendimento ao usuário, desenvolvimento de aplicações) utilizado pelas organizações para fornecer dados, informações e conhecimento” (LUFTMAN et al apud LAURINDO, 2002). Por tecnologia de informação não se entende apenas por

Recentemente o mundo assistiu diversas manifestações em países árabes sendo impulsionadas pelo uso de tecnologias inovadoras como redes sociais, com poder inclusive de derrubada de governos e a divulgação de dados secretos que constrangeram Estados através da comunidade internacional *Wikileaks*.

A participação da autora desta dissertação de mestrado no projeto da Rede *Technology for Transparency* e a emergência de diversos casos no Brasil e no mundo de uso das novas tecnologias, principalmente a Web³, por cidadãos e organizações da sociedade civil para combater à corrupção, pressionar por transparência ou exigir participação nas decisões sobre leis e políticas públicas chamou a atenção para realizar um estudo sobre as formas pelas quais essas tecnologias modificam a relação entre governo⁴ e sociedade civil no contexto democrático, ou seja, como mudam a interação e a comunicação entre eles. A partir da revisão de literatura, foi percebida uma relação entre as teorias de democracia e as teorias da sociedade civil relacionando-as ao termo esfera pública virtual.

A disseminação do uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) pela Administração Pública e pelos cidadãos propiciou o desenvolvimento de um espaço virtual na relação entre governo e sociedade. Em outras palavras, um novo campo de disputas e conflito social foi estabelecido, com possibilidades de ampliação da participação cidadã, do engajamento cívico e do controle social sobre as atividades governamentais através do uso destas tecnologias (LOGOLINK, 2010).

O objeto desta pesquisa é o “espaço virtual” de relação entre governo e sociedade civil que envolve a comunicação entre eles para a melhoria dos processos democráticos. Este espaço tem sido denominado “e-democracia”⁵ (PEIXOTO, 2009; CUNHA, 2005). A priori, e-democracia pode ser definida como “(...) uma tentativa de praticar democracia sem limites

computador e Internet, que são os principais meios, mas também celulares, palms, e até mesmo a televisão. Neste estudo, o foco será a Web.

³ Para fins deste estudo, a Web será entendida como uma metáfora para comunicação digital em rede de modo geral e poderá ser denominada também Internet (DALHERG & SIAPERA, 2007, p. 14).

⁴ Os termos Governo, Administração Pública, Poder Público, Setor Público, Esfera Estatal e Esfera Política são utilizados como sinônimos nesta pesquisa para designar a esfera do poder público. Habermas (2003) define a esfera do poder público como a atividade estatal (p. 32).

⁵ Também pode ser denominada: democracia eletrônica (CHADWICK, 2003; KESKINEN, 2004; AZEVEDO, 2006; PEIXOTO & WEGENAST, 2010); ciberdemocracia (POSTER, 1995; LEVY, 2003; MARQUES, 2004); democracia digital (MAIA, 2001; GOMES, 2005; FUCHS, 2008); democracia virtual (VAN DIJK, 2000); entre outras. Por vezes, os termos são usados simultaneamente em um mesmo trabalho como sinônimos. Azevedo (2006), por exemplo, utiliza tanto o termo e-democracia quanto democracia eletrônica e ciberdemocracia em sua pesquisa.

de tempo, lugar ou outras condições físicas, usando tecnologias da informação e comunicação (TICs) ou comunicação mediada por computadores (CMC)” (VAN DIJK, 2000, p. 1, tradução nossa).

No conceito de e-democracia, a parte referente ao uso das tecnologias é fácil de compreender. Entretanto, tanto quanto há diferentes concepções sobre o significado de democracia (DIJK, 2000; HELD, 2006), também é possível afirmar que há diferentes entendimentos sobre o que vem a ser democracia digital. Portanto, existem diferentes modelos de e-democracia apoiados nas mais diversas teorias democráticas contemporâneas.

Sem extinguir as discussões que envolvem o conceito de democracia, um dos debates que envolvem sua definição é a divergência entre os teóricos defensores da democracia direta e da democracia representativa. Para o primeiro grupo, as TICs seriam responsáveis por uma revolução nos modelos democráticos que conhecemos, pois permitiriam que as pessoas participassem de qualquer lugar e sobre qualquer assunto desde que tivessem acesso a um computador conectado a rede, ou seja, seria possível concretizar a democracia direta⁶ (PEIXOTO, 2009).

Nesta perspectiva, a democracia representativa seria a segunda melhor opção pela impossibilidade de todos deliberarem sobre a *res publica*, pois na sociedade contemporânea caracterizada pelas massas seria impossível todos participarem. Portanto, com a revolução tecnológica os cidadãos poderiam decidir mais facilmente na deliberação dos assuntos públicos e as dificuldades para se concretizar a democracia direta seriam superadas.

Contudo, o contexto de adoção pelos Estados destas possibilidades revolucionárias defendidas pelos defensores da democracia direta ainda é praticamente nula, ou seja, apesar das possibilidades de adotar a tecnologia para um relacionamento constante com os cidadãos na tomada de decisão, os governos ainda não modificaram suas estruturas representativas para revolucionar o uso da Internet nos processos políticos (CHADWICK, 2003; DALHBERG & SIAPERA, 2007; PINHO, 2008). Portanto, a priori, as previsões desses teóricos não se concretizaram até o momento, mesmo com a existência de tecnologias que permitiriam realizar tais mudanças.

⁶ “(...) um sistema de tomada de decisões sobre assuntos públicos no qual os cidadãos estão diretamente envolvidos” (HELD, 2006, p. 4).

Faria (2011) ressalta que as potencialidades das TICs estão sendo, no máximo, utilizadas para complementar as estruturas democráticas já existentes. Portanto, apesar das mudanças revolucionárias do uso das tecnologias não estarem presentes no atual momento, o conceito de e-democracia está sendo apresentado por diversos teóricos no sentido de analisar a relação e as possibilidades entre a Web e a Política (BRAGA & CHAIA, 2009).

Pinho (2011) apresenta dois ramos de análise no uso das tecnologias na política: 1) a partir do Estado; e, 2) a partir da Sociedade. Os estudos do Estado são realizados “(...) por meio de suas estruturas e como estas se adaptam à utilização da Internet, no sentido de promover a participação, interatividade, transparência e democratização de processo” (PINHO, 2011, p. 98). Enquanto, os estudos a partir das iniciativas da sociedade têm por fim analisar “(...) seus movimentos no sentido de atuação política e suas interações com o Estado exercendo um juízo crítico e participativo” (PINHO, 2011, p. 98). Dentre estas duas possibilidades de análise, foi escolhido investigar as iniciativas da sociedade civil devido à lacuna na literatura de Administração Pública sobre como tais iniciativas podem influenciar na ação do Poder Público através da atuação política dos cidadãos com o uso das TICs.

Apesar de ser possível encontrar literatura sobre as experiências brasileiras promovidas por entes governamentais tais quais os estudos sobre Orçamento Participativo Digital (SAMPAIO, 2010; PEIXOTO, 2009; PESSI, 2003) e Portais de Transparência (PRADO, 2009; RIBEIRO, 2009; RIBEIRO, 2008) bem como os diferentes tipos de uso da Internet pelos governos para melhorar a relação com os cidadãos (MARQUES, 2009; PINHO, 2008; SILVA, 2005), ainda são escassos os estudos que analisem as possibilidades de uso da Internet pela sociedade civil⁷, ou seja, as iniciativas dos cidadãos que tem como foco pressionar os governos para garantir maior acesso às informações públicas; propor leis e políticas públicas; opinar sobre a Administração Pública; controlar o governo; entre outros. Essas iniciativas já existem e podem ser de diversos tipos conforme apresentado no texto de Ribeiro & Diniz (2011) que apresentaram iniciativas da sociedade civil que buscam impactar nas decisões da esfera política através da web.

⁷ No campo da Administração Pública no Brasil, ainda é raro encontrar trabalhos que analisem a influência das iniciativas uso das TICs pelos cidadãos nos governos. Em outros campos como o da ciência da comunicação, informação e ciência política já existem trabalhos sobre temas correlatos como ciberativismo (RIVELLO & PIMENTA, 2008; CAVALCANTE, 2010; BORGES & JAMBEIRO, 2010) e movimentos sociais e TICs (BRAGA & NEVES JÚNIOR, 2007; CAPUTO, 2008). Um dos poucos exemplos que analisam essas iniciativas, ainda que preliminarmente, são os trabalhos de Pinho (2008; 2008b; 2011) do Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e de SILVA & CARREIRO (2011), do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Dentre as questões que envolvem as democracias contemporâneas e a sociedade civil, está o desenvolvimento da noção de esfera pública virtual. Uma das possibilidades apresentadas pela literatura está o potencial das TICs na revitalização e mudança da esfera pública. Grosso modo, o conceito de esfera pública virtual designa a relação entre governo e sociedade civil através de web, denotando as possibilidades dos cidadãos influenciarem na Administração Pública por meio deste canal eletrônico.

Para os autores, este conceito se situa entre as possibilidades ou não da maior participação da sociedade na esfera política através do uso dos TICs, no entanto, também há divergências no entendimento sobre o que vem a ser a esfera pública virtual.

Apesar da inexistência de um conceito definitivo sobre o que seria a esfera pública virtual, será utilizado o conceito proposto por Yochai Benkler (2006) no livro “*The Wealth of Networks*”, que define *networked public sphere* (ou esfera pública interconectada⁸) como as possibilidades que as novas plataformas tecnológicas permitem aos indivíduos que não sejam apenas passivos à informação, ou seja, a sociedade civil pode se tornar um participante mais engajado no debate através das suas observações. O autor também define a esfera pública como o “(...) quadro de práticas que os membros da sociedade usam para comunicar questões que eles entendem ser de interesse público e que potencialmente requer uma ação ou reconhecimento coletivos” (p. 177). Estes conceitos propostos por Benkler (2006) serão os adotados nesta pesquisa.

Este conceito pressupõe que os cidadãos não precisam mais se basear apenas nos meios de comunicação de massa para contribuírem, controlarem ou participarem nas questões da Administração Pública, ou seja, se comunicarem com a esfera do Poder Público, pois a mídia é, muitas vezes, cooptada por grupos econômicos ou dominada por governos autoritários.

Com as novas tecnologias, os cidadãos não são apenas receptores da informação produzida por outros (governos ou mídia de massa), mas também podem produzir seu próprio conteúdo através das novas mídias digitais e influenciar nas decisões das diferentes instituições políticas. Além disso, os cidadãos também poderiam trabalhar colaborativamente

⁸ Tradução adotada por Silva (2010) e Silveira (2009). Faria (2011) adota como tradução o termo esfera pública em rede.

com a Administração Pública. Portanto, nessa pesquisa serão ressaltadas as mudanças que a esfera pública interconectada pode realizar na Administração Pública, em especial no Brasil.

Foi escolhida a teoria de Benkler (2006) porque ela se propõe a redefinir o conceito de esfera pública a partir do pressuposto da emergência da sociedade em rede no mundo contemporâneo. A centralidade da informação e a disseminação das tecnologias da informação e comunicação (TICs) nesta era é um dos pressupostos teóricos desse estudo.

Nesse contexto, já existem iniciativas que demonstram a ação da sociedade civil para influenciar em governos e agir colaborativamente com eles. Analisando exemplos de uso das TICs no mundo pela sociedade para influenciar nos Estados contemporâneos, recentemente ocorreram diversas manifestações em países do Oriente Médio sendo impulsionadas pelo uso das TICs e parcerias colaborativas entre governo e sociedade como *Open Government Partnership*⁹, reunião de diversos países e organizações da sociedade civil em prol da implementação de governos abertos que tem entre seus objetivos melhorar a governança e a capacidade dos governos através do uso das novas tecnologias.

No Brasil, as possibilidades de participação do cidadão na esfera política têm sido abertas tanto por iniciativas governamentais quanto da sociedade civil. É preciso destacar que nos últimos anos a Administração Pública em todos os níveis e poderes no Brasil tem desenvolvido programas e iniciativas de implementação de TICs em diversas áreas para se relacionar e permitir que a sociedade conheça e participe de suas decisões.

Entre os exemplos do setor público, podemos citar o Portal da Transparência do Governo Federal¹⁰; o Orçamento Participativo Digital¹¹ da Prefeitura de Recife; as Consultas Públicas Online¹² da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); o Portal E-democracia¹³ da Câmara dos Deputados; o Portal do Cidadão¹⁴ do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso (TCE-MT); o Portal Governo Aberto SP¹⁵ do Governo do Estado de São Paulo, entre outros.

⁹ Disponível em: <http://www.opengovpartnership.org/>. Acesso em: 01. AGO. 2011.

¹⁰ Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/>. Acesso em: 04. MAI. 2011.

¹¹ Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/op/passos2.php>. Acesso em: 04. MAI. 2011.

¹² Disponível em: <http://sistemas.anatel.gov.br/SACP/>. Acesso em: 04. MAI. 2011.

¹³ Disponível em: <http://edemocracia.camara.gov.br/>. Acesso em: 04. MAI. 2011.

Disponível em: <http://www.tce.mt.gov.br/cidadao>. Acesso em: 04. MAI. 2011.

¹⁵ Disponível em: <http://www.governoaberto.sp.gov.br/view/>. Acesso em 04. MAI. 2011.

Iniciativas da sociedade civil no Brasil também podem ser listadas, como a rede social Cidade Democrática¹⁶; a plataforma de denúncia colaborativa Eleitor 2010¹⁷; o projeto Adote um Vereador¹⁸, que incentiva os cidadãos a criarem um blog para fiscalizar um vereador de seu município. Outro exemplo é o site Webcidadania¹⁹, que agrupa iniciativas criadas por cidadãos e organizações da sociedade civil para promover controle social, transparência e participação nos governos através da Internet.

Tendo como base essas possíveis mudanças que o uso das TICs, em especial, a web, pode realizar nas relações entre governo e cidadão e nos próprios processos democráticos, especialmente nas formas com que a sociedade civil pode se comunicar com a Administração Pública, bem como a limitação da literatura quanto a análise de iniciativas da sociedade civil de uso da web para promover transparência, controle social e participação na Administração Pública, foi definida como recorte do problema a seguinte questão: “De quais formas a sociedade civil no Brasil se relaciona na esfera pública interconectada?”.

O objetivo geral da dissertação de mestrado é identificar as formas pelas quais a sociedade civil no Brasil, através do uso da web, se relaciona na esfera pública interconectada. Portanto, a pesquisa se delimitará as iniciativas que a sociedade civil no Brasil pode utilizar a Internet no sentido de influenciar a esfera estatal.

Para isso, as etapas da construção desta pesquisa foram:

- 1) A construção de uma tipologia das formas pelas quais a sociedade civil pode utilizar a Web para se relacionar na esfera pública interconectada que foi denominada “Modelos de Relacionamento na Esfera Pública Virtual”;
- 2) Um estudo de caso de uma iniciativa brasileira de uso da Web que influenciou na construção de políticas públicas para averiguar no contexto real a relação dessas iniciativas com os governos e seu processo de tomada de decisão;

¹⁶ Disponível em: <http://www.cidadedemocratica.org.br/>. Acesso em: 04. MAI. 2011.

¹⁷ Disponível em: <http://eleitor2010.com/>. Acesso em: 04. MAI. 2011.

¹⁸ Disponível em: http://vereadores.wikia.com/wiki/P%C3%A1gina_principal. Acesso em: 04. MAI. 2011.

¹⁹ Disponível em: <http://webcidadania.org.br>. Acesso em: 04. MAI. 2011.

3) Uma análise dos impactos das iniciativas na Internet na tomada de decisão dos governos a partir da adaptação do método de análise da participação política proposto por Fung (2006) denominado Cubo da Democracia.

1.2 TEMA E JUSTIFICATIVA

O tema abordado neste trabalho será **Democracia e Esfera Pública Virtual**. Apesar de não ser nova a ideia de uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) para a melhoria do processo político, desde a década de 90 com o barateamento e difusão das novas tecnologias, especialmente a Internet, diversas expectativas foram criadas no sentido de utilizar as possibilidades proporcionadas por estas para a melhoria da democracia (PEIXOTO, 2009).

E-democracia, em sentido amplo, pode ser entendida como o uso das TICs nos processos democráticos. Esse conceito é o adotado, por exemplo, pela UNESCO (*United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization*) (UNESCO apud Cunha, 2005).

Além do interesse da literatura internacional e brasileira (CHADWICK, 2003; NICHOLS & CURRAN, 2004; CUNHA, 2005; AZEVEDO, 2006; MARQUES, 2008; POLAT, 2009) sobre a temática de TICs e melhoria/fortalecimento dos processos democráticos, diversas iniciativas de uso da Internet para promover controle social, transparência e participação cidadã com foco na democratização estão sendo criadas por governos e pela sociedade civil.

Conforme apresentado acima, no Brasil, apenas nos sites do Governo Federal é possível encontrar iniciativas de: a) portais de transparência; b) portais de prestação de contas; c) consultas públicas; d) denúncias online; entre outros. No contexto subnacional também podem ser encontrados casos de uso das TICs no contexto democráticos como: a) portais de prestação de contas; b) portais de dados em formato aberto; c) orçamentos participativos digitais; entre outros.

Do lado da demanda, ou seja, da sociedade civil também já é possível encontrar uma série de iniciativas em que a web surge como principal ferramenta para propor leis ou políticas públicas; denunciar irregularidades; criticar o governo; criar novos modos de análise dos dados públicos; disponibilizar informações públicas em formato aberto; promover

petições online ou defesa de direitos ou causas; em suma, uma série ações da sociedade com o objetivo de melhorar a democracia, ou seja, proporcionar debates sobre temas públicos.

Portanto, entre os distintos modos que as novas tecnologias podem influenciar na Administração Pública existe, segundo a literatura, a possibilidade de transformar a relação entre governo e sociedade civil e proporcionar que a sociedade influencie nas ações da esfera política através da participação, do controle e até mesmo da colaboração entre eles para a construção de políticas públicas, leis e disponibilização de dados públicos.

Dentre as diversas formas que podem ser estudadas a relação entre a Democracia e a Esfera Pública Virtual, foi definida a delimitação do tema na análise da relação dos modelos de comunicação da sociedade civil através das TICs na esfera pública.

O potencial do uso das TICs como provocador de mudanças substantivas na democracia e na esfera pública é ressaltado pela literatura (LEVY, 2003; BENKLER, 2006; CASTELLS, 2008; LEMOS & LEVY, 2010).

Como Castells (2008) apresentou no livro “Sociedade em Rede”, a tecnologia da informação, especialmente após as mudanças históricas ocorridas no fim do século XX, penetra em todas as esferas da atividade humana, entre elas, na sociedade, na cultura e na economia. Uma das mudanças apresentadas também por outros autores como Benkler (2006) e Pinho (2008) enfatizam as possibilidades dos cidadãos modificarem sua relação com a Administração Pública a partir do uso das novas tecnologias, especialmente nas possibilidades de aprimoramento da democracia e revitalização da esfera pública.

Apesar do crescente número de iniciativas com uso das TICs em todo o mundo, ainda existem poucos estudos sobre os reais impactos destas no funcionamento do sistema político democrático (WELP, 2007). Ou seja, quanto a potencialidades do uso das TICs não faltam trabalhos científicos que apontem uma série de benefícios do uso dessas tecnologias na democracia como melhoria da transparência e da participação. Contudo, pesquisa sobre as iniciativas já realizadas ainda carecem de análises os seus impactos na relação entre governos e cidadãos.

No que tange a participação da sociedade via canais eletrônicos, por exemplo, ainda há poucos estudos sobre processos participativos, especialmente no Brasil, o que gera uma lacuna de conhecimento sobre tais possibilidades. A dificuldade de mensurar as implicações

desses projetos, seja devido ao fato de serem recentes, seja por sua complexidade inerente, pode explicar a inexistência de tais estudos.

Segundo Pinho (2008), a análise de portais dos Estados brasileiros permitiu concluir que estes governos não estão utilizando a Internet intensivamente para promover mudanças radicais nos processos democráticos. Portanto, outro motivo para poucos estudos sobre os impactos das TICs seria a falta de ação dos governos para adotar estratégias de e-democracia. Entretanto, diversas iniciativas surgiram depois da pesquisa de Pinho (2008) sobre os portais estaduais. Por exemplo, Bahia²⁰ e Espírito Santo²¹ já realizam discussões sobre Plano Plurianual através da web.

Já não é possível negar a emergência e a existência de iniciativas oriundas tanto do setor governamental, como os orçamentos participativos digitais e as consultas públicas online, quanto da sociedade civil no Brasil e no mundo, como sites com dados abertos e de denúncias, entre outros, que direcionam a Internet como instrumento para promover controle social e a transparência e aumentar a participação cidadã no contexto democrático.

Como o foco desta pesquisa são as iniciativas da sociedade civil, cabe apresentar alguns exemplos no Brasil e no mundo de uso das TICs para influenciar nos Estados contemporâneos:

- a) **Conflitos nos países árabes²²**: desde o final de 2010, o uso das TICs como arma da população para divulgação e articulação de protestos contra os governos ditatoriais e a luta pela adoção da democracia em alguns países do mundo árabe, que culminou na queda de alguns governantes como na Tunísia e no Egito, foram constantemente divulgados na mídia

²⁰ PPA Participativo – 2012-2015 (Bahia). Disponível em: <http://www.ppaparticipativo.ba.gov.br/>. Acesso em 02. AGO. 2011.

²¹ PPA Online – Orçamento 2012 (Espírito Santo). Disponível em: <http://www.ppaonline.es.gov.br/>. Acesso em: 02.AGO. 2011.

²² Cabe ressaltar que o uso massivo da Internet nesses conflitos foi apresentado especialmente pela mídia em reportagens do jornal *New York Times* e da revista *Wired* como a Revolução do Twitter ou a Revolução do Facebook (EVANGELISTA, 2011). Entre os trabalhos científicos, ainda não há um consenso se o papel da tecnologia foi preponderante nos resultados dos protestos (KYRIAKOPOULOU, 2011). Algumas opiniões enfatizam o papel da Internet como uma ferramenta usada para a mobilização e não como essencial aos protestos, ou seja, as TICs não seriam promotoras per si de revoluções (HARB, 2011; MEJIAS, 2011; YORK, 2011). Por outro lado, diversos autores reconhecem que as novas tecnologias geram mudanças na sociedade (KYRIAKOPOULOU, 2011). Para André Lemos (2011), não é possível descaracterizar a Internet e as redes sociais apenas como ferramentas e nem sequer retirar as pessoas da análise: “Não é uma revolução do Twitter, não é uma revolução do Facebook. Não é uma revolução sem Twitter, não é uma revolução sem Facebook. É uma revolução na qual as mídias e redes sociais se constituíram como actantes importante para a associação que a realizou” (p. 19).

(EVANGELISTA, 2011). Além dos protestos em si, foi ressaltado o uso de sites de redes de relacionamento²³ como *Facebook* e *Twitter* colocando-as como extremamente importantes para a realização dessas revoluções e divulgação dos acontecimentos desses países para o restante do mundo. Outra situação que trouxe à tona as possibilidades da Internet para protestar contra governos ditatoriais foi quando o chefe de Estado egípcio Hosni Mubarak bloqueou o acesso a ela por cinco dias mostrando a importância da rede mundial de computadores neste conflito (HARB, 2011).

- b) Wikileaks:** Outro exemplo que foi divulgado pela mídia, especialmente em 2010 com a divulgação de dados secretos sobre as guerras do Iraque e do Afeganistão em que os serviços militares e de inteligência dos Estados Unidos foram altamente criticados é o site *Wikileaks*. Segundo Bertot *et alli* (2010): “Wikileaks (www.wikileaks.org) é um site que permite aos usuários publicar anonimamente informações sigilosas. É essencialmente um wiki sem censura para denúncias” (p. 3, tradução nossa). O site foi criado em 2007 para revelar documentos confidenciais. Entre os documentos mais polêmicos revelados estão: informações sobre protocolos de detenção do Campo de Detenção da Baía de Guantánamo, prisão militar dos Estados Unidos; relatórios americanos sobre problemas na guerra do Iraque; relatórios da agência americana de inteligência sobre estratégias para reforçar o apoio público de países da Europa Ocidental à guerra do Afeganistão; entre outros (WIKILEAKS, 2011). O seu objetivo é garantir uma imprensa livre e combater a corrupção para garantir democracias mais fortes (WIKILEAKS, 2011).
- c) Campanha Ficha Limpa:** Para mobilizar ainda mais os grupos da sociedade e pressionar o Congresso Nacional a aprovar o projeto de uma lei de iniciativa popular, cujo objetivo era modificar a lei de inelegibilidade eleitoral, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) utilizou a mídia e a Internet. Durante todo o processo, o MCCE trabalhou para pautar a mídia e usou redes sociais como *Twitter* e *Facebook* e o site de petição online *Avaaz*²⁴. Foram coletadas mais de dois milhões de assinaturas desde março de 2010 em apoio à Campanha Ficha Limpa. O projeto foi aprovado no Congresso Nacional em maio de 2010 e sancionado pelo Presidente da República em 4 de junho de 2010 sob a forma da Lei Complementar n. 135, que ficou conhecida como Lei Ficha Limpa. Durante as eleições de

²³ São ferramentas que “(...) permite aos usuários conectar e interagir com amigos e contatos através da partilha e discussão de interesses, idéias, eventos, atividades (...)” (BEKRI ET AL., 2011, p. 8, tradução nossa).

²⁴ Disponível em: <http://www.avaaz.org/po/>. Acesso em: 01. AGO. 2011.

2010 também foi criado um site para que os candidatos “ficha limpa” fossem divulgados e um espaço de denúncia de candidatos “ficha suja”.

- d) **Eleitor 2010:** Plataforma online criada por voluntários para monitorar as eleições brasileiras de outubro de 2010 (RIBEIRO & DINIZ, 2011). Utiliza uma plataforma livre denominada *Ushahidi*²⁵ para monitorar as eleições através de denúncias de cidadãos via Internet. O principal objetivo da iniciativa é criar uma imagem do processo eleitoral de forma colaborativa a partir do ponto de vista dos eleitores. O projeto recebeu mais de 1200 denúncias durante as eleições (TECHNOLOGY FOR TRANSPARENCY, 2011). Uma das denúncias disponibilizadas no site que foi averiguada pela mídia foi o uso do banco de dados do Programa Universidade Para Todos (ProUNI) para divulgar propaganda eleitoral (ELEITOR 2010, 2010).

No caso do Brasil, as pesquisas realizadas se referem, na maior parte das vezes, a iniciativas criadas pelo Poder Público, especialmente o Poder Legislativo e Executivo. Primeiramente, as ações do governo brasileiro e as pesquisas científicas no Brasil se focaram no uso das TICs pelos governos para a promoção de eficiência e melhoria dos serviços públicos em trabalhos como o de Ferrer (2004) e Mora (2005), sendo mais recentemente explorados os estudos que focam as iniciativas de uso da Internet para a promoção do controle social, da transparência e da participação cidadã e seus impactos (PRADO, 2009; PINHO, 2008; PRADO & LOUREIRO, 2006; VAZ, 2003), ou seja, as iniciativas do governo para a melhoria dos processos democráticos e da constituição de uma esfera pública virtual no Brasil.

Segundo Marques (2004) os estudos sobre o potencial das TICs na democracia e na esfera pública são inúmeros:

Uma rápida consulta a motores de busca revela a quantidade de páginas (na escala de milhares) relativas ao assunto, evidenciando muitas vezes a euforia com a qual o tema é tratado. Basta associar "internet" + "esfera pública" ou "democracia digital" e as centenas de referências deslizam pela tela em poucos segundos (MARQUES, 2004, p. 10).

²⁵ “*Ushahidi* é uma plataforma livre desenhada para compartilhamento entre pares de informações via mensagem de celular e mensagens através da Internet que aparecem em um mapa interativo (BEKRI et al., p. 10, tradução nossa).

Cunha (2005) apresenta que já existe uma literatura brasileira sobre temas como governo eletrônico; governança eletrônica; e, e-democracia²⁶. Além disso, estudos no país sobre esfera pública virtual também foram encontrados pela autora desta pesquisa em trabalhos anteriores²⁷.

Assim, iniciativas da sociedade civil estão surgindo no país sem que ainda haja uma relação desta com estudos teóricos que investiguem seu potencial mudar a forma de comunicação entre governo e sociedade civil e possíveis implicações no ambiente democrático.

Tanto as iniciativas governamentais quanto as da sociedade civil já estão em pleno desenvolvimento, mas, em especial as últimas, ainda são pouco exploradas pela comunidade científica para compreender como tais experiências podem contribuir para a melhoria dos processos democráticos e consolidação da esfera pública virtual, especialmente fora do campo de conhecimento das áreas de comunicação, ciência política e ciência da informação. Tais campos já possuem uma maior quantidade de estudos sobre as TICs, sociedade civil e a esfera política.

Este trabalho pressupõe que o campo da Administração Pública também pode ser um *locus* desta temática, pois as potencialidades das TICs refletem diretamente nas relações entre governo e sociedade civil bem como pode significar novas formas de interação entre eles que podem resultar, por exemplo, em novas práticas na tomada de decisão pública e na disponibilização de dados públicos.

Esta mudança de paradigma através do uso das TICs, que segundo as teorias de Benkler (2006) e Castells (2008) podem mudar as diversas estruturas e áreas da sociedade, ainda é pouco tratado em termos de como os entes do setor público estão se adaptando a esta nova realidade e quais mudanças estão ocorrendo na ação dos governos e na participação cidadã bem como de que forma elas ocorrem. Este trabalho tem o papel de enfrentar esse problema e suprir essa lacuna na literatura com um estudo que pretende apresentar as

²⁶ Outros temas encontrados constantemente na literatura brasileira, citados por Cunha (2005): a) modelos de gestão e estratégia para a TI no setor público; b) implantação de sistemas de informação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas; c) inclusão digital; d) e - serviços; entre outros (CUNHA, 2005, p. 1).

²⁷ Entre os textos que discutem a esfera pública virtual no Brasil, podem ser citados: MAIA (2001); SAMPAIO (2010); SILVA (2010); SILVEIRA (2009); MARQUES (2006).

possibilidades de relação entre governo e sociedade civil e as mudanças de relacionamento entre eles através da realização de um estudo de caso.

A descrição do potencial das novas tecnologias já foi explorada pela literatura, sendo necessário um esforço para refletir sobre os casos empíricos e suas possibilidades. Como já colocado acima, o objetivo deste trabalho é suprir parte desta lacuna, identificando de quais formas a sociedade se relaciona na esfera pública interconectada, que mostrará além do potencial desse uso, em quais tipos as iniciativas brasileiras se encontram dentro de uma classificação criada a partir de autores como Benkler (2006) e um estudos de caso de iniciativas brasileiras que influenciaram na ação política do Poder Público.

Assim, entende-se que a importância desta análise é a possibilidade de compreender como a Administração Pública no Brasil e os cidadãos usam a Internet para melhorar a relação entre eles e propiciar uma maior participação na esfera pública.

Cabe ressaltar nesta justificativa, as possíveis dificuldades teóricas e práticas da realização da dissertação de mestrado. Podem-se citar pelo menos três desafios para a realização de um estudo sobre democracia e esfera pública virtual:

- 1) Emergência do assunto e, portanto, dificuldade do devido acompanhamento no campo teórico. É considerado um campo novo, especialmente devido ao uso massivo da Web ser recente.
- 2) Ser um campo interdisciplinar.
- 3) As tecnologias e os casos empíricos estão em constante mudança dificultando que os estudos científicos acompanhem a velocidade das iniciativas criadas e suas eventuais análises de forma definitiva. Outro perigo é não saber serão iniciativas duradouras ou não, como por exemplo, dependentes de uma continuidade política ou de um grupo da sociedade civil para a sua realização.

O primeiro desafio se deve a emergência do assunto e a existência recente da web, que é desenvolvida e disseminada mais amplamente a partir da década de 90 juntamente com o barateamento dos componentes tecnológicos. Além disso, também ocorreram grandes mudanças da própria tecnologia como, por exemplo, a disseminação da Internet em aparelhos portáteis como *tablets*, ou seja, é possível acessar a web em diversos lugares e mais facilmente, e, o desenvolvimento da Web 2.0, que permite maior interatividade.

Pinho (2008b) parte do pressuposto que “(...) esta é uma área nova do conhecimento e não existe ainda um conhecimento teórico solidamente estruturado” (p. 1). Portanto, é um campo considerado novo (PINHO, 2008b; BRAGA & CHAIA, 2009). Além disso, Braga & Chaia (2009) consideram que ainda não existem periódicos que abordem esta temática de maneira sistemática no Brasil:

Com efeito, ainda são raros artigos em periódicos científicos brasileiros abordando de maneira sistemática e apresentando resultados de pesquisa originais sobre o assunto, para não falar na escassez de revistas acadêmicas especializadas em publicar artigos sobre as relações entre as Novas Tecnologia de Comunicação e Informação (NTICs), a sociedade e a política (BRAGA & CHAIA, 2009, p. 8).

Outra questão proposta por Braga & Chaia (2009) é que este é um campo interdisciplinar. Apesar dos autores entenderem que o estudo da Internet e a política pode ser um campo autônomo e assumidamente interdisciplinar, os estudos ainda se encontram dispersos em diferentes campos do conhecimento como a comunicação, a ciência da informação e a ciência política. Durante a revisão da literatura para a construção desta pesquisa foram encontrados textos em diversas áreas, especialmente nas ciências sociais e da comunicação.

Finalmente, Pinho (2008b) ressalta o avanço da criação de iniciativas de uso das TICs pela Administração Pública e sociedade civil *versus* a capacidade da comunidade científica de acompanhá-las e analisá-las: “(...) estamos em uma área onde o empírico em grande parte conduz à produção de conhecimento e a ele vai-se atrelando o desenvolvimento teórico. O campo empírico é muito dinâmico e determina o rumo da pesquisa” (p. 2).

Um exemplo desta dificuldade é que durante a construção dessa pesquisa entre agosto de 2010 e fevereiro de 2012 diversas iniciativas com potencial de serem estudos de caso surgiram tanto da área pública quanto no âmbito da sociedade civil como portais e plataformas sobre as eleições 2010 e o portal de consultas pública online da Câmara dos Deputados denominado E-democracia. Além disso, algumas iniciativas que estavam em funcionamento durante a fase de construção do projeto, como o Eleitor 2010, durante a etapa final da pesquisa já não estava mais disponível na Web, sendo necessário retirá-lo da análise.

Segundo Silva (2006), as dificuldades encontradas neste campo, também recaem sobre as decisões metodológicas de pesquisa: “apesar do crescimento dos estudos empíricos (...) ainda não há clareza quanto às especificidades teóricas e caminhos metodológicos que devem balizar o estudo dos aspectos da democracia digital” (p. 1).

Para a autora desta dissertação, a importância deste trabalho é ajudá-la organizar e iniciar uma tentativa de compreensão de como a sociedade civil pode usar as novas tecnologias nos Estados democráticos através da construção de uma tipologia que classifique tais iniciativas. Mais do que realizar uma revisão de literatura que aborde todas as possibilidades da Internet para a melhoria da democracia, esse trabalho pretende mostrar os tipos de relacionamento na esfera pública que ocorrem no contexto de uso das TICs através do estudos de casos. Apesar dos estudos de caso não permitirem, geralmente, generalizações, a realização deles já é um começo para verificar se há mudanças na esfera pública.

Essa pesquisa também se justifica por trazer uma contribuição para a revisão de literatura sobre as diferentes perspectivas de estudo sobre TICs e relação entre governo e sociedade civil, entre elas, governança eletrônica, e-democracia, e- participação e esfera pública virtual. É um trabalho relevante para a sociedade civil e para a esfera estatal, em vista do aprimoramento das possibilidades de utilização das tecnologias da informação e comunicação para a consolidação da esfera pública virtual.

1.3 PROBLEMA E OBJETIVOS

A partir do pressuposto que a Internet é um canal que pode promover a melhoria da democracia e desenvolver uma esfera pública virtual bem como ainda há limitações para medir os impactos das TICs nesses processos devido ao pouco tempo de existências de iniciativas tanto do setor público quanto da sociedade civil e constitui um tema complexo, a pergunta de pesquisa, e, por conseguinte, o recorte do problema adotado neste trabalho será: “De quais formas a sociedade civil no Brasil se relaciona na esfera pública interconectada?”.

O objetivo geral foi identificar as formas pelas quais a sociedade civil no Brasil, através do uso da web, se relaciona na esfera pública interconectada. Portanto, a pesquisa se delimitará as iniciativas da sociedade civil no Brasil de uso da Internet que atuem no sentido de influenciar na esfera estatal.

Os objetivos específicos de pesquisa são:

- Conceituar a esfera pública virtual;

- Apresentar uma tipologia dos modelos de relacionamento na esfera pública virtual a partir do conceito de esfera pública interconectada criado por Benkler (2006);
- Mapear e categorizar as iniciativas a partir da tipologia adotada na Web encontradas no Brasil;
- Realizar um estudo de caso sobre iniciativas de grupos da sociedade civil de uso da Web que tiveram atenção por parte da esfera estatal.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta dissertação de mestrado está dividida em sete capítulos, além da presente introdução.

O capítulo 2 – Referencial Teórico – apresenta uma revisão de literatura sobre os principais conceitos e linhas teóricas relacionadas à temática democracia, sociedade civil, Internet e esfera pública. Também apresenta o referencial adotado de esfera pública interconectada e democracia aberta, a partir da adoção do pressuposto teóricos da emergência de uma sociedade em rede.

O capítulo 3 – Metodologia – apresenta a abordagem metodológica da pesquisa com os métodos e técnicas utilizados em todas as etapas da pesquisa. Os principais métodos utilizados neste trabalho foram: a) a construção de uma tipologia dos modelos de relacionamento na esfera pública no Brasil; b) a realização de um estudo de caso sobre a plataforma Cidade Democrática para verificar como a esfera estatal se relaciona com as iniciativas da sociedade civil através da Web; c) análise do estudo de caso a partir do modelo multinível proposto por Pozzebon, Diniz & Jayo (2009) e do Cubo da Democracia apresentado por Fung (2006).

O capítulo 4 – Iniciativas da sociedade civil no Brasil: o site webcidadania – tem como objetivo mapear as iniciativas de uso da web pela sociedade civil contidas no Portal Webcidadania, que agrega iniciativas brasileiras de uso da web para a promoção da cidadania, e classificar estas iniciativas na tipologia dos modelos de relacionamento da esfera pública virtual.

O capítulo 5 – Estudo de caso: Cidade Democrática – desenvolveu um estudo de caso sobre a plataforma na Internet denominada Cidade Democrática através da análise de dois concursos promovidos através do site por municípios paulistas: Jundiaí e Várzea Paulista. Além da descrição da iniciativa e dos concursos, é apresentada uma análise a partir das dimensões da participação apresentada por Fung (2006) que abarca quem participa dessas iniciativas, como os participantes tomam a decisão entre si e como esta decisão influencia nas ações da esfera estatal.

O capítulo 6 – Discussões dos resultados – discorre sobre os principais resultados da pesquisa e suas respectivas análises. Enquanto, o capítulo 7 – Considerações Finais – apresenta as possíveis contribuições teóricas da pesquisa, suas limitações e oportunidades de pesquisas futuras.

CAPÍTULO 2 - REFERENCIAL TEÓRICO

Redes são mais fáceis de construir e manter do que nunca, e é muito mais simples para que os governos dividam suas redes internas com o mundo exterior. O campo está clamando por uma teoria, estudos empiricamente comparativos ricos da evolução destas (...).

(CHADWICK, 2003, p. 453, tradução nossa)

2.1 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: A EMERGÊNCIA DA ERA INFORMACIONAL

Esta dissertação de mestrado parte do pressuposto teórico que a sociedade contemporânea se encontra na emergência de uma sociedade em rede. As nomenclaturas sociedade informacional, sociedade em rede, sociedade do conhecimento e sociedade da informação, que são frequentemente apresentadas em textos científicos e trabalhos organizados por organismos internacionais e públicos, se referem a uma das características da sociedade contemporânea: “(...) a centralidade que a informação tem assumido com as novas TICs” (PINHO, 2008).

A era da informação tem como propulsor o desenvolvimento das novas tecnologias: “Embora ainda capitalista, o produto de maior valor nesse novo modelo é informação, e não matéria-prima, ou produtos industrializados” (FARIA, 2011). Essa característica tem provocado uma série de mudanças nas relações econômicas, políticas e culturais (PINHO, 2008). As explicações para essas mudanças são apresentadas por diversos teóricos (LEVY, 2003; BENKLER, 2006; CASTELLS, 2008; LEMOS & LEVY, 2010).

Manuel Castells, sociólogo espanhol, é professor de Sociologia e Diretor do Instituto Interdisciplinar de Internet na *Open University of Catalonia* (UOC) em Barcelona. Além disso, também é professor da Escola Annenberg de Comunicação e Jornalismo da *University of Southern California* (USC) em Los Angeles e professor emérito de Sociologia e de Cidade e Planejamento Regional na *University of California* em Berkeley. Entre os seus principais campos de pesquisa estão: a sociologia e economia da tecnologia da informação e a teoria da sociedade em rede.

Em 1983, Castells começou os estudos das transformações econômicas e sociais, associando-os à revolução da tecnologia da informação. Apesar da observação privilegiada do *San Francisco Bay Area* que ajudou na pesquisa sobre o tema, o autor, deliberadamente, apresentou uma abordagem interdisciplinar e intercultural, pesquisando também na Europa,

na América Latina e Ásia. Os resultados deste trabalho foram publicados na trilogia “A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura”: a) Volume I – Sociedade em Rede (1996); b) Volume II - O Poder da Identidade (1997); c) Volume III – Fim do Milênio (1998).

Para este trabalho, cabe enfatizar as definições e afirmações apresentadas no primeiro livro da trilogia que foi denominado “Sociedade em Rede”. O objetivo deste livro foi compreender o novo mundo apresentado no fim do século XX, com base nos dados disponíveis e em teoria exploratória (CASTELLS, 2008, p. 42). Castells pretendeu mostrar as características do que ele considera uma nova sociedade que surgiu a partir de uma série de transformações históricas ocorridas no século XX.

Esse período foi caracterizado por uma série de acontecimentos que transformaram o cenário social da vida humana, entre eles: a) uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação; b) a interdependência global das economias por todo o mundo; c) o colapso do estatismo soviético com o subsequente fim do movimento comunista internacional; e, d) a reestruturação do capitalismo.

O autor apresenta as mudanças ocorridas na economia, na sociedade e na cultura. Sua teoria tem um caráter generalista. Apesar de ressaltar que os processos de surgimento dessa nova sociedade diferem entre os países, Castells tenta incluir todas as regiões do planeta na sua teoria. O ponto de partida para o estudo é a tecnologia da informação (TI). O motivo da escolha é porque ela penetra em todas as esferas da atividade humana. Assim, a adoção massiva da TI é o ponto inicial para analisar a complexidade da nova economia, sociedade e cultura.

Para Castells, a tecnologia não determina a sociedade. É incorporado por ela. A nova sociedade – a sociedade em rede - é capitalista e informacional, sendo que a TI foi essencial no processo de reestruturação do sistema capitalista. Portanto, para a existência de uma economia global foi necessário um processo de reestruturação do capitalismo em que se uniformizaram os parâmetros econômicos básicos – o capitalismo informacional. Com a primazia da esfera financeira e do capital global, há uma dependência do conhecimento e da informação gerada e aperfeiçoada pela TI tanto para melhorar sua atuação no mercado quanto para fazer parte da estrutura global.

Assim, a organização da nova economia se caracteriza por redes globais de capital, gerenciamento e informação, sendo que a TI é fundamental para a produtividade e

competitividade da empresa. Também são apresentadas como características dessa nova economia uma individualização do trabalho e uma nova divisão deste, que se baseiam mais nos atributos/capacidades do trabalhador do que na organização das tarefas.

Portanto, a nova economia está associada a um novo modo de desenvolvimento, que “(...) é moldado pela reestruturação do modo de produção capitalista: o informacionalismo” (CASTELLS, 2008). Ser uma economia informacional significa dizer que continua sendo um modo de produção caracterizado pela busca do lucro (capitalismo) em que a fonte de produtividade é a tecnologia da geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos (informacionalismo):

(...) o industrialismo é voltado para o crescimento da economia, isto é, para maximização produção; o informacionalismo visa o desenvolvimento tecnológico, ou seja, a acumulação de conhecimento e maiores níveis de complexidade do processamento da informação. Embora graus mais altos de conhecimento geralmente possam resultar em melhores níveis de produção por unidade de insumos, é a busca por conhecimentos e informação que caracteriza a função da produção tecnológica no informacionalismo (CASTELLS, 2008, p. 54).

Castells também apresenta que informacionalismo e a reestruturação do capitalismo são dependentes: “Pode-se afirmar que, sem a nova tecnologia da informação, o capitalismo global teria sido uma realidade muito limitada (...). Portanto, o informacionalismo está ligado à expansão e ao rejuvenescimento do capitalismo, como o industrialismo estava ligado a sua constituição como modo de produção” (CASTELLS, 2008, p.55). A tabela 1 apresenta as definições de modos de produção e modos de desenvolvimento:

Tabela 1 – Definição: Modos de Produção x Modos de Desenvolvimento

Modos de Produção Maneiras que se determinam o uso e apropriação dos excedentes.	Capitalismo	A apropriação e a distribuição do excedente ocorrem pela separação entre os produtores e seus meios de produção, a transformação do trabalho em <i>commodity</i> e a posse privada dos meios de produção, com base no controle de capital. Visa à maximização de lucros, ou seja, o aumento do excedente apropriado pelo capital com base no controle privado sobre os meios de produção e circulação.
	Estatismo	O controle do excedente é externo à esfera econômica – fica nas mãos dos detentores do poder estatal. Visa à maximização do poder, ou seja, o aumento da capacidade militar e ideológica do aparato político para impor seus objetivos sobre um número maior de sujeitos nos níveis mais profundos de seus conscientes.
Modos de Desenvolvimento	Industrialismo	Promove-se a produtividade na introdução de novas fontes de energia e na capacidade de descentralização do uso de energia ao longo dos processos produtivos e de

Procedimentos mediante os quais os trabalhadores atuam sobre a matéria para gerar o produto, em última análise, determinando o nível e a qualidade do excedente. É definido pelo elemento fundamental à promoção de produtividade no processo produtivo.		circulação.
	Informacionalismo	A fonte de produtividade é a tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos.

Fonte: Adaptado de Castells (2008, p. 53).

Um dos componentes da economia informacional é a sua formação em rede: “É rede porque, nas novas condições históricas, a produtividade é gerada, e a concorrência é feita em uma rede global de interação entre redes empresariais” (CASTELLS, 2008, p. 119). Portanto, para este autor a ascensão de nova economia informacional e em rede culminou na sociedade em rede.

Finalmente, Castells (2008) conclui que a tendência histórica mostra que as funções e os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes. Cabe ressaltar que a TI fornece o insumo para que a organização em rede abranja toda a estrutura social. As mudanças drásticas que o aumento das relações em rede pode proporcionar nas diversas áreas da vida humana podem ser exemplificadas na citação abaixo:

(...) um novo sistema de comunicação que fala cada vez mais uma língua universal digital tanto está promovendo a integração global da produção e distribuição das palavras, sons e imagens de nossa cultura como personalizando-as ao gosto das identidades e humores dos indivíduos. As redes interativas de computadores estão crescendo, exponencialmente, criando novas formas e canais de comunicação moldando a vida e ao mesmo tempo, sendo moldadas por eles (CASTELLS, 2008, p. 40).

Assim, as redes modificam também a cultura e a economia e passam a ser a nova morfologia social das sociedades: “a presença na rede ou a ausência dela e a dinâmica de cada rede em relação às outras são fontes cruciais de dominação e transformação da nossa sociedade” (CASTELLS, 2008, p.565). Portanto, a dominação e a transformação na sociedade

em rede são dependentes da presença ou não na rede e da dinâmica desta com outras. Castells defende que na sociedade em rede há a primazia da morfologia social sobre a ação social.

Também é definido o conceito de rede: “(...) é um conjunto de nós interconectados” (p. 566). O nó é “(...) o ponto no qual uma curva se entrecorta” (p.566). Entre exemplo de nós, pode ser citado: mercados de bolsas de valores e suas centrais de serviços avançados na rede dos fluxos financeiros globais. Já a topologia das redes é caracterizada pela seguinte dinâmica “(...) a distância (ou a intensidade e freqüência da interação) entre dois pontos (ou posições sociais) é menor (ou mais freqüente ou mais intensa), se ambos os pontos fossem nós de uma rede do que se não pertencesse à mesma rede” (p. 566).

As redes são abertas e podem se expandir ilimitadamente permitindo a integração de novos nós desde que seja possível comunicar-se dentro da rede (compartilhamento dos mesmos códigos de comunicação). A morfologia das redes também reorganiza as relações de poder na sociedade. Por exemplo, os conectores detêm o poder nessa nova sociedade.

Assim, a teoria da sociedade em rede de Manuel Castells (2008) apresenta que na era da informação cada vez mais as funções e processos dominantes estão organizados em torno de redes. Nesse contexto, apesar da organização em redes já ter existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da TI “(...) fornece a sua base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social” (CASTELLS, 2008, p. 564).

Outro defensor da ideia que as novas tecnologias propulsionam o desenvolvimento de redes na sociedade contemporânea é Yochai Benkler (2006), professor do curso de Direito da Universidade de Harvard (Estados Unidos). O autor também defende que há uma mudança em curso de substituição da economia industrial da informação pela economia informacional em rede. Essa mudança foi gerada pela introdução e disseminação das novas TICs²⁸ e de suas possibilidades de troca de informações, cultura e conhecimento.

De acordo com Benkler (2006), é possível observar uma mudança estrutural e profunda provocada pelo ambiente de informação em rede na sociedade contemporânea:

Na última década e meia, nós começamos a ver uma mudança radical na organização da produção de informação. Habilitados pela mudança tecnológica, nós estamos começando a ver uma série de adaptações econômicas, sociais e culturais

²⁸ “O preço decrescente de comunicação, computação e armazenamento têm, como um assunto prático, colocado os meios materiais de informação e produção cultural nas mãos de uma fração significativa da população mundial - na ordem de um bilhão de pessoas em todo o globo” (BENKLER, 2006, p. 3, tradução nossa).

que tornam possível uma transformação radical de como tornar o ambiente informacional que ocupamos como indivíduos autônomos, cidadãos e membros de grupos culturais e sociais (BENKLER, 2006, tradução nossa).

Portanto, a grande mudança proporcionada pela introdução das novas tecnologias são as possibilidades dos indivíduos agirem individualmente ou cooperativamente para fazerem e trocarem informações, conhecimento e cultura. Ao mesmo tempo, as novas TICs permitiram aumentar a produção dessas ações colaborativas entre indivíduos, ou seja, os indivíduos são livres e tem a possibilidade de assumir um papel mais ativo do que podiam na economia industrial da informação no século passado.

Essa liberdade traz o potencial dessa nova economia informacional em rede como uma plataforma para garantir uma melhor participação democrática, um meio de fomentar uma cultura mais crítica e auto-reflexiva, entre outros (BENKLER, 2006). Segundo o autor, a economia da informação em rede emergiu segundo duas mudanças paralelas ocorridos do final do século XX:

1. A economia passa a ser “(...) centrada na informação (serviços financeiros, contabilidade, software, ciência), produção cultural (filmes, música) e manipulação de símbolos (fabricação de tênis de marca, por exemplo)” (BENKLER, 2006, tradução nossa).
2. O ambiente de comunicação passa a ser construído a partir de processadores baratos com altas capacidades computacionais com uma rede interconectada (Internet).

A descentralização da criação de conteúdo e distribuição da informação em rede pelos indivíduos, cooperando entre si ou não, é a principal característica da economia da informação em rede. O catalisador dessa característica são as novas tecnologias através do acesso à Internet cada vez mais disseminado entre os cidadãos no mundo inteiro.

As tecnologias de comunicação mais comuns do século passado como a televisão, o rádio, jornais, entre outros, não permitem uma comunicação a baixo custo e ainda dependem muitas vezes de autorização governamental para poderem operar. Os altos custos e controle governamental concentraram os meios de comunicação de massa em grandes grupos econômicos. As novas TICs e a Internet são caracterizadas pelo baixo custo e grande distribuição de capacidade comunicativa que está disponível a todos os usuários da Internet.

Como segunda característica da economia da informação em rede, Benkler (2006) dispõe sobre o aumento de atividades que não tem como fim a produção para o mercado e a

produção não-proprietária. Essa produção se refere à possibilidade dos indivíduos ou grupos utilizarem a rede para alcançar, informar ou trocar informações com milhões de pessoas ao redor do mundo sem necessariamente objetivarem o lucro. Individualmente ou cooperativamente, as pessoas podem utilizar a rede para disponibilizar e encontrar informações:

O fato de que cada tal esforço é disponível para qualquer pessoa conectada à rede, de qualquer lugar levou ao surgimento de efeitos coordenados, onde o efeito agregado da ação individual, mesmo quando não é conscientemente cooperativo, produz o efeito coordenado de um novo ambiente rico em informação (BENKLER, 2006).

Além disso, o autor parte do pressuposto que os seres humanos não se motivam apenas por interesses econômicos, mas também por bem-estar psicológico, gratificação e união social.

Assim, podem ser explicadas as experiências colaborativas que são realizadas por centenas de pessoas tal qual a participação de voluntários na construção da enciclopédia online Wikipédia. Essa é outra mudança dessa nova economia: há um aumento dos esforços de produção em pares (colaborativa) de informação, conhecimento e cultura.

Benkler (2006) parte do pressuposto que a economia da informação produz efeitos sobre a autonomia do indivíduo. O maior acesso às tecnologias em rede permite que qualquer pessoa, caso queira, possa utilizar sua criatividade para produzir informações, cultura e conhecimento, entre essas possibilidades aumentar a sua atuação política porque estes indivíduos:

- 1) Podem fazer mais por si mesmos independentemente da autorização ou cooperação de outros (criam seus próprios textos, procuram informações de outros lugares, entre outros);
- 2) Aumentam sua capacidade de fazer mais em cooperação com outros sem ser obrigado a organizar suas relações através de um sistema de preços ou tradicionais modelos de organização social e econômica;
- 3) Usam sua liberdade para agir e cooperar com os outros de modo a melhorar a experiência prática da justiça, democracia e desenvolvimento de comunidades virtuais.

Por outro lado, Benkler (2006) destaca que este contexto é emergente, ou seja, isso significa dizer que é um processo em andamento. Para este autor, esse novo mundo é

ameaçado pelos operadores da economia da informação industrial do século passado (BENKLER, 2006, p. 2).

Lemos (2010) também apresenta a mudança de paradigma característica do século contemporâneo do modo industrial (material e energético) para o modelo informacional (eletrônico-digital). Tal modelo para este autor é mundial, ou seja, a sociedade da informação é uma realidade mundial (p.24):

Há, assim, uma mudança importante de paradigma que alterará para sempre as bases dos processos tecnológicos contemporâneos. Com a tradução informacional do mundo, tudo, desde o comportamento das partículas até os formatos midiáticos, pode ser transformado em bits, processado em computadores e distribuído em redes telemáticas em tempo real para todo e qualquer lugar do planeta. Os algoritmos tornam-se a língua franca das novas máquinas simbólicas. A tradução do mundo em dados binários vai inserir o domínio técnico na esfera do discurso e da comunicação de forma radical, criando novas tensões entre a técnica, por um lado, e a polis, a política por outro (LEMOS, 2010, p. 22-23).

Portanto, as mudanças apresentados por este novo paradigma estão presentes na economia, na produção cultural e na própria sociedade. Entre essas possíveis modificações estão os impactos na democracia (LEMOS & LEVY, 2010; KOSTAKIS, 2011; PINHO, 2008; CHADWICK, 2003; 2009).

Os efeitos da era informacional na democracia, especialmente nas possibilidades de aumento da participação da sociedade civil, podem ser analisados sob diversas perspectivas que serão apresentadas no próximo tópico.

2.2 DEMOCRACIA E INTERNET

Na literatura sobre a Administração Pública e as TICs, especialmente quando relacionam a Web, com frequência se discute as possibilidades e limites da tecnologia para modificar e/ou ampliar as relações entre a sociedade civil e a esfera governamental. Alguns exemplos de estudos latinoamericanos que exploram o potencial das TICs para a melhoria das relações entre sociedade civil e administração pública apresentam como benefícios do uso das mesmas as possibilidades de:

- Facilitar a interação/comunicação entre governo e sociedade (PRADO & LOUREIRO, 2006, p. 356; CARDOSO APUD PINHO, 2008, p. 477; WELP, 2007; FREY, 2005, p. 111, RIBEIRO, 2008; PEEL, 2009);
- Promover a democratização (PRADO & LOUREIRO, 2006, p. 356);
- Fortalecer a democracia local (FREY, 2005, p. 111);

- Promover maior transparência (PRADO & LOUREIRO, 2006, p. 356; PINHO, 2008; WELP, 2007; FREY, 2005, p. 111; RIBEIRO, 2008);
- Promover maior *accountability* (PRADO & LOUREIRO, 2006, p. 356; PINHO, 2008);
- Ampliar a disponibilização das informações públicas (PRADO & LOUREIRO, 2006, p. 356; RIBEIRO, 2008; FRICK, 2005);
- Abrir novos canais e espaços de participação (WELP, 2007);
- Ampliar a participação dos cidadãos na tomadas das decisões políticas (FREY, 2005; PEEL, 2009);
- Promover redes eletrônicas no espaço urbano (FREY, 2005, p. 111).

Para compreender estas possibilidades do ponto de vista teórico poderiam ser adotados diversos posicionamentos e conceitos como governo eletrônico, e-democracia, governança eletrônica, participação eletrônica, entre outros. Entretanto, o foco deste trabalho são iniciativas da sociedade, ou seja, é necessário adotar uma abordagem que analise também as perspectivas do cidadão de utilizar as novas TICs para influenciar na Administração Pública.

O conceito de e-democracia, normalmente, está associado às iniciativas governamentais de uso das TICs, em especial a web, nos processos democráticos. Contudo, é necessário passar pelas definições de e-democracia para compreender em que contexto a teoria da esfera pública virtual se encontra neste debate. A ideia de esfera pública compreende, necessariamente, a interação entre governo e sociedade civil em determinados contextos democráticos. Nenhum dos estudos sobre esfera pública virtual trabalha esse conceito sem a análise das teorias democráticas.

Diversos podem ser os entendimentos sobre o que significa democracia tal qual apresentado por Held (2006) na tentativa de mapear e classificar as diferentes teorias democráticas. Em cada conceito exposto, normalmente, surgem contrapontos feitos pelos próprios teóricos estudados em defesa de seus entendimentos.

Nestes contrapontos são apresentados os grandes debates e oposições na definição de democracia. Entre os debates encontrados nas teorias da democracia contemporânea estão, por exemplo, a oposição entre a teoria procedimental (ou minimalista) e a participacionista²⁹. Grosso modo, o primeiro foca na democracia eleitoral, isto é, a participação do cidadão é

²⁹ Nessa pesquisa, as teorias participativa e deliberativa são tratadas como sinônimas.

resumida ao período eleitoral e sua disputa. Enquanto a teoria participacionista, supõe a participação dos cidadãos na tomada de decisões dos assuntos públicos.

Um dos principais exemplos da teoria minimalista é Schumpeter (1984). Para este autor, a base da democracia é a competição pelo voto. Assim, a democracia seria o sistema institucional com o objetivo de tomar as decisões políticas e para o cidadão participar dele é necessário que ele consiga os votos do eleitor mediante uma competição eleitoral: “(...) a democracia não significa e nem pode significar que o povo realmente governa em qualquer dos sentidos das palavras povo e governo. A democracia significa apenas que o povo tem oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que o governarão” (SCHUMPETER, 1984, p. 346).

Pinto (2004) aponta que o avanço da defesa democracia deliberativa ou participativa surge em contraponto à percepção da crise da democracia representativa que não estaria dando conta “(...) dos sérios problemas sociais e culturais que o mundo contemporâneo apresenta” (PINTO, 2004, p. 97). Analisando quatro experiências de democracia participativa, a autora encontra como um ponto em comum o entendimento nas experiências que a prática participativa seria um “antídoto” à democracia representativa (PINTO, 2004, p. 102).

Entre os defensores da democracia participativa Lavalley, Houtzager & Castello (2006), que analisam os estudos sobre democracia participativa, concluem que há pouco foco na análise das “(...) transformações da representação e ao papel dos atores e organização da sociedade civil” (Brelàz, 2007). Por isso, os estudos normalmente discorrem sobre os dilemas de representatividade inerentes à representação política moderna e quase sempre associada apenas ao mecanismo eleitoral e seus desenhos para garantir a representação, ou seja, focam na teoria procedimental. Assim, a democracia representativa, *a priori*, pode ser associada aos defensores da democracia como sinônimo de competição eleitoral.

Ao discorrer sobre o século XX, estes autores analisam que mesmo com poucos estudos na literatura, é possível reparar que na agenda das reformas democráticas a sociedade civil e a participação aparecem frequentemente, especialmente em experiências: 1) de aprofundamento da democracia, 2) de transparência e do controle social das instituições políticas, 3) de fortalecimento da capacidade de ação e participação da sociedade na gestão pública e 4) de democracia deliberativa, entre outros (Lavalley, Houtzager & Castello, 2006, p. 78). Os participacionistas como Lavalley et alli (2006) defendem o aprofundamento e

qualidade da democracia no sentido de reforma do sistema democrático como um todo e a maior participação do cidadão na esfera política.

Pitkin (2006) faz uma defesa da democracia direta ao dispor os principais dilemas da representação: “(...) a polêmica sobre o mandato e a independência e a relação entre a representação e a democracia” (PITKIN, 2006, p. 30). O primeiro debate gira em torno da existência do dever do representante de fazer o que os representados querem ou não. Citando Rousseau, a autora apresenta a ideia de que não é possível garantir que o representante aja de acordo com a vontade dos representados.

Segundo a autora, para Rousseau, a liberdade do povo depende que este pessoalmente defina os rumos da legislação, senão, com a democracia representativa, o povo é mero escravo. Com o crescimento das ideias que defendem a democracia direta ou participativa em detrimento da democracia representativa, Pitkin entende a democracia direta como a mais apropriada:

Apenas a participação democrática direta proporciona uma alternativa real para o dilema entre mandato ou independência, no qual o representante ou é um mero agente de interesses privados ou é um usurpador da liberdade popular periodicamente eleito. No primeiro caso, absolutamente ninguém tem acesso à vida pública, já que não há nenhuma. No segundo, a antiga distinção entre governante e governado [...] venceu outra vez; uma vez mais o povo não é admitido no domínio público, uma vez mais os assuntos de governo se tornaram o privilégio de poucos [...] (PITKIN, 2006, p. 43).

Pitkin (2006) no trecho acima apresenta outra oposição que ocorre entre qual modelo é melhor: o representativo ou o direto? O modelo representativo é o preponderante hoje por que não há possibilidade de todos participarem ou por que ele realmente garante melhores discussões? O representante tem que seguir a vontade do representado?

Enquanto Pitkin (2006) apresenta uma defesa da democracia direta ou participativa entendendo que o modelo de representação exclui a sociedade da vida pública, Urbinati (2006) defende o modelo de democracia representativa. Através da desconstrução do conceito da democracia representativa através da distinção entre esta e a democracia eleitoral, a autora entende que o modelo democrático representativo não é sinônimo de democracia eleitoral, ou seja, que a representação não se resume ao momento eleitoral como se apresentam nos debates de procedimentalistas *versus* participacionistas.

O dilema apresentado por Urbinati (2006) também foca no dilema sobre mandato e autonomia do representante, mas ao contrário de Pitkin (2006), a autora não compreende este

dilema como uma oposição. Para esta autora, o representante tem o papel de unificar os interesses dos representados e essa é a superioridade deste modelo de democracia, pois a unificação dos interesses depende da opinião, que é formada através do debate, argumentação, negociação, reflexão etc. Para garantir que a autonomia do representante se resume a escolhas dos representados ou escolhas contrárias que sejam devidamente justificadas, Urbinati coloca como ponto-chave o poder negativo que possibilita ao povo “(...) investigar, julgar, influenciar e reprovar” (URBINATI, 2006, p. 208) seus representantes.

A diferença de Urbinati (2006) em relação aos outros teóricos de democracia representativa é que esta não se baseia nas duas grandes correntes que discorrem sobre os desafios da democracia representativa: (minimalistas e participacionistas). Assim, para esta autora, não existe a dicotomia apresentada na literatura em que a representação significa que não deve haver participação do povo e a democracia direta significa a participação do povo em detrimento do modelo representativo.

Para Urbinati (2006), a democracia representativa não termina juntamente com o processo eleitoral tal qual a discussão posta pelos minimalistas, apesar deste processo também ser essencial, mas também coloca uma participação pós-eleitoral que não significa uma participação direta do cidadão, tal qual proposta na democracia participativa, e sim um debate em que o representante é o ator-chave para unificar os interesses dos cidadãos e ao mesmo tempo pode ser responsabilizado através do poder negativo. Loureiro (2007) considera essa visão a mais apropriada, pois foge da oposição minimalista versus opositorista e apresenta a representação como uma realidade plural e complexa privilegiando a construção da opinião através dos representantes.

Os debates acima foram resumidos para demonstrar a dificuldade de se definir um entendimento sobre o que é democracia. Como Benkler (2006) e Marques (2008), essa dissertação não tem o objetivo de escolher uma única abordagem de democracia: “(...) compreende-se que a ideia de democracia é constituída por um conjunto de valores que ressaltam aspectos distintos, tais como transparência, visibilidade, liberdades políticas e participação” (MARQUES, 2008, p.24). Portanto, esse trabalho não tem como objetivo tomar como pressuposto os embates colocados por minimalistas ou participacionistas.

Entretanto, pretende-se adotar as perspectivas de um entendimento que aborde os impactos da sociedade informação na democracia. Segundo Kostakis (2011, p. 11), a

promessa da democracia, que ele denomina como democracia interconectada, no contexto da era da sociedade da informação reside em incentivar uma participação mais ampla e que aproveite a sabedoria e a perspectiva das multidões. A produção por pares que a Web permite pode garantir a sua plena realização.

Esta perspectiva baseia-se nos avanços do uso da Internet e da adoção de tecnologias que permitem a colaboração entre as pessoas, denominada geralmente de Web 2.0 e nos paradigmas da sociedade da informação apresentados por autores supracitados como Benkler (2006):

This new paradigm has been described by Benkler (2006) as commons-based peer production, which reduces the value of proprietary strategies and makes shared information more important through large-scale, cooperative information production efforts. Bruns (2008) has called this era —produsage, where —producers (producers + users) simultaneously innovate, produce, distribute, and consume, all premised on an ethos of participation, sharing, communication, and collaboration. Therefore, peer production, in this context, is a new mode of production that has been enabled through Internet-based coordination, where decisions arise from the free engagement and cooperation of the people who coalesce to create common value (KOSTAKIS, 2011, p. 9).

A colaboração na produção em pares é um processo em que, geralmente, não há hierarquia entre os participantes. A organização ocorre através da livre cooperação entre iguais, tendo em conta o desempenho de uma tarefa comum com formas de tomada de decisão amplamente distribuídas em toda a rede (KOSTAKIS, 2011, p. 11): “(...) computadores estão se tornando extensões do cérebro humano, enquanto os seres humanos cooperam com eles, permitindo assim uma comunicação eficaz entre uma comunidade muito mais ampla”.

A grande mudança na democracia interconectada é que com o avanço da sociedade da informação em rede (BENKLER, 2006), os cidadãos podem exercer novos papéis: ser criador de propostas políticas, sozinho ou em conjunto com outros indivíduos. Nessa, as novas tecnologias possuem um papel preponderante para fornecer ferramentas que conectem os cidadãos uns aos outros: “Em uma sociedade em rede, baseada na informação, em que uma cultura participativa, aberta e livre está emergindo, as sociedades aspiram - um corpo político altamente articuladon e dinâmico: uma democracia verdadeiramente interconectada, capaz de aceitar e manter múltiplos pontos de vista” (KOSTAKIS, 2011, p. 11, tradução nossa).

Portanto, para Kostakis (2011, p.11), a democracia interconectada significa encorajar uma maior participação dos cidadãos e tirar vantagem da inteligência coletiva e da perspectiva das multidões. Para este autor, as TICs proporcionam uma cultura de participação que contém

poucas barreiras para a participação e o engajamento cívico e propicia novas formas de conexão social, solidariedade e coletivismo.

Outro conceito apresentado pelo autor é o de *Wikipolitics* que se referem às aplicações e processo sócio-tecnológicos que exploram os recursos da inteligência coletiva³⁰. Tem por objetivo reforçar os processos democráticos facilitando a participação no mundo eletrônico através do desenvolvimento de políticas online.

Para Guzzi (2010, p. 12), a Web pode proporcionar novas formas de práticas sociais coletivas de organização e regulação do espaço público. Segundo a autora, se no passado a comunicação era caracterizada pela relação um a um, ou seja, de pessoa para a pessoa, com o advento e avanço da Internet, atualmente, uma pessoa se conecta com multidões (um para muitos).

Para facilitar a participação da sociedade através da Web, os teóricos apresentam um conceito que explora as possibilidades de interatividade na rede: a Web 2.0 (BREINDLY & FRANCO, 2008; CHADWICK, 2009; BALTZERSEN, 2010; BERTOT ET AL., 2010; PETRIK, 2010; BRUNS & SWIFT, 2011; PEÑA-LOPEZ, 2011). Outros nomes dados a democracia interconectada são: democracia 2.0 (PEÑA-LOPEZ, 2011), democracia aberta³¹ (KOSTAKIS, 2011) e política 2.0 (PEÑA-LOPEZ, 2011).

Assim, o segundo pressuposto deste trabalho é que, além de estarmos no contexto de emergência de uma sociedade em rede em que a centralidade da informação e disseminação do uso das TICs é intensa, a Internet pode promover a participação.

Participação é entendida nessa pesquisa como o uso das novas tecnologias para a interação, geração de conteúdo e debate entre a própria sociedade e entre a sociedade e o governo através, especialmente, do uso das ferramentas de Web 2.0.

Cabe ressaltar o conceito e as ferramentas de Web 2.0. Segundo Lemos & Levy (2010, p. 38), este termo foi criado em 2004 por Tim O'Reilly para identificar e diferenciar a primeira fase de desenvolvimento da Internet em que suas páginas eram mais estáticas, para a fase atual, onde diversas ferramentas e novas funcionalidades foram adicionadas aos websites,

³⁰ O termo inteligência coletiva aparece em pesquisas como a de Lemos & Levy (2010). Ela se refere ao princípio da conversação e conexão mundial em que é a responsável por transformar o computador pessoal em coletivo, promovendo ações conjuntas e interconexão (LEMOS & LEVY, 2010; MASCARENHAS, 2011). Guzzi (2010) utiliza o termo produção coletiva que se caracteriza pela multidão ser capaz de causar impactos.

³¹ Tradução nossa de *open source democracy*.

fazendo-os mais abertos e participativos. Ferro & Molinari (2010) discorrem que a Web 2.0 é a dimensão da interação social da Internet, ou seja, o que permite uma constante troca de informações entre os usuários.

Osimo (2008) destaca o papel do usuário na Web 2.0 como um produtor de: a) conteúdo através de ferramentas como blogs e wikis; b) gostos e emoções através de ferramentas como *last.fm*³² e *delicious*³³; c) contatos em redes como o *My Space*³⁴ e *Facebook*³⁵; e, d) reputação e feedback em sites como *Ebay*³⁶ e *Trip Advisor*³⁷. Este autor também compreende que a Web 2.0 é formada por um conjunto de:

- Valores como “usuário como produtor”, “inteligência coletiva”; “sites em versão beta perpétuos”; “extrema facilidade de uso”, entre outros.
- Aplicações como blogs, wikis, tags, redes sociais, ferramentas de busca, entre outros;
- Tecnologias como Ajax, XML, Open API, entre outros.

Para fins desta pesquisa será utilizado um conceito amplo de Web 2.0 que define esta como “(...) uma plataforma como um mundo em rede que dá suporte aos usuários individuais para criarem conteúdo individualmente ou coletivamente, compartilhando e atualizando informações e conhecimentos através de dispositivos e ferramentas sofisticadas e de compartilhamento, remixando e melhorando o conteúdo criado por si” (PETRIK, 2010).

2.2.1 Visões de E-democracia

Apesar de não ser nova a ideia de uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) para a melhoria do processo político, desde a década de 90 com o barateamento e difusão das novas tecnologias, especialmente a internet, diversas expectativas foram criadas no sentido de utilizar as possibilidades proporcionadas por estas para a melhoria da democracia (PEIXOTO, 2009).

Segundo Silva (2006):

³² Disponível em: <http://www.lastfm.com.br/>.

³³ Disponível em: <http://delicious.com/>.

³⁴ Disponível em: <http://br.myspace.com/>.

³⁵ Disponível em: <http://facebook.com>.

³⁶ Disponível em: <http://www.ebay.com/>.

³⁷ Disponível em: <http://www.tripadvisor.com.br/>.

As características comunicacionais da Internet – maior capacidade de armazenamento e distribuição de informação, conciliada com a possibilidade de interação em tempo real; convergência dos mais variados formatos de mídia (imagem, som, escrita etc) - tem levado um grande volume de autores a configurar o ciberespaço como uma ferramenta potencializadora para o estabelecimento de formas mais participativas de ação política do cidadão nas democracias de massa contemporânea e na melhoria da qualidade democrática na relação entre sociedade civil e governos (SILVA, 2006, p. 3).

E-democracia pode ser definida como o uso das TICs nos processos democráticos. Contudo, tal qual apresentado por Held (2006), há diferentes conceitos de democracia defendidos pelos teóricos. A definição de e-democracia também passa por essa questão, ou seja, existem diferentes definições de e-democracia apoiadas nas teorias democráticas contemporâneas.

Para PRADO & LOUREIRO (2006, p. 357) é uma nova forma de governo que tem governo eletrônico como uma de suas partes. Já WELP (2007, p. 5, tradução nossa) citando Trechsel et al. (2003) define a democracia eletrônica como:

(...) o uso de meios eletrônicos que dêem aos cidadãos para monitorar os legisladores e responsabilidade política por suas ações em público, quer através do reforço da transparência do processo político, a melhoria da qualidade dos casos de formação de opinião ou aumentar a participação do cidadão no processo decisório.

Uma das principais classificações sobre as possibilidades de uso das TICs nos processos democráticos se divide entre os otimistas e pessimistas³⁸ (GOMES, 2005; MARQUES, 2006; BENKLER, 2006; BEZERRA, 2008; MARQUES, 2008; PEIXOTO, 2009; BORGES & JAMBEIRO, 2010; SAMPAIO, 2010; PERNA, 2010). Essa classificação divide os teóricos que são mais crentes ou descrentes quanto à melhoria da democracia decorrentes do uso das TICs (BEZZERRA, 2008, p. 415).

Os teóricos otimistas quanto ao uso das TICs para a melhoria do modelo democrático, normalmente, são associados aos defensores da democracia direta (GOMES, 2005; HELD, 2006; BEZERRA, 2008; PEIXOTO, 2009). No contexto da crise da democracia representativa, os “cyberotimistas” dispõem que a democracia representativa se caracterizaria pela segunda melhor opção de modelo democrático porque não há a possibilidade de todos deliberarem sobre os negócios públicos no contexto das sociedades em massa. Entretanto, com as possibilidades apresentadas pelas novas tecnologias, os cidadãos poderiam decidir mais facilmente na deliberação dos assuntos públicos por um meio difundido e conveniente como a internet, por exemplo.

³⁸ SAMPAIO (2010) também denomina estes dois grupos de posições: triunfalista e apocalíptica.

Assim, as TICs seriam responsáveis por uma revolução nos modelos democráticos que conhecemos, pois permitiriam que as pessoas participassem de qualquer lugar e sobre qualquer assunto desde que tivesse acesso a um computador acessado a rede (PEIXOTO, 2009):

Na perspectiva otimista, as TICs, que acumulam qualificações relacionadas a custos reduzidos de comunicação, facilidade de acesso, de transmissão e de publicação de conteúdo, seriam uma espécie de revolução democrática com a participação dos cidadãos no processo decisório. A Internet proporcionaria uma tendência a modelos de democracia direta, entendida como a participação da cidadania na tomada de decisões políticas sem a intermediação de representantes (PERNA, 2010, p. 30).

Os teóricos pessimistas não acreditam que as novas tecnologias provocarão mudanças significativas nas relações sociais e na democracia (MARQUES, 2006). Eles apresentam como restrições e déficits: 1) o próprio meio tecnológico que apresenta dificuldades como a exclusão digital; e, 2) restrições e dificuldades que já existem no próprio ambiente democrático como a inexistência de interesses dos cidadãos em participarem dos negócios públicos. Os “cyberpessimistas” entendem que os problemas existentes no “mundo real” não se modificam com a introdução das TICs, ou seja, os problemas no modelo democrático não seriam afetados pelas TICs, só seriam transpostos para o “mundo virtual” (BEZERRA, 2008).

Portanto, enquanto os otimistas consideram a internet como revolucionária para a melhoria da democracia e desenvolvimento da esfera pública proporcionando não só uma mudança qualitativa e quantitativa, mas também gerando um aumento da participação cidadã no processo decisório dando maiores oportunidades, inclusive, de instaurar mecanismos de democracia direta via web, os pessimistas acreditam que se fora do mundo virtual já existem diversas dificuldades de participação na ordem democrática, como falta de interesse do público em participar e assimetria no acesso à informação, no mundo virtual esses problemas não desaparecem, sendo o ambiente digital, por vezes, uma nova forma de exclusão dos cidadãos.

Conforme já exposto acima, esses dois grupos podem ser associados às teorias democráticas contemporâneas. Os otimistas conforme já disposto, normalmente, são defensores da democracia direta. Enquanto, os pessimistas, normalmente, são os defensores da democracia eleitoral ou procedimental ou minimalista. Bezerra (2008) corrobora com essa visão denominando estes dois grupos como “cyberotimistas rousseanianos” e “cyberpessimistas schumpeterianos”:

Os primeiros estão relacionados à percepção de que **as novas TICs constituem um surpreendente caminho para novos padrões de interação em ambientes democráticos, avanços que supostamente poderiam ser observados tanto na postura de políticos e burocratas, quanto nos próprios cidadãos**, fazendo coro, assim, **aos ideais do deliberacionismo ou do participativismo**. Por seu turno, os “cyberpessimistas schumpeterianos” não acreditam nessa possibilidade incremental das TICs no que tange à participação política, seja pela inexistência de interesse por parte daqueles que estão à frente dos poderes públicos, seja **pela apatia quase inerente aos indivíduos, diariamente acossados pelas necessidades e prazeres da vida cotidiana**. Dentro dessa perspectiva, **a participação política está intimamente relacionada ao modo como os indivíduos percebem o mundo público, ou seja, a política e os governantes, como coisas alheias ao leque de questões com as quais precisam de fato interagir e que, basicamente, dizem respeito ao mundo privado** [grifo nosso] (BEZERRA, 2008, p. 415).

O outro grupo, formado pelos “cyberpessimistas”, está relacionado aos teóricos da teoria procedimental. A teoria procedimental reduz a democracia ao período eleitoral e à competição: “(...) faz da representação uma instituição centrada rigorosamente no Estado, cuja relação com a sociedade é deixada ao juízo do representante (tutor); e restringe a participação popular a um mínimo procedimental (eleições como a nomeação de magistrados)” (URBINATI, 2006, p. 199).

Os argumentos dos cyberpessimistas são muitos próximos dos argumentos apresentados pelos teóricos elitistas³⁹, entre eles:

- As novas tecnologias só abrangerão as elites já capacitadas, pois a exclusão digital não permite o acesso de todos os cidadãos às novas tecnologias e a participação dos mesmos (GOMES, 2005; MARQUES, 2006; BEZERRA, 2008; MARQUES, 2008; SAMPAIO, 2010);
- Há uma ausência de racionalidade (como a internet não possui uma ordem os debates se realizariam de maneira pouco precisa) e de civilidade (o anonimato e outros elementos da internet que permitam que as pessoas não se revelem pode gerar agressões entre usuários, por exemplo) (GOMES, 2005; MARQUES, 2006; SAMPAIO, 2010);
- Falta de competência dos cidadãos comuns para discutirem temas específicos que necessitem de especialização e usar as novas tecnologias (MARQUES, 2006; BORGES & JAMBEIRO, 2010);

³⁹ A teoria das elites se caracteriza pela ideia que nem todos estão aptos a participar da tomada de decisão do governo, mas sim “(...) uma elite política habilitada e imaginativa capaz de tomar as decisões legislativas administrativas necessárias” (HELD, 2006, p. 167). Além disso, eles também estão associados em grande parte a teoria procedimental como Schumpeter (1984).

- A falta de vontade dos cidadãos participarem, que não é garantido mesmo que haja possibilidades na internet (GOMES, 2005; BEZERRA, 2008; SAMPAIO, 2010);
- Os grupos de poder também se transferem para a rede e continuam as mesmas disparidades que já ocorrem no mundo “*offline*” (GOMES, 2005; MARQUES, 2008; SAMPAIO, 2010);
- O sistema político continua fechado, ou seja, mesmo com as possibilidades da internet, há poucas experiências de uso da internet para a participação direta dos cidadãos pelos governos (GOMES, 2005).

Entre os otimistas e pessimistas, existe uma terceira divisão de teóricos que analisam as possibilidades do uso das TICs nos processos democráticos: os moderados ou ponderados (MARQUES, 2006; SAMPAIO, 2010). Essa posição analisa o potencial da internet sem a visão dos otimistas que ela resolverá todos os problemas da democracia contemporânea. Marques (2006) defende a posição moderada:

A conformação da esfera pública com fins decisórios necessita de uma ordem mínima de discussão, respeito mútuo e de uma pauta pré-estabelecida de assuntos a serem discutidos (características ressaltadas pela proposta de democracia deliberativa), o que parece pouco viável dada a amplitude e a dispersão típicas do ambiente digital. Em outras palavras, a modalidade de esfera pública virtual enquanto **conversação civil parece ser a mais factível quando comparada às propostas de esfera pública virtual que se referem ao abrigo, decisão e implantação de políticas através do exercício do poder institucional** (MARQUES, 2006, p. 181).

Portanto, o autor considera inviável o ideal dos otimistas que pregam a defesa da democracia direta até mesmo, em alguns casos, estes teóricos consideram a possibilidade de extinção das instituições da democracia representativa devido às possibilidades tecnológicas. Entretanto, isso não significa que se devam ignorar todas as outras possibilidades das novas tecnologias, pois as novas TICs poderiam ser um espaço importante para “(...) reforçar os laços e espaços sociais já existentes, no sentido de abrir mais uma modalidade de comunicação que contribui para a formação discursiva da vontade” (MARQUES, 2006, p. 181). Para o autor, existem problemas fora do ambiente digital que não se resolvem com a introdução das TICs como a vontade das pessoas participarem, mas ao mesmo tempo nunca existiu um espaço tão amplo quanto a rede em que diferentes grupos podem expor sua opinião e se comunicar com atores da área pública e da sociedade civil.

A maior parte da literatura do Brasil sobre e-democracia toma a posição ponderada como a mais adequada (MARQUES, 2006; SILVA, 2005; SAMPAIO, 2010). Outra parte nem sequer toma uma posição e apenas debate as diferenças entre pessimistas e otimistas (BEZERRA, 2008; FREY, 2003). Esse último grupo apresenta que a internet possui o potencial de melhoria das práticas de democráticas, mas nem os otimistas e nem os pessimistas venceram o debate, isto é, não há ainda como prever ou afirmar que o uso das novas TICs modificará ou não essas práticas.

O discurso dos moderados não apresenta a empolgação dos primeiros teóricos com o uso das TICs, que viam esse uso como a resolução dos problemas da democracia (e o problema era a democracia representativa) e como um caminho para a revolução digital, nem a simples mudança das esferas de poder e seus problemas do “mundo real” para o “mundo virtual” como os pessimistas. Estes autores admitem o potencial da internet, como permitir discussões a qualquer tempo, construção de conteúdos pelos cidadãos, entre outros, mas eles também levam em conta o uso político da internet (ou a falta dele).

Apesar de não se referirem especificamente a Urbinati (2006), esses teóricos parecem estar mais próximos da defesa da democracia representativa, pois consideram as novas TICs como um instrumento que pode revigorar a democracia representativa e permitir: a) o controle social; b) a busca de informações na rede sobre os parlamentares, c) o voto em instrumentos autorizativos de poder negativo como o referendo. Portanto, as TICs poderiam auxiliar nos problemas encontrados na democracia representativa.

Por outro lado, alguns teóricos não definem exatamente o que é e-democracia e os conceituam como diversas possibilidades associadas tanto a democracia direta quanto a representativa. Welp (2007), por exemplo, divide a e-democracia em áreas de atuação do uso das TICs: direito do cidadão de acesso à informação pública; orientação ao cidadão como usuário-receptor de serviços públicos; e, participação cidadã com base no direito outorgado pela soberania. A tabela abaixo mostra o que é cada um e como ao mesmo tempo a e-democracia se vinculam com o reforço da democracia representativa e da democracia direta:

Tabela 2 – Áreas de atuação de usos das TICs pelos governos

Tipos	Descrição
Direito do cidadão de acesso à informação pública	Melhorar a qualidade da informação recebida. Busca oferecer transparência a gestão, pois tem o efeito de promover o controle social sobre o governo. É orientado a reforçar a democracia representativa.
Orientação ao cidadão como usuário-receptor de serviços públicos	Ênfase na qualidade da prestação e eficiência interna da organização. Trata-se que o cidadão tenha acesso mais fácil a informação de seu interesse e que possa seguir processos. A simplificação administrativa, a diminuição da redundância, a automatização de processos, entre outros, formariam esta área de atuação.
Participação cidadã com base no direito outorgado pela soberania	Refere-se aos processos de participação democrática a partir do uso das novas tecnologias (consultas online, voto eletrônico, possibilidades de participação no desenho de políticas públicas). Vincula-se especialmente – não que exclusivamente – com formas de participação direta.

Adaptado de WELP (2007, grifo nosso), *tradução nossa*.

Alguns autores associam a e-democracia tanto à participação na tomada de decisão quanto à transparência da gestão pública e os processos de controle através das TICs (WELP, 2007), ou seja, é associada a diversos processos ditos democráticos. A participação eletrônica ou e-participação é uma das formas apresentadas pela literatura sobre e-democracia. Isso significa o uso das TICs como internet e celular para a participação do cidadão na administração pública. Caracteriza-se pela forma direta de participação. Para Vaz (2005) e Welp (2007), são exemplos de e-participação as votações e consultas online.

Seguindo o pensamento adotado pelos moderados outro pressuposto desse trabalho é que a promoção dos valores democráticos nos Estados de Direito contemporâneos e o uso das TICs nos governos não tem o papel de substituir o modelo representativo adotado em grande parte deles através do uso das TICs, mas ainda funcionariam de modo complementar (BENKLER, 2006; FARIA, 2011; PINHO, 2011; KOSTAKIS, 2011).

Portanto, os propósitos da e-democracia no contexto real ainda não apresentam tentativas de democracia direta nas democracias contemporâneas:

(...) parece ser possível afirmar que o tão decantado potencial revolucionário da Internet deve ser relativizado. Para esse potencial se realizar depende da predisposição política do Estado e da Sociedade Civil (...) a questão política não aparece de forma explícita, repousando as percepções e expectativas sobre o papel da internet muito mais nas possibilidades de acesso à informação, à produção do conhecimento fora dos padrões tradicionais da empresa capitalista e nas transformações radicais nas relações sociais que o instrumento enseja. Não se visualizam maiores expectativas com possibilidades de transformação na forma de fazer política por meio da Internet (PINHO, 2011, p. 102-103).

Dahlberg & Siapera (2007) criticam a adoção da Internet em processos democráticos nos Estados contemporâneos afirmando que os governos adotam o modelo consumidor no desenvolvimento das políticas de e-democracia. Assim, os governos utilizam a web para prover serviços, informações, formulários e até votação eletrônica, mas usam uma noção limitada de democracia que não muda as relações de poder já existentes:

No discurso (...) geral político estes desenvolvimentos são vistos como positivos para a democracia, pois eles melhoram a eficiência do sistema (...). Eles [os críticos a esse modelo] veem esse modelo de consumo como uma noção muito limitada de democracia, que não fornece uma participação significativa e contestação adequada de poder. Como tal, ele suporta os discursos dominantes e as relações de poder (DAHLBERG & SIAPERA, 2007, p. 5, tradução nossa).

Devido a essas diferenças de conceito e o pressuposto de que os Estados não estão implantando mudanças significativas na tomada de decisão através do uso da Web, será adotado como conceito de e-democracia um conceito amplo: “(...) o uso dos meios eletrônicos no suporte à prática democrática” (CUNHA, 2005, p. 2).

A partir da adoção do conceito de democracia interconectada, nesta pesquisa processos democráticos são compreendidos como o uso da Web para aumentar a participação da sociedade civil nos temas públicos, ou seja, nos temas que envolvem a esfera estatal, especialmente com a adoção da Web 2.0 (KOSTAKIS, 2011).

2.3 SOCIEDADE CIVIL E INTERNET

O conceito de sociedade civil é controverso e pode até mesmo ser confuso quando relacionado a outros conceitos como terceiro setor, esfera pública, sociedade, comunidade, entre outros (ALVES, 2002, 2004; LEMOS & LEVY, 2010). O objetivo deste tópico é definir um conceito de sociedade civil a ser utilizado para fins desta dissertação e que se relacione com a emergente sociedade da informação.

Alves (2002; 2004) apresentou seis categorias que considerou importantes para compreender o conceito de sociedade civil a partir elementos apresentados por diversos autores:

- 1) Categoria típico-ideal: o termo sociedade civil deve ser compreendido como uma categoria típico-ideal, ou seja, “(...) a sociedade civil não corresponde a uma categoria pura, que pode ser encontrada em lugares diferentes funcionando exatamente da mesma forma, mas deve ser entendida inclusive como um projeto a ser perseguido” (ALVES, 2002, p. 117);
- 2) Espaço não-estatal: instituições pertencentes à esfera estatal não fazem parte do conceito de sociedade civil;
- 3) Campo de poder: o conceito de sociedade civil, tais quais outras construções do mundo social, também é um campo de poder. Isso significa afirmar que há “(...) um espaço de tensão e conflito, onde os diversos atores sociais carregam sua própria lógica (*habitus*) e concorrem para estabelecer um monopólio sobre as diversas espécies de capital efetivamente encontradas e sobre as formas de valorizar esse mesmo capital” (ALVES, 2002, p. 117);
- 4) Espaço dialógico: uma das características da sociedade civil é que os diversos atores sociais enunciam discursos que se cruzam ou complementam ou são concorrentes ou contraditórios (ALVES, 2002, p. 117);
- 5) Proteção jurídica: é necessária a proteção jurídica da sociedade civil para que não sejam os atores sociais privados de sua liberdade;
- 6) Autolimitação: A concorrência entre os atores sociais no contexto do conceito de sociedade civil como um campo de poder pode levar a uma limite que determine o fim da própria sociedade civil. Há um perigo de autodestruição da própria sociedade civil caso as ações desta se encaminhem para outro meio de colonização dentro da sociedade.

Discutir de maneira aprofundada sobre a definição de sociedade civil não é um dos objetivos desse trabalho. Outros trabalhos como o de Alves (2002; 2004) e Brelàz (2007) já explicitaram essas questões. Devido às possibilidades de uso das tecnologias por cidadãos (sozinhos ou em conjunto com outros cidadãos), por movimentos sociais, por organizações do terceiro setor, entre outros, conforme ressaltado por Benkler (2006) procurou-se adotar um conceito amplo de sociedade civil.

Portanto, o conceito adotado será o de Cohen & Arato (1992): “a esfera de interação social entre a economia e o Estado, que inclui acima de tudo, a esfera íntima (especialmente

a família), a esfera de associação (especialmente as associação), os movimentos sociais e as formas de comunicação pública” (COHEN & ARATO APUD ALVES, 2002, p. 110).

Além dos conceitos de sociedade civil, Alves (2002) apresenta pelo menos três análises sobre a sociedade civil em sua tese de doutorado: 1) a associação da origem do termo sociedade civil com a *pólis* grega através dos autores Cohen e Arato (1992); 2) a associação com a modernidade e os diferentes tipos de poderes do Estado e seu relacionamento com a sociedade civil apresentada na literatura de Keane (1988); 3) a associação do conceito de sociedade civil a três linhas de pensamento apontadas por Honneth (1993).

A primeira análise remonta a denominada era clássica para estruturar o conceito de sociedade civil a partir de sua origem e compreender o uso atual deste termo: “A sociedade civil grega, ou a *pólis*, não distinguia os regentes dos regidos. Não existia a noção de “sociedade” como se tornou conhecida na modernidade” (ALVES, 2002, p. 100). No período romano, ocorreu uma tradução do termo (para sociedade civil – *societas civilis*) que “(...) abrangia o príncipe e os senhores feudais ou de propriedades rurais” (ALVES, 2002, p. 101): “De acordo com a maioria dos autores, não ocorreram mudanças significativas na interpretação do conceito durante essa era, a não ser a transferência do termo da Grécia para mundo ocidental” (ALVES, 2002, p. 101).

Portanto, segundo Alves (2002), para a maior parte dos teóricos a modernidade que abrange o desenvolvimento de um novo relacionamento entre a sociedade civil e o Estado moderno. Entre as causas citadas para essa mudança de relacionamento estão a Revolução Industrial e o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

A partir dos ideais da tradição liberal, Keane associou a modernidade com diferentes tipos de poderes de Estado e seu relacionamento com a sociedade civil como, por exemplo, Estado Democrático, Estado Constitucional, Estado Mínimo, entre outros (ALVES, 2002, p. 101-102):

Keane mostra que o principal motivo para o aparecimento do conceito liberal de sociedade civil durante o Iluminismo foi a preocupação com a nova forma de "poder do Estado" que acompanhou a modernidade (KEANE, 1988). Ele salienta que a escola tentou reconciliar “a liberdade de indivíduos, grupos e classes diferentes por meio de coerção e ordem política” (KEANE, 1988, p. 34) e não para servir o capitalismo como afirma a maioria dos marxistas (ALVES, 2002, p. 101).

Honeth (1993) aponta três principais linhas de pensamento sobre a origem da sociedade civil a partir dos conceitos de: 1) **contrato social**; 2) **corporações**; 3) **esfera pública**.

O termo contrato social resulta do conceito deste dado por John Locke que seria “(...) uma transação do Estado natural da sociedade para onde cidadãos livres se associam de acordo com seus interesses econômicos” (ALVES, 2002, p. 102). De acordo com o autor, Hobbes é um dos primeiros autores a utilizarem o termo sociedade civil para contrastá-lo com o Estado de natureza.

A análise da sociedade civil através das corporações é enfatizada por Hegel: “(...) a sociedade civil é responsável pela educação dos indivíduos que a ela se associam, é também coletivamente responsável por evitar o empobrecimento desses, mesmo que seja por sua própria improvidência ou pelas contingências do sistema de mercado” (ALVES, 2002, p. 105). O papel das associações na sociedade civil, segundo Alves (2002), também é apresentada por autores como Putnam e Keane.

Por fim, Honeth aponta os trabalhos sobre a sociedade civil que se aproximam do conceito da chamada esfera pública (ALVES, 2002, p. 108) que é conceituada como “o domínio social na qual são incluídas todas as instituições dentro das quais a opinião pública é formada (...) esse situa o núcleo civil da sociedade a uma distância igual das esferas econômica e política da sociedade” (HONNETH apud ALVES, 2002, p. 102).

Está será a base da análise sobre a sociedade civil adotada pesquisa, especialmente, para compreender as possibilidades de governo e sociedade civil se relacionarem, adotando o conceito de esfera pública virtual. Entretanto, antes de compreender este conceito, é necessário definir o termo esfera pública bem como seus usos e críticas pela literatura como um dos modos de análise da sociedade civil.

O conceito de esfera pública foi apresentado por Jürgen Habermas em 1962 no livro “Mudança Estrutural da Esfera Pública” publicado em alemão (CAMPATO, 2009) e somente traduzido para o inglês em 1969 (GRIPSRUD et al., 2010). Nesta obra, da construção histórica que culmina no conceito de esfera pública burguesa, construído a partir das mudanças oriundas do surgimento nova sociedade burguesa e do Estado de Direito no século XVIII, Habermas (2003) entende a esfera pública como “(...) a linha divisória entre estado e sociedade (...)”.

Para Habermas (2003), a esfera pública apresenta transformações ao longo da história da humanidade em que a retrata a oposição entre público e privado bem como a discussão dos indivíduos sobre as questões pertinentes às atividades do Estado: “A esfera pública política (...) intermedia, através da opinião pública⁴⁰, o Estado e as necessidades da sociedade” (HABERMAS, 2003, p. 45-46).

Portanto, a esfera pública é o espaço em que a sociedade através da opinião pública assegura que o Estado agirá de acordo com esta, assegurando institucionalmente “(...) o vínculo entre lei e opinião pública” (p. 101). Assim, a esfera pública política se refere à discussão pública quando esta se ocupa de objetos conectados com a atividade do Estado (HABERMAS, 2010).

Por outro lado, este conceito excluía então diversos grupos como, por exemplo, os pobres e as mulheres. Citando Kant, o autor afirma que os não-proprietários estavam excluídos do conjunto de pessoas politicamente pensantes, uma condição essencial para a participação na esfera pública, pois não possuíam nem formação nem informação.

Esse período é denominado pelo autor como o período da esfera pública burguesa. Segundo Campato (2007):

Esta forma de esfera pública, **existente entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX** em países como a Inglaterra, a França e a Alemanha, resultaria da intensificação do nível de complexidade das relações econômicas. O progresso das forças produtivas tornaria imperioso o reconhecimento de um domínio em que os proprietários, agora desobrigados a se sujeitar à tutela do Estado, pudessem materializar as possibilidades inerentes à sua atividade. **A autonomia privada constituiria o requisito indispensável para o despontar de uma subjetividade voltada ao uso público da razão** (grifo nosso, p. 23).

A polarização entre Sociedade e Estado bem como complementação entre a autonomia privada e a esfera pública são os temas recorrentes nesta obra de Habermas (2003): “A rigor, não haveria publicidade na ausência de autonomia privada. Em contrapartida, o privado teria encontrado sua definição mais bem acabada quando do apogeu da esfera pública burguesa” (CAMPATO, 2007, p. 24)

⁴⁰ Para Habermas (2003), opinião pública “(...) se constitui em discussões públicas, depois que o público, por formação e informação, torna-se apto a formular uma opinião fundamentada” (p. 85). Em outro excerto, disposto em Habermas (2010): “The expression “public opinion” refers to the tasks of criticism and control which a public body of citizens informally -and, in periodic elections, formally as well-practices vis-a-vis the ruling structure organized in the form of a state” (p. 115).

A interpenetração do poder público no setor privado com a ampliação do primeiro em diversos ambientes do segundo como a ampliação das políticas de bem-estar social e o desenvolvimento da publicidade comercial e das estratégias de mercado fizeram que Habermas reformulasse seu conceito. Em sua revisão, Habermas abandona “o modelo bipolar que colocava a sociedade civil em contraposição ao Estado, e optou pela consideração de diversos públicos ou arenas discursivas espalhados pela sociedade”. Mesmo que ainda dependa “de garantias providas pelo Estado para exercer sua liberdade comunicativa”, em sociedades complexas, o público passa a ocupar um espaço de discussão onde pode exercer sua liberdade comunicativa, a esfera pública.

A partir desse momento, o conceito de esfera pública para Habermas (2003b) pode ser entendido como: “uma estrutura intermediária que faz a mediação entre o sistema político, de um lado, e os setores privados do mundo da vida e sistemas de ação especializados em termos de funções, de outro” (p. 103).

As ideias apresentadas por Habermas (2003) sobre a esfera pública foram utilizadas e criticadas por uma série de teóricos que trouxeram pontos de reflexão sobre um dos termos centrais dos trabalhos deste autor.

Negt and Kluge (2010) propõem a ideia da esfera pública proletária como uma contra-esfera pública em contraponto a esfera pública burguesa apresentada por Habermas. Para estes autores, o uso do termo esfera pública burguesa exclui interesses substanciais da vida e, no entanto, os teóricos desta corrente ainda dizem que representam a sociedade como um todo (NEGT AND KLUGE, 2010, p. 123). Os autores argumentam que o entendimento das reais condições de vida nas sociedades capitalistas está bloqueado por, entre outras coisas, pelas formas de organização da sociedade burguesa, incluindo a esfera pública burguesa (GRIPSRUD et al., 2010, p. 121). A alternativa seria a esfera pública proletária voltada para as massas.

Fraser (2010) criticou o modelo de Habermas a partir de uma perspectiva feminista (GRIPSRUD et al., 2010). Assim, a autora reconstrói o conceito de esfera pública para uma nova época histórica, pois o conceito de Habermas foi desenvolvido para uma “sociedade burguesa”. (...). Então, Fraser (2010) começou a desenvolver um modelo para esta “sociedade pós-burguesa”. Segundo Fraser, uma sociedade justa é caracterizada por uma igualdade de participação na vida social e na tomada de decisão política. Assim, são desenvolvidos os

conceitos de público forte e fraco que são incluídos no livro de Habermas denominado “*Between Facts and Norms*” (1992):

In Habermas' initial version, the public sphere is situated within civil society (opinion formation) and must be separated from the state (decision making) in order to fulfill its function as a counterweight to and a discursive check on the state. Such conceptualization is complicated with the emergence of parliamentary sovereignty because a parliament functions as a public sphere within the state. To conceptualize this situation, Fraser makes a distinction between. "weak publics," referring to deliberative practice consisting only in opinion formation and not decision making, and "strong publics," that is parliaments whose discourse encompassed both opinion making and decision making (GRIPSRUD et al., 2010, p. 127).

Apesar dessas definições e críticas, nesse trabalho optou-se por utilizar o conceito de esfera pública adotado por Benkler (2006) e Castells (2008). Além destes conceitos serem trabalhados por estes autores no contexto da sociedade em rede, eles são úteis para compreender as possibilidades de uso da Web pela sociedade civil em relação aos temas públicos.

Benkler (2006, p. 177, tradução nossa) define como um: “(...) quadro de práticas que os membros da sociedade usam para comunicar questões que eles entendem ser de interesse público e que potencialmente requer uma ação ou reconhecimento coletivos”. Enquanto Castells (2008, p.78, tradução nossa), apresenta como “(...) o espaço de comunicação de ideias e projetos que emergem da sociedade e são dirigidas aos tomadores de decisão nas instituições da sociedade”.

Portanto, esfera pública nesta pesquisa é entendida como as ações da sociedade civil para influenciar na decisão das instituições da esfera estatal.

2.4 ESFERA PÚBLICA VIRTUAL

O conceito de esfera pública virtual, como não poderia deixar de ser, é relacionado pela literatura ao conceito de esfera pública proposto por Jürgen Habermas (2003) já apresentado acima. Segundo Barros & Sampaio (2010, p. 87), o ambiente aberto para comunicação proporcionado pelo desenvolvimento da Web seria capaz de “(...) promover discursos autônomos e críticos, livres de interesse econômicos ou de Estado, o que seria comparável ao modelo normativo de esfera pública delineado por Habermas”.

A priori, o conceito de esfera pública virtual pode ser definido como a relação entre governo e sociedade civil através de web, denotando as possibilidades dos cidadãos

participarem da Administração Pública por meio deste canal eletrônico. Este conceito de esfera pública virtual, para grande parte dos autores, se situa entre as possibilidades ou não da maior participação cidadã na esfera política através do uso dos TICs, e conseqüentemente, no entendimento sobre o que é a esfera pública virtual.

As estratégias estudos sobre esfera pública virtual podem ser divididas em três tipos:

- 1) Estudos que comparam o conceito habermasiano com o uso das novas TICs e concluem que a Internet não pode ser um espaço da esfera pública (LIMA & SILVA, 2010; MARQUES, 2008; BARROS & SAMPAIO, 2010)
- 2) Estudos que comparam o conceito habermasiano com o uso das novas TICs e concluem que existe a esfera pública virtual (DAHLBERG, 2001; UBAYASIRI, 2006; MITRA, 2001);
- 3) Estudos que analisam a esfera pública virtual a partir da emergência da sociedade em rede, citando especialmente a contraposição entre a esfera pública midiática e a esfera pública na sociedade informacional (LEVY, 2003; LEMOS, 2003; BENKLER, 2006; CASTELLS, 2008, 2009, 2011; LEMOS, 2009; LEMOS & LEVY, 2010; SILVA, 2010; KOSTAKIS, 2011).

Geralmente, os teóricos sobre a esfera pública virtual também são divididos em otimistas, pessimistas e moderados tal qual na divisão apresentada nos teóricos que relacionam democracia e Internet. De acordo com Barros & Sampaio (2010), não existe uma visão unânime e sim uma séria de opiniões divergentes sobre a relação entre a Internet, esfera pública e democracia.

Os otimistas defendem que a Internet superou diversas limitações da esfera pública como o acesso aos mais diversos grupos devido ao baixo custo e difusão das novas tecnologias; a ampla disponibilização de informação; a facilidade da comunicação, entre outros. As principais argumentações dos teóricos otimistas sobre o entendimento que as novas TICs, em especial Internet, podem constituir uma esfera pública virtual são resumidos abaixo:

- Dá voz aos segmentos marginalizados da sociedade sem barreiras impostas pela censura governamental ou pelos interesses das indústrias do entretenimento e da informação (GOMES, 2005; MARQUES, 2008; SAMPAIO, 2010);

- Reciprocidade do discurso, ou seja, o cidadão não é um mero leitor como ocorre no domínio dos meios de comunicação em massa, mas também pode participar e produzir conteúdo (comunicação em mão dupla diferentemente da comunicação unidirecional dos meios de comunicação em massa) (FREY, 2005; SILVA, 2005; GOMES, 2005; BENKLER, 2006; MARQUES, 2008; SAMPAIO, 2010);
- Ampla disponibilidade de informação na rede mundial de computadores (GOMES, 2005; BORGES & JAMBEIRO, 2010; SAMPAIO, 2010);
- Facilidade de comunicação direta, rápida e sem obstáculos entre cidadãos e políticos e maior interatividade entre os mesmos (GOMES, 2005; MARQUES, 2008; BORGES & JAMBEIRO, 2010; SAMPAIO, 2010);
- Baixo custo para a participação e obtenção da informação, principalmente com o barateamento e difusão das novas tecnologias (GOMES, 2005; BENKLER, 2006; MARQUES, 2008; SAMPAIO, 2010);
- Maior velocidade para acessar, reunir e transmitir informações (MARQUES, 2008);
- Acaba com a dificuldade referente à distância geográfica e os limites de tempo (GOMES, 2005; MARQUES, 2008; SAMPAIO, 2010);
- A discussão ocorre com bases igualitárias entre os participantes, ou seja, todos têm espaço para discutir e opinar através da Internet. Inclui-se nessa vantagem a possibilidade do anonimato que garantiria a inexistência de discriminação de determinadas opiniões (GOMES, 2005; SAMPAIO, 2010);
- Comodidade, conforto e conveniência pelo uso das TICs (GOMES, 2005);
- Inexistência de filtros e controles na rede que garantem a liberdade de expressão (GOMES, 2005; SAMPAIO, 2010);
- Acesso universal às informações e às novas tecnologias (GOMES, 2005; SAMPAIO, 2010);
- O cidadão pode influenciar no sistema político através da democracia digital direta (GOMES, 2005; SAMPAIO, 2010).

Enquanto os otimistas defendem a Internet como a esfera pública por excelência, os pessimistas apresentam as restrições e déficits do próprio meio tecnológico para a participação dos cidadãos bem como as restrições e dificuldades impostas no próprio ambiente democrático para a garantia da participação. As principais críticas apresentadas pelos teóricos pessimistas estão resumidas abaixo:

- Exclusão digital, que não permite o acesso de todos às novas tecnologias e a participação dos mesmos (GOMES, 2005; MARQUES, 2006; BEZERRA, 2008; MARQUES, 2008; SAMPAIO, 2010);
- Ausência de racionalidade e de civilidade (GOMES, 2005; MARQUES, 2006; SAMPAIO, 2010);
- O ambiente digital é desorganizado (MARQUES, 2006);
- Falta de competência dos cidadãos comuns para discutirem temas específicos que necessitem de especialização e usar as novas tecnologias (MARQUES, 2006; BORGES & JAMBEIRO, 2010);
- A formação da opinião pública no ambiente digital não tem o mesmo aprofundamento que pessoalmente (MARQUES, 2006);
- Dificuldade de formar laços de confiança e solidariedade através da Internet devido à falta de contato físico (MARQUES, 2006);
- Não é apenas o meio que facilita a participação, mas também a vontade dos cidadãos participarem, que não é garantido mesmo que haja possibilidades na Internet (GOMES, 2005; BEZERRA, 2008; SAMPAIO, 2010);
- Qualidade duvidosa da informação disponível na Internet (GOMES, 2005; MARQUES, 2008);
- Excesso de informações (BENKLER, 2006; SAMPAIO, 2010);
- A Internet pode ser monitorada por empresas e governos, como, por exemplo, a China para garantir o poder autoritário sobre os cidadãos (SAMPAIO, 2010);
- A Internet encorajaria escolhas baseadas no interesse privado e acabaria com a interação entre indivíduos na tomada de decisão (SAMPAIO, 2010);

- Fragmentação da esfera pública (EISENBERG, 2003; BENKLER, 2006; SAMPAIO, 2010)

Para os moderados, a Internet não é um caminho para a “democracia direta”. Contudo, esse meio permite discussões a qualquer tempo e possibilita a construção de conteúdo pelos cidadãos que podem ter impacto nas ações dos governantes. Portanto, este grupo admite o potencial da Internet, mas defende que o problema da ampliação da participação não é tecnológico, e sim político, assumindo as TICs como instrumento e não como propiciador da reestruturação da esfera pública (GOMES, 2005; PINHO, 2008).

Da literatura consultada pode-se admitir que a Internet possui algum potencial para expandir a participação e aprimorar a esfera pública. Contudo, este potencial é limitado seja por problemas encontrados no mundo “real” como a exclusão digital seja por problemas inerentes à própria tecnologia, que não seria adequada para a deliberação plena, por exemplo, mas apenas para complementar a formação cívica.

Na revisão da literatura brasileira sobre o tema, a maioria dos autores adota uma posição intermediária, que não vai além das possibilidades e potencialidades do uso das TICs para o aprimoramento da esfera pública. Não se encontrou entre os textos pesquisados uma teoria que analise experiências brasileiras originadas na sociedade civil e que apresente um novo conceito de esfera pública baseada no uso massivo das novas tecnologias interativas da Internet. Como aponta Silva (2010, p. 52), “as tecnologias da informação e da comunicação em rede inauguram formas inéditas de interação, de existência e de debate público, inaugurando, portanto formas inéditas de ação na esfera pública, que, enquanto conceito, para incorporar essas características, passa a carecer de novas definições”.

Geralmente, uma definição de esfera pública virtual relaciona os meios de comunicação de massa com a esfera pública habermasiana e busca novos entendimentos sobre ela a partir das possibilidades apresentadas pelas novas tecnologias.

Outra característica é que a esfera pública na sociedade da informação “(...) não é mais recortada por territórios geográficos, mas diretamente mundial” (LEVY, 2010, p. 13). A nova esfera pública também traz novos modos de ação e valores: a) a abertura; b) a relação entre pares; e, c) a colaboração.

O livro “O Futuro da Internet” de Pi erre Levy e Andr e Lemos (2010) tem como objetivo “(...) analisar as transforma es contemporâneas da esfera pública como resultado da expansão do ciberespaço e considerar as novas possibilidades de desenvolvimento que essa mudança abre para a democracia, especialmente para a delibera o coletiva” (LEVY, 2010, p. 9). Por esfera pública no contexto do ciberespaço, Levy (2010) o denomina como uma mudança que culmina na esfera pública mundial⁴¹. O desenvolvimento dessa esfera pública está associado às possibilidades da Internet permitir uma libera o da expressão pública.

O conceito de networked public sphere (ou esfera pública interconectada) criado por Yochai Benkler   defendido por Silveira (2009), Silva (2010) e Josgrilberg (2008) como uma nova defini o de esfera pública condizente com as mudanças do mundo contemporâneo, especialmente caracterizada pela introdu o das novas tecnologias na vida cotidiana.

Após a Segunda Guerra Mundial, a esfera pública burguesa foi modificada pelos meios de comunica o de massa como jornal, rádio e televisão. Esta mudança da esfera pública burguesa para a esfera pública dominada pela média foi denominada por Habermas (2003) como esfera pública abstrata. Benkler (2006) afirma que a emergência da Internet propiciou a mudança da estrutura de uma esfera pública dominada pela média para outra que possibilita os cidadãos não são a receberem conteúdos, mas também constr -los: uma esfera pública interconectada.

Há uma mudança em curso da esfera pública midiática característica do último século para a esfera pública interconectada. A economia da informa o em rede superaria a esfera pública dos meios de comunica o de massa porque “(...) possibilita muitos mais indivíduos comunicarem suas observa es e pontos de vista para muitos outros, e fazê-lo de uma forma que não pode ser controlado pelos donos da média e não   facilmente corrompido pelo dinheiro, como foram os meios de comunica o de massa” (BENKLER, 2006).

Em contraponto aos meios de comunica o de massa, as novas plataformas tecnológicas permitem que os indivíduos não sejam apenas passivos   informa o, ou seja, eles podem se tornar participantes mais engajados no debate através das suas observa es: “(...) a esfera pública interconectada fornece a qualquer um com um canal para “falar”, inquirir, investigar, sem precisar acessar os recursos de uma organiza o dos grandes meios de comunica o” (BENKLER, 2006, tradu o nossa).

⁴¹ LEVY (2010) também denomina a esfera pública mundial como esfera pública digital.

Assim, é perceptível uma mudança das formas de vigilância e de envolvimento político dos cidadãos. Eles não precisam mais se basear apenas nos meios de comunicação de massa, muitas vezes cooptados por grupos econômicos, e nem sequer precisam apenas receber a informação, mas também produzir conteúdo. As principais diferenças entre a comunicação em rede e a comunicação pelos meios de comunicação em massa são exemplificados por Silveira (2009) na tabela 3 abaixo:

Tabela 3 – Características da comunicação em rede e dos meios de comunicação em massa

RÁDIOS-TV-JORNAL	INTERNET
Unidirecional	Multidirecional
Baixa interatividade	Alta interatividade
Hierárquica	Enredada
Verticalizada	Horizontalizada
Linear	Hipertextual
Analógica	Digital
Nacional/Local	Transnacional/Local

Fonte: SILVEIRA (2009)

Entre essas diferenças, duas são destacadas por Benkler (2006): a arquitetura de rede e os custos para se tornar um falante na rede.

O primeiro elemento se refere à mudança dos links unidirecionais para conexões multidirecionais entre todos os nós do ambiente de informação em rede: “A arquitetura distribuída da rede desloca os centros de poder por diversos nós, de forma que quem mais ganha com a concepção de uma esfera pública baseada nesses novos meios de comunicação são os atores da periferia” (SILVA, 2010). Enquanto, os baixos custos para prática da comunicação eliminariam barreiras para o cidadão se interagir e participar da esfera pública.

Em conjunto, esses dois elementos alteram a capacidade dos indivíduos, individualmente ou coletivamente, para serem participantes ativos na esfera pública em oposição à figura de ouvintes, leitores ou telespectadores passivos.

Apesar de ser um otimista, Benkler (2006) não compartilha de maneira irrestrita com os teóricos que colocam a Internet como a resolução de todos os problemas. A Internet ainda pode ser monitorada por governos autoritários ou pelos donos da mídia. Entretanto, os mecanismos de controles são mais difíceis do que no passado devido a arquitetura da rede, ou seja, os custos para controlar o acesso à rede são mais altos.

Para Benkler (2006), a Internet democratiza porque nesse ambiente “(...) todos são livres para observar, questionar e debater” através de blogs, de participação em grupos de discussão, entre outros. Portanto, a grande modificação da economia informacional em rede na esfera pública é possibilitar que o cidadão não seja passivo na busca pela informação, mas possa participar da construção da informação: “(...) a rede permite que todos os cidadãos mudem sua relação com a esfera pública. Eles já não precisam ser consumidores e espectadores passivos. Eles podem se tornar criadores e fontes primárias dos assuntos” (BENKLER, 2006).

Portanto, para fins desta pesquisa, a esfera pública virtual será entendida como a esfera pública interconectada.

2.5 QUADRO TEÓRICO E CONCEITUAL DE REFERÊNCIA

Após as considerações da revisão de literatura em que se propôs apresentar as principais visões e discussões relacionadas ao tema desta dissertação – Democracia e Esfera Pública Virtual – este tópico tem como objetivo destacar os quadros teóricos e conceituais adotados na pesquisa. Em primeiro lugar, adotaram-se como referências, as teorias da sociedade em rede propostas por autores como Castells (2008) e Benkler (2006).

Em suma, tais teorias colocam como pressuposto uma série de características da sociedade contemporânea como a centralidade da informação e o uso massivo das tecnologias da informação e comunicação e afirmam que elas modificam a economia, a cultura e a sociedade. Dentre essas modificações, cabe ressaltar nesse trabalho aquelas que ocorrem na atuação política, especialmente, da sociedade civil.

A democracia é um dos pontos que podem sofrer impactos da sociedade em rede. O uso das TICs em processos democráticos é, normalmente, denominado e-democracia. Apesar de ser um trabalho árduo definir democracia e processos democráticos conforme apresentado acima, optou-se por não escolher um conceito, mas sim uma abordagem ampla que envolvesse estes processos no uso das novas tecnologias.

Dentre as abordagens adotadas pela literatura na relação entre democracia e Internet, foi escolhida uma que se alinhava com as teorias da sociedade em rede. Estas abordagens relatavam as possibilidades da democracia interconectada ou aberta ou 2.0 (KOSTAKIS, 2011; PEÑA-LOPEZ, 2010; PETRIK, 2010), utilizando as ferramentas de interação e

possibilidades de colaboração de conteúdo das plataformas de Web 2.0 para propor uma maior participação dos cidadãos nos temas públicos, ou seja, nos temas que envolvam a esfera estatal.

Assim, foi definido como democracia interconectada o uso das plataformas interativas na web para incentivar uma participação mais ampla da sociedade civil em que se aproveitam a sabedoria e a perspectiva das multidões bem como os potenciais de colaboração entre os usuários para produzir conteúdos ou produtos que envolvam o Estado.

O conceito de sociedade civil também era importante neste referencial. A partir das pesquisas de Alves (2002; 2004), verificou-se que uma das formas de se estudar a sociedade civil é a partir do termo esfera pública. Apesar das diversas discussões que a definição deste termo suscita desde sua introdução por Habermas na década de 1960, conforme apresentado acima, adotou-se o conceito proposto por Castells e Benkler (2006) em que a esfera pública é entendida como o espaço da comunicação de ideias, práticas, opiniões e projetos da sociedade para os agentes públicos, ou seja, para a esfera estatal.

Esses autores também apresentam que esse espaço de comunicação também pode ocorrer via Internet, sendo geralmente denominada esfera pública virtual. Tal qual o termo esfera pública, a definição de esfera pública virtual também enfrenta uma disputa por um consenso que divergem entre trabalhos, existindo desde os que confirmam a Web como um espaço de comunicação e relação entre governo e sociedade civil até aqueles que descaracterizam a existência da esfera pública na Internet.

Para fins desta pesquisa, a esfera pública virtual é possível porque as possibilidades de uso da Web a um custo baixo e de desenvolvimento da Web 2.0 permitiriam que sociedade civil utilizasse esta ferramenta para publicar, discutir, mobilizar, colaborar sobre temas públicos, ou seja, temas que exigem uma ação do Poder Público.

Assim, adotou-se o conceito de esfera pública interconectada proposto por Benkler (2006). Por esta definição, entende-se que na emergência da sociedade em rede, os cidadãos sozinhos ou em grupos podem tornar-se ativos participantes da esfera pública através do uso das TICs (SILVEIRA, 2009).

Cabe também destacar que tais visões não são unânimes. Neste tópico são apresentadas apenas as teorias e definições adotadas nesta dissertação, contudo, ao longo da

revisão de literatura foram apresentados diversos dissensos sobre as reais possibilidades da Internet permitir essa participação constante dos cidadãos nas questões públicas, especialmente na opinião dos teóricos pessimistas que apontam como problemas da discussão no ambiente virtual: a exclusão digital e a falta de vontade dos cidadãos participarem, entre outros.

Os autores que defendem a existência de uma esfera pública virtual não se isentam de possíveis dificuldades para atingir a consolidação desta. Benkler (2006) aponta que a esfera pública dos meios de comunicação em massa e a esfera pública interconectada coexistem. Enquanto, Kostakis (2011), ressalta que não há um caminho em que o uso das novas tecnologias instantaneamente transforme as democracias.

Portanto, também se adota neste trabalho a visão moderada do uso das TICs pela sociedade civil para influenciar na ação política em que a existência das novas tecnologias e suas possibilidades per si não significa mudanças significativas na relação entre governo e sociedade civil nas democracias contemporâneas, mas que tais mudanças podem acontecer dependendo de uma série de fatores como o uso destas tecnologias pelos movimentos sociais.

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA

Compreender a influência das tecnologias da informação e comunicação (TICs) na vida social é complexo, não importa qual lente você adote para estudá-la.

(POZZEBON, DINIZ & JAYO, 2009, p. 2, tradução nossa)

O objetivo deste trabalho foi identificar as formas pelas quais a sociedade civil no Brasil se relaciona na esfera pública interconectada. Para isso, foram definidas três etapas de pesquisa:

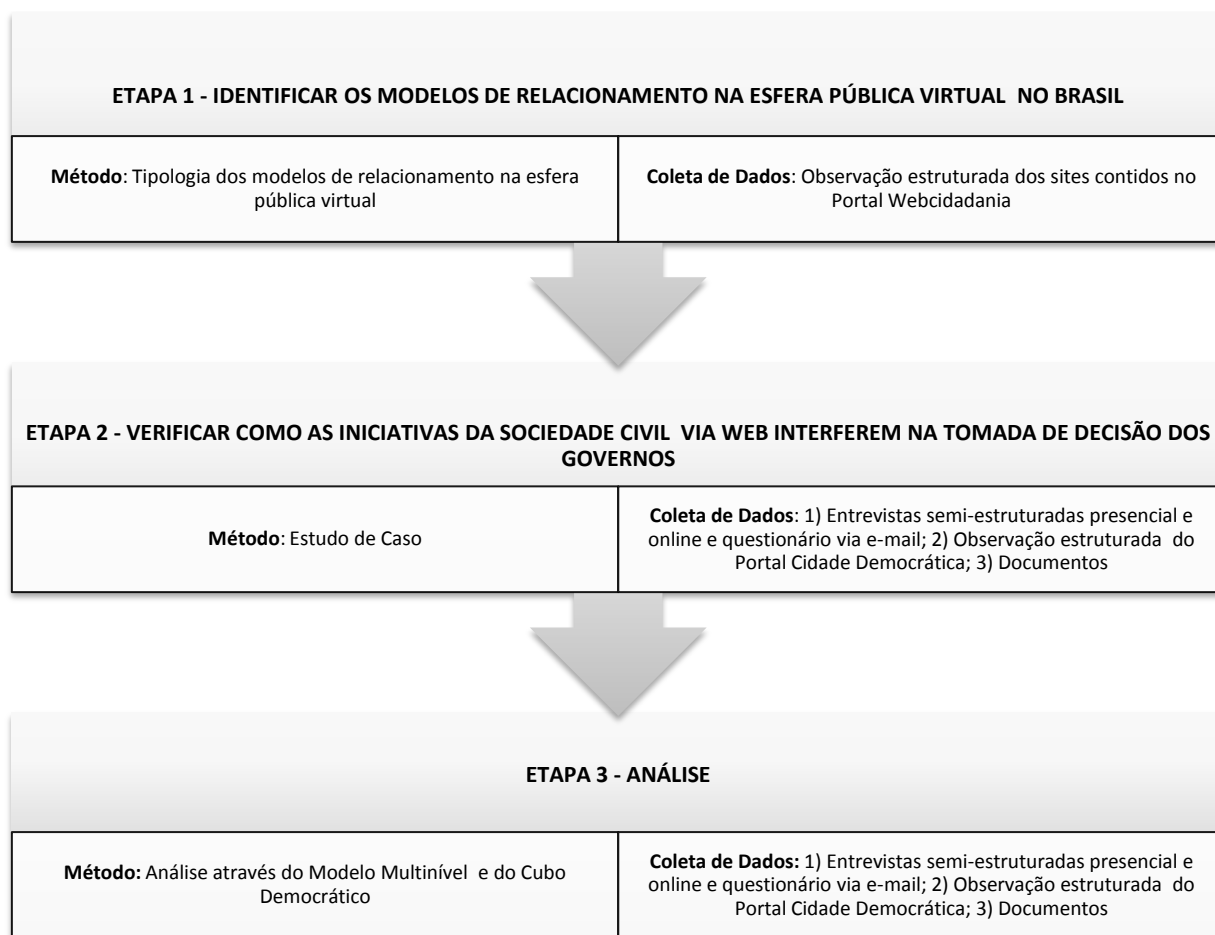
1. A construção de uma tipologia das formas pelas quais a sociedade civil pode utilizar a Web para se relacionar na esfera pública interconectada;
2. Um estudo de caso de uma iniciativa brasileira de uso da Web pela sociedade civil para influenciar na construção de políticas públicas com o objetivo de averiguar no contexto real a relação dessas iniciativas com os governos e seu processo de tomada de decisão;
3. Uma análise dos impactos das iniciativas na Internet na tomada de decisão dos governos a partir da adaptação do método de análise da participação política proposto por Fung (2006) denominado Cubo da Democracia para os projetos digitais.

Geralmente, a primeira etapa de qualquer trabalho científico costuma ser a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre os conceitos e referências teóricas que envolvem a temática escolhida. Neste trabalho não foi diferente, foi realizada uma revisão de literatura sobre os termos que envolvem o tema adotado tais quais esfera pública virtual, e-democracia e uso das TICs pelos governos e sociedade bem como a definição do referencial teórico a ser utilizado. A revisão da literatura permitiu a identificação das principais possibilidades e limites da esfera pública virtual apresentada pelos teóricos. Contudo, para fins desta pesquisa, esta é considerada uma pré-etapa de trabalho que foi apresentada no Capítulo 2.

Portanto, a primeira etapa teve como objetivo apresentar uma tipologia das relações entre governo e sociedade civil através da Web a partir das teorias de esfera pública e a democracia interconectada, relacionadas, especialmente, aos autores Benkler (2006), Castells (2008) e Lemos & Levy (2010), com o objetivo de aplicá-la aos casos brasileiros. Portanto, essa etapa teve como norte mapear iniciativas brasileiras de uso da Web pela sociedade civil e classificá-las conforme a tipologia adotada.

Após a classificação das iniciativas, foi definido o estudo de caso como método da segunda etapa com o propósito de identificar as formas pelas quais o governo reage a tais iniciativas. Finalmente, como última etapa da pesquisa, foram elaboradas as análises sobre como os modelos de relacionamento entre governo e sociedade civil podem consolidar a esfera pública interconectada no Brasil e o relatório final da pesquisa que culminou nesta dissertação de mestrado.

Quadro 1 – Etapas da Metodologia



Elaboração Própria.

3.1 MÉTODO E TÉCNICAS: ETAPA 1 – TIPOLOGIA DOS MODELOS DE RELACIONAMENTO NA ESFERA PÚBLICA VIRTUAL

Entre os métodos possíveis de mapeamento dos diversos modos de uso da Web pela sociedade civil na esfera pública cabe ressaltar duas possibilidades: a construção de tipologias e taxonomias.

Por exemplo, Sanchez (1993), Doty & Glick (1994) e Bailey (1994) discorrem que existem diferenças entre a taxonomia e a tipologia. Segundo Jayo & Diniz (2010):

Ambas têm por objetivo agrupar fenômenos em classes exaustivas (isto é, que compreendam todos os fenômenos observados), **e mutuamente exclusivas** (cada um dos fenômenos deve caber em uma única classe). **A taxonomia, porém, envolve agrupar fenômenos em classes empiricamente construídas**, isto é, que emergem do próprio processo de análise dos dados. Assim, na aplicação de um método taxonômico, não é só o agrupamento dos fenômenos examinados em classes, mas também as próprias classes, que são resultado do procedimento de investigação. Esta lógica se diferencia daquela envolvida **na tipologia, em que se levam em conta classes de fenômenos definidas a priori, derivadas de elaborações conceituais ou distinções teóricas** [grifo nosso] (JAYO & DINIZ, 2010).

Segundo Martín-Peña & Díaz-Garrido (2008), o termo configuração denota uma coleção de características multidimensionais que são diferentes de um ponto de vista conceitual e, frequentemente, ocorrem simultaneamente (p. 201). Para os autores, configurações podem ser representadas por tipologias ou taxonomias. Sendo que a primeira é desenvolvida a partir da teoria, e a segunda a partir da análise empírica. Entre as vantagens de se adotar um modelo de tipologias ou taxonomias, é citado pelos autores:

Uma classificação mais geral permite aos pesquisadores para fazer previsões mais amplas sobre o comportamento de todos os membros de uma determinada associação. Sempre que possível, devemos obter uma configuração como reduzida e ajustada quanto possível, porque isso faz a identificação e recuperação de informações mais fácil. Por último, as configurações, se tipologias ou taxonomias, não devem ser especificadas para um determinado período de tempo, uma vez que deve ser útil para identificar o passado e o futuro de qualquer característica ou o objeto da organização de análise, permitindo ao pesquisador realizar estudos longitudinais (MARTÍN-PEÑA & DÍAZ-GARRIDO, 2008, p. 201, tradução nossa).

Estes autores apresentam diferentes perspectivas conceituais das tipologias como um sistema de classificação conceitual que surge a partir de uma perspectiva teórica em que: “O pesquisador passa por uma estrutura conceitual desenvolvida “a priori” e uma vez concebida, ele pode identificar a opção ideal que permite à empresa atingir os seus objetivos devidamente” (MARTÍN-PEÑA & DÍAZ-GARRIDO, 2008, p. 202, tradução nossa).

Tabela 4 – Diferenças entre tipologia e taxonomia

	Tipologias	Taxonomias
Definição	Tipos ideais	Classificações de organizações reais em grupos representativos e mutuamente exclusivos
Objetivo	Para corresponder a um dos tipos ideais teoricamente proposto para obter melhores resultados	Para obter grupos estáveis, utilizando diversas técnicas e amostras de dados
Abordagem Básica	<i>A priori</i>	<i>A posteriori</i>
Características-chave	<ul style="list-style-type: none"> - Fornece teorias genéricas para todos os tipos e teorias para cada tipo - Especifica os fatores que compõem a base teórica - Pode ser testado empiricamente 	<ul style="list-style-type: none"> - Escolha correta de classificação de variáveis - Não é influenciado por técnicas ou amostra de dados; - Capacidade para gerar conhecimento
Resultado do Procedimento	<ul style="list-style-type: none"> - Tipos de organizações formadas antes de alocar a cada classe. - Empresas são classificadas de acordo com a teoria anterior, em vez de base empírica estudos. 	Taxonomias emergem de procedimentos empíricos utilizados para descrever grupos de empresas com base no grau de semelhança entre as variáveis ou as suas características

Fonte: MARTÍN-PEÑA & DÍAZ-GARRIDO, 2008, p.202, tradução nossa.

Doty & Glick (1994) apresentam as diferenças substanciais entre tipologia, taxonomia e esquemas de classificação. Devido a uma disseminação na literatura de que tipologias, taxonomias e classificações são termos sinônimos e a pouca profundidade das explicações sobre o desenvolvimento de tipologias, estas, muitas vezes, são entendidas mais como sistemas de classificação do que teorias (DOTY & GLICK, 1994, p. 232). As tipologias, geralmente, definem conceitualmente “tipos ideais” e podem ser consideradas contribuições teóricas desde que atendidas algumas características apresentadas pelos autores.

O conceito de tipologia proposto por Doty & Glick (1994) definiria o propósito desta dissertação não o de construir uma tipologia, mas sim um sistema de classificação: “(...) esquemas de classificação e taxonomias, referem-se a sistemas de classificação que categorizam fenômenos em conjuntos mutuamente exclusivos e exaustivos com uma série de regras de decisão discretas” (DOTY & GLICK, 1994, p. 232).

Contudo, de acordo com Gregor (2006), apesar de Doty & Glick (1994) argumentarem que o termo tipologia só pode ser utilizado em casos especiais em que um conjunto de tipos ideais é derivado da teoria, tipologias são usadas mais ou menos como sinônimas para taxonomias e classificações (GREGOR, 2006, p. 17).

Para Gregor (2006, p. 17), independente da nomenclatura dada, tipologia, taxonomias ou sistemas de classificação, ou seja, a análise que envolve descrição ou classificação de dimensões, características de grupos, indivíduos ou situações podem ser utilizadas e contribuir até mesmo em teorias, principalmente, quando se conhece pouco sobre um fenômeno. Para Jayo & Diniz (2010), as formas de classificação são úteis “(...) quando o pesquisador detém pouco conhecimento prévio sobre o seu objeto”.

Conforme disposto nos tópicos anteriores, as iniciativas de uso das TICs pelos cidadãos que influenciam na Administração Pública ainda são pouco exploradas pela teoria a partir dos casos empíricos e estão em constante mudança e surgimento devido às mudanças das próprias tecnologias e ampliação das iniciativas.

No caso desta pesquisa, a existência de classificações que abrangem as iniciativas da sociedade civil ainda é pouco explorada pela literatura, que apresenta na maior parte dos estudos apenas as potencialidades do uso das TICs para a melhoria da relação entre sociedade civil e governo através de classificações, geralmente, a partir da perspectiva dos governos, especialmente nos estudos da área de Administração Pública e Governo.

Portanto, a partir da análise das diferenças entre taxonomias e tipologias, optou-se pela construção de uma tipologia, utilizando essa denominação para a construção de uma classificação dentro das possibilidades de contribuições teóricas do Tipo I denominado Teoria para Análise por Gregor (2006). Ou seja, foi definida uma classificação a partir da teoria para identificar os modelos de relacionamento da sociedade civil na esfera pública virtual. O motivo dessa escolha foi devido a desafios como o tempo para a finalização da pesquisa, pois a taxonomia exige um estudo em maior profundidade do processo de análise para a construção de categorias. Assim, as categorias foram construídas antes da análise das iniciativas brasileiras.

A tipologia construída para esta pesquisa demonstra as possibilidades de uso da Internet pela sociedade civil para participar da esfera pública interconectada e foi denominada ***Modelos de Relacionamento na Esfera Pública Virtual***.

A tipologia utilizada foi uma versão aprimorada da já adotada por Ribeiro & Diniz (2011), que teve como objetivo ressaltar as várias formas de comunicação que a web permite à sociedade civil para contribuir na melhoria dos processos democrático:

Tabela 5 – Formas de relacionamento entre governo e sociedade civil através da Web

Categoria	Descrição
Disponibilização de informação	Sites que produzem conteúdo para informar a sociedade.
Criação de conteúdo	Sites que permitem ou incentivam que qualquer usuário produza e publique conteúdo na Web.
Discussão e colaboração	Sites que permitem e incentivam a discussão e a produção colaborativa entre os usuários.

Adaptado de Ribeiro & Diniz (2011).

Também foi acrescentada uma nova dimensão à classificação proposta por estes autores que será apresentada logo abaixo.

Uma das principais dificuldades para construir uma tipologia no uso da Internet pela sociedade civil são a complexidade das interações que este meio permite e as rápidas mudanças, avanços e até mesmo extinção de certos aplicativos ou mesmo dos próprios sites que podem ocorrer. Assim, as dimensões definidas para classificar as iniciativas da sociedade civil foram escolhidas a partir dos principais elementos característicos das teorias da sociedade em rede. Tais teorias apontam como principais características da sociedade da informação:

- 1) A possibilidade de uma grande quantidade de pessoas poderem utilizar as novas tecnologias da informação e comunicação para proverem e receberem informações a um baixo custo;
- 2) A capacidade de constante interação e comunicação através da Web, especialmente com a adoção de plataformas Web 2.0.

Portanto, os usos dos meios de comunicação antes restritos a mídia ou outros agentes que pudessem arcar com tais custos passaram a não serem mais barreiras para que movimentos sociais, organizações da sociedade civil e até mesmo o cidadão per si utilize as TICs para a construção de conteúdo que envolva a esfera estatal (BENKLER, 2006; CASTELLS, 2008; LEMOS & LEVY, 2010; KOSTAKIS, 2011; RIBEIRO & DINIZ, 2011). Além disso, a relação na Internet seja entre pares ou entre diferentes grupos permite uma constante troca de informações em uma via de mão dupla e até mesmo a produção

colaborativa de conteúdo e produtos (BENKLER, 2006; PETRIK, 2010; GUZZI, 2010; KOSTAKIS, 2011).

A partir da literatura foram definidas como as duas dimensões da tipologia apresentada neste trabalho: a) Usuários e, b) Interatividade.

A primeira dimensão – **Usuários** - se refere a gama de agentes que podem instituir iniciativas uso da Web que influenciam ação estatal: organizações não-governamentais, cidadãos, empresas⁴², movimentos sociais, jornalistas, entre outros. As novas tecnologias e as facilidades associadas a elas como o baixo custo tornam mais complexas a definição dos responsáveis por tais iniciativas, podendo até mesmo ser formada por mais de um agente.

Fung et al. (2010) apresentou como uma de suas classificações das iniciativas da sociedade civil a por usuários, dividindo-os em “Usuários de Massa” (Cidadãos, consumidores e residentes de uma vizinhança em particular) e Usuários de Organizações (Jornalistas, organizações não-governamentais, governos e corporações). Nesta pesquisa, a dimensão Usuários adotará essas categorias propostas pelos autores.

Os **Usuários de Massa** se referem às iniciativas engendradas por cidadãos, individualmente ou de forma colaborativa. Representam as iniciativas que envolvem desde criar um blog sobre assuntos que afetem à esfera pública até grupos de discussão sobre uma temática pública. O conceito de autonomia ampliada apresentado por Benkler (2006) demonstra essa capacidade que a sociedade em rede permite aos indivíduos de atuar por si próprias sem necessariamente depender de organizações formais para atuar: “Essa experiência afeta a expansão da autonomia dos indivíduos para agir e colaborar com outros independentemente de autorização” (GUZZI, 2010, p. 35).

Os **Usuários de Organizações** abrangem as iniciativas provenientes de jornalistas, organizações não-governamentais (ONGs), movimentos sociais, universidades e corporações. As iniciativas também podem surgir de grupos da sociedade civil que já possuem atuação fora da rede como o Movimento Voto Consciente⁴³ que utiliza a rede para divulgar os trabalhos e propósitos da organização. O quadro abaixo resume as categorias desta dimensão:

⁴² Apesar de geralmente não serem consideradas como parte da sociedade civil, empresas e jornalistas entram nessa dimensão porque podem criar iniciativas através da Internet em que os cidadãos podem se informar, discutir ou debater temas públicos.

⁴³ Disponível em: <http://www.votoconsciente.org.br/site/>. Acesso em 15. DEZ. 2011.

Quadro 2 – Dimensão Usuário

Categoria	Descrição	Exemplos
Usuários de Massa	São as iniciativas de uso da Internet criadas por cidadãos sem que estes estejam associadas a qualquer usuário de organizações para a construção dessa iniciativa.	O projeto Congresso Aberto ⁴⁴ é desenvolvido por dois cientistas políticos com o objetivo de aumentar a transparência e contribuir para debates acerca do legislativo brasileiro, facilitando o acesso à informação e análises sobre o tema através do uso de dados oficiais providos por diversos órgãos do governo para gerar um panorama completo da atuação de parlamentares e partidos.
Usuários de Organizações	São as iniciativas de uso da Internet criadas por uma organização ou mais organizações (jornalistas, corporações, universidade, organizações não-governamentais, governos, movimentos sociais).	O premiado portal Excelências ⁴⁵ é mantido pela ONG Transparência Brasil. Traz informações sobre parlamentares a partir de dados de fontes públicas e projetos mantidos por eles.

Elaboração própria.

Proposta por Benkler (2006), o conceito de esfera pública interconectada modifica a definição original habermasiana de esfera pública, e busca novos entendimentos sobre ela a partir das possibilidades apresentadas pelas novas tecnologias interativas associadas à Internet, como blogs, páginas web e redes sociais.

A partir das inferências de Benkler (2006) e outros autores que ressaltam o potencial de interação na Internet, especialmente o desenvolvimento da Web 2.0⁴⁶, foi definida como segunda dimensão a **interatividade**. Isto implica na definição de modelos de relacionamento na esfera pública virtual dentro desta dimensão que atendam desde iniciativas que divulguem

⁴⁴ Disponível em: <http://www.congressoaberto.com.br/>. Acesso em 12. DEZ. 2011.

⁴⁵ Disponível em: <http://www.excelencias.org.br/>. Acesso em 12. DEZ. 2011.

⁴⁶ Outros nomes para Web 2.0 são: Software Social, Computação Social, Web Participativa e Conteúdo gerado pelo usuário (OSIMO, 2008).

informações sobre o Estado por parte da sociedade civil até aquelas que permitam uma interação constante entre os usuários como a criação de uma rede social online.

Assim, as categorias da segunda dimensão são divididas em três e serão as mesmas utilizadas por Ribeiro & Diniz (2011), só que com outra nomenclatura, de acordo com o grau de interatividade⁴⁷:

- Interatividade Básica
- Interatividade Intermediária
- Interatividade Avançada

A categoria 1 – **Interatividade Básica** – representa as iniciativas via web criadas pela sociedade civil com o objetivo principal de divulgação de informação na esfera pública virtual. É o modelo menos interativo, característico de sites estáticos, ou seja, em que o usuário é passivo em relação ao conteúdo. Portanto, sua principal característica é a comunicação unidirecional. A principal característica dessa categoria é que o conteúdo disponível na Web é praticamente todo definido por quem criou a iniciativa, ou seja, quem tem controle sobre o que é publicado na página da iniciativa é o próprio criador.

Outros canais de informação são um dos pressupostos da esfera pública interconectada. Segundo Benkler (2006), a possibilidade de qualquer pessoa (per si ou em conjunto com outras pessoas) produzir informação na web é um dos atributos mais significativos que as novas tecnologias permitem. Portanto, nessa categoria estão inclusos os sites que apresentam conteúdo sobre a Administração Pública com o objetivo de informar os cidadãos. Eles apresentam um menor grau de interatividade, mas permite que os cidadãos se informem através de outros meios que não sejam a mídia tradicional ou o próprio governo.

As principais características dessa categoria são:

- Comunicação unidirecional: o fluxo da informação é unidirecional, ou seja, geralmente, só é possível que as demais pessoas sejam receptores do conteúdo;
- Encontra-se, geralmente, na Web 1.0⁴⁸, ou seja, faz uso de ferramentas tecnológicas típicas desse grupo como portais estáticos, entre outros;

⁴⁷ Na tese de doutorado de Eduardo Diniz (2000) esta é a nomenclatura utilizada para classificar a interatividade do uso da Web por bancos no Brasil.

- Pouco ou quase nenhum espaço para comentários das pessoas na própria iniciativa. Geralmente, o contato pode ser realizado através de e-mail ou formulário eletrônico;
- Pode conter alguns aplicativos de Web 2.0: blogs, redirecionamento para perfis e compartilhamentos em redes sociais. Contudo, o principal foco da iniciativa é a disponibilização do conteúdo para os cidadãos e não a contribuição destes para o conteúdo do site;
- Os principais propósitos destas iniciativas costumam ser divulgação de uma campanha, movimento, organização, tema ou questão que tenham relação com a esfera estatal.

A segunda classificação foi denominada **Interatividade Intermediária**. O potencial da Internet foi percebido por diversos grupos da sociedade para influenciar e incentivar que outros cidadãos utilizem esse meio para pressionar e fiscalizar governos. Assim, outras possibilidades na esfera pública interconectada foram criadas para que os cidadãos publiquem ou participem de discussões online.

São sites que permitem ou incentivam que qualquer usuário produza e publique conteúdo na web em parte do site. Estes sites abrem espaço para publicação de informação dos usuários ou explica como os cidadãos podem usar as novas tecnologias para produzir conteúdo. Por exemplo, disponibilizando tutoriais de como criar blogs ou campanhas online.

Benkler (2006) ressalta a produção fora do mercado, ou seja, sem objetivos econômicos que a economia informacional em rede pode propiciar. Por isso, há um potencial para que haja um incentivo a participação dos cidadãos na discussão da coisa pública através da Web. Esses sites possuem um espaço para que o cidadão interaja ou publique conteúdo.

As principais características dessa categoria são:

- Maior espaço para que as pessoas apresentem seus comentários, mas ainda há alguma moderação ou escolha do conteúdo dos usuários a serem postados pelos fundadores das iniciativas;

⁴⁸ Segundo Petrik (2010, p. 19): “Web 1.0 describes the traditional, single-sided one-to-many method of browsing information online. The content creator, usually the website administrator acts as sender and provides data to a multitude of Internet users”. Para o autor, os usuários participam do jogo em um papel bastante passivo, pois não tem influência direta na criação de conteúdo e distribuição.

- Também podem apresentar tutoriais e outros materiais para auxiliar as pessoas a utilizarem a Web para mobilizações, campanhas, controle da Administração Pública, entre outros;
- Geralmente, parte do conteúdo é construída por qualquer pessoa e a outra parte é construída pelos fundadores das iniciativas;
- Maior uso de ferramentas interativas específicas de Web 2.0 e de busca por qualquer pessoa.

O desenvolvimento das tecnologias, especialmente das ferramentas de Web 2.0⁴⁹, permitiu que as possibilidades de publicação superassem a comunicação unidirecional, ou seja, a interatividade poderia ir além de uma página estática tal qual apresentado no modelo 1. Assim, as páginas podem ser construídas colaborativamente ou com contribuições diretas dos cidadãos através de textos, vídeos, fotos ou qualquer outro meio multimídia.

Para Benkler (2006), umas das potencialidades mais significativas que as novas tecnologias são as possibilidades da *peer production*. O autor ressalta a criação de conteúdo colaborativo e manifestações que a web permite. Assim, a terceira categoria se refere às possibilidades de **Interatividade Avançada**. São os sites que permitem e incentivam a discussão e produção colaborativa entre os usuários. Podem ser desde construção colaborativa de propostas de leis e políticas públicas até a construção de *mashups*⁵⁰ e utilização de *crowdsourcing*⁵¹, por exemplo.

As principais características dessa categoria são:

- Interação constante entre os usuários, podendo permitir até que usuários de diferentes grupos como governos, organizações e cidadãos troquem informações;

⁴⁹ “(...) Web 2.0 é uma abordagem "colaborativa" que dá aos usuários da Internet um papel ativo na criação e distribuição de conteúdo” (PETRIK, 2010, p. 19, tradução nossa).

⁵⁰ “(...) são aplicativos ou sites que misturam conjuntos de dados diferentes, ou funcionalidades de tecnologias externas (de outros aplicativos ou outros sites), para criar, dos cruzamentos entre essas diferentes fontes, informações novas e únicas, ou mesmo novas funcionalidades, novas formas de se interagir com a informação” (SILVA, 2010, p. 93).

⁵¹ “(...) baseia-se na ideia de permitir que um grande número de pessoas crie, por meio de pequenas contribuições individuais, um bem que não poderia ter sido feito tradicionalmente por um único indivíduo ou por uma organização” (BRITO, 2008, tradução nossa).

- Uso de aplicativos e valores típicos da Web 2.0 como redes sociais, páginas wikis, entre outros;
- Construção da maior parte do conteúdo pelos usuários;
- Possibilidades de construção conjunta de conteúdos ou produtos pelos usuários através da colaboração entre eles, como por exemplo, a construção de *mashups*.

Quadro 3 – Dimensão Interatividade

Categoria	Descrição	Aplicativos Web 2.0⁵²	Exemplos
Básica	São as iniciativas em que o maior responsável pelo conteúdo do site é o seu criador. Portanto, há pouco ou nenhum espaço para interação com outros usuários através da iniciativa. O principal objetivo destas iniciativas são a divulgação de informações pertinentes à temas públicos.	<ul style="list-style-type: none"> • Blogs; • Espaços para comentários sobre o conteúdo disponibilizado no site; • Perfis em aplicativos de Web 2.0 como redes sociais. 	O site da ONG Instituto Pólis ⁵³ não possui nenhuma ferramenta de interação com usuários. Caracteriza-se por disponibilizar informações, estudos e notícias sobre temas relacionados aos trabalhos da organização.
Intermediária	São as iniciativas em que a maior parte do conteúdo ainda é provida pelos fundadores da iniciativa. Contudo, já existem espaços no site para que as pessoas publiquem conteúdo ou de interajam.	<ul style="list-style-type: none"> • Espaços para que os usuários publiquem conteúdo colaborativamente ou não; • Perfis em aplicativos de Web 2.0 como redes sociais. 	O Portal da Rede Nossa São Paulo ⁵⁴ possui uma seção para que qualquer pessoa publique ideias e propostas de políticas públicas para melhorar a cidade que fica disponível no próprio site para que qualquer um acesso e, por exemplo, divulgue em suas redes sociais.
Avançada	São as iniciativas em que o propósito é a construção do conteúdo e interação	<ul style="list-style-type: none"> • Ferramentas de interação que permitam 	O Movimento Brasil Aberto ⁵⁵ utiliza ferramentas Wiki para

⁵² Este rol não é taxativo. Portanto, as aplicações apresentadas são meramente exemplificativas das possibilidades de interação que algumas ferramentas proporcionam.

⁵³. Disponível em: <http://www.polis.org.br/>. Acesso em 12. DEZ. 2011

⁵⁴ Disponível em: <http://nossasaopaulo.org.br>. Acesso em 12. DEZ. 2011

⁵⁵ Disponível em: <http://www.brasilaberto.org/>. Acesso em 12. DEZ. 2011

	por qualquer usuário que deseje participar.	comentários, respostas aos comentários, entre outros; <ul style="list-style-type: none"> Ferramentas de produção de textos colaborativos como, por exemplo, através de Wikis. 	produzir colaborativamente o material para a campanha de aprovação integral da Lei de Acesso à Informação Pública em 2011.
--	---	---	--

Elaboração própria.

Após estas considerações, os modelos de relacionamento na esfera pública virtual podem ser resumidos em seis categorias:

- 1) Iniciativas de usuários de massa com interatividade básica;
- 2) Iniciativas de usuários de massa com interatividade intermediária;
- 3) Iniciativas de usuários de massa com interatividade avançada;
- 4) Iniciativas de usuários de organizações com interatividade básica;
- 5) Iniciativas de usuários de organizações com interatividade intermediária;
- 6) Iniciativas de usuários de organizações com interatividade avançada.

Por outro lado, outras dimensões como qual o propósito da iniciativa, quais funcionalidades, qual o alcance das iniciativas fora do mundo virtual, quais as possibilidades de alcance na tomada de decisão dos governos, entre outros, também podem ser consideradas importantes para a definição de um modelo de relacionamento. Contudo, tal qual disposto no referencial teórico, um dos pontos em comum dos autores sobre a esfera pública interconectada é a possibilidade de liberação da palavra e colaboração através da Web que remete diretamente às possibilidades de interatividade através da rede mundial de computadores. Nesta, a disseminação da Web 2.0 e os usuários que a utilizam para criar iniciativas no ambiente digital da esfera pública foram escolhidos como fatores primordiais para a construção da classificação.

Portanto, o nível de interatividade das iniciativas da sociedade civil e os grupos fundadores de tais iniciativas foram escolhidos como as dimensões para a definição dos modelos de relacionamentos da sociedade civil na esfera pública virtual.

Cabe ressaltar que o uso do termo esfera pública virtual nesta pesquisa significa retirar da classificação iniciativas cujo objetivo não tenha relação com a esfera estatal. Por exemplo, um grupo de discussão online sobre um seriado de televisão não faria parte de nenhum modelo de relacionamento, pois não envolve a sociedade civil em uma discussão que exija o reconhecimento ou ação da esfera estatal em relação à comunicação via Web.

A terceira fase dessa etapa da pesquisa se caracterizou pelo mapeamento de iniciativas brasileiras que usam as TICs para influenciar na Administração Pública. Esse mapeamento foi realizado através da observação estruturada de sites que envolviam temáticas relacionadas à esfera estatal. Assim, os propósitos desta etapa foram dois:

- a) Separar os casos mais diversos possíveis em termos de propósito, uso de ferramentas tecnológicas e grau de interação entre cidadãos e entre cidadãos e governos para classificá-los conforme os modelos de relacionamento na esfera pública virtual anteriormente definidos;
- b) Definir a iniciativa que foi objeto de estudo de caso na segunda etapa da pesquisa;

Portanto, a coleta de dados desta fase ocorreu através observação estruturada dos sites, que permitiu descrever as iniciativas da sociedade civil e separá-las por objetivo, ferramentas tecnológicas e grau de interação com os governos. Segundo Teixeira (2004, p. 21-22), a observação estruturada “é um processo sistemático utilizado para recolher as informações relacionadas com o problema da investigação e orientada por uma pergunta, propósito ou problema”.

Para definir quais seriam as iniciativas a serem observadas em um mundo tão grandioso quanto à rede mundial de computadores, que é composta por uma quantidade gigantesca de websites, optou-se por classificar as iniciativas apresentadas no site Webcidadania⁵⁶. Este é um site que redireciona os usuários para uma série de projetos oriundos da sociedade civil, corporações e universidades. Atualmente, 29 projetos estão disponíveis em sua página principal.

Foram retiradas da coleta de dados as iniciativas que:

⁵⁶Disponível em: <http://webcidadania.org.br/>. Acesso em 01. DEZ. 2011.

- Não estão em funcionamento (Blog Senso Incomum⁵⁷, BOVAP⁵⁸, Eleitor 2010⁵⁹);
- Não são brasileiras (AVAAZ.org⁶⁰, 10 Perguntas⁶¹);
- Não são relacionadas diretamente com a Administração Pública ou tema público em qualquer nível (#Doepalavras⁶² e Vá de galinha⁶³).

Apesar de não se negar que esses projetos possam ter alguma importância na sociedade, para fins desta pesquisa tais experiências não se relacionam diretamente com a definição de esfera pública virtual utilizada ou não são possíveis de serem analisados por não estarem funcionando plenamente.

Portanto, foram realizadas a observação estruturada e a análise de 22 iniciativas brasileiras. Os websites foram visitados entre novembro de 2011 e janeiro de 2012. A sistemática de observação dos sites teve os seguintes critérios:

- 1) Procurar pelos responsáveis pela iniciativa e defini-los como Usuário de Massa ou Usuário de Organização;

⁵⁷ Iniciativa que pretende ser uma plataforma de financiamento coletivo (*crowdfunding*) para “indivíduos não-governamentais”. Encontra-se fora de funcionamento, pois se uniu a plataforma Itsnoon.net e o novo projeto ainda não foi inaugurado. Disponível em: <http://www.sensoincomum.com.br/blog/>. Acesso em 05. DEZ. 2011.

⁵⁸ É um sistema de negociação online de valores políticos com a lógica do mercado financeiro criado pela corretora Souza Barros Câmbio e Títulos S.A. Mais de sete mil pessoas usaram a ferramenta e colocaram suas opiniões políticas em formato de ordens de compra e de venda dos políticos, especialmente os candidatos nas eleições nacionais em 2010. O projeto foi encerrado em novembro de 2010 após nove meses de funcionamento. Disponível em: <http://www.souzabarros.com.br/bovap/>. Acesso em 05. DEZ. 2011.

⁵⁹ Plataforma criada por voluntários que permitiu o envio de denúncias sobre irregularidades na campanha eleitoral ocorrida em outubro de 2010 com o objetivo de monitorar o período eleitoral (RIBEIRO & DINIZ, 2011). Disponível em: <http://eleitor2010.com/>. Acesso em 05. DEZ. 2011.

⁶⁰ Site de petições online fundado em 2007 que se denomina como “(...) a comunidade de campanhas que leva a voz da sociedade civil para a política global” (AVAAZ, 2011). Atua tanto em campanhas nacionais quanto transnacionais criadas pela sociedade civil. Disponível em <http://www.avaaz.org/en/index.php>. Acesso em 16. DEZ. 2011.

⁶¹ Foi criado pela organização Personal Democracy Forum, com o apoio de The Knight Foundation e em parceria com Google e YouTube com o intuito de facilitar a participação do cidadão no debate eleitoral. O projeto foi realizado no período eleitoral em 2010 com parceiros brasileiros e internacionais. Disponível em <http://www.10perguntas.com.br/2010/about/>. Acesso em 16. DEZ. 2011.

⁶² Restringe o uso da Internet para envio de mensagens de apoio para pessoas com câncer através do *Twitter*. Apesar de não se negar que esse projeto possa ter importância na sociedade, para fins desta pesquisa tal experiência não se relaciona diretamente com a definição de esfera pública virtual utilizada. Disponível em <http://www.doepalavras.com.br/>. Acesso em 16. DEZ. 2011.

⁶³ Campanha da S.O.S Mata Atlântica com o objetivo de incentivar o uso de caronas e outras alternativas de meio de transporte como transporte pública e bicicleta. Apesar de não se negar que esse projeto possa ter importância na sociedade, para fins desta pesquisa tal experiência não se relaciona diretamente com a definição de esfera pública virtual utilizada. Disponível em: <http://www.vadegalinha.org.br/>. Acesso em 16. DEZ. 2011.

- 2) Separar as funcionalidades⁶⁴ do site e definir se o conteúdo é produzido pelos criadores da iniciativa (interatividade básica), por qualquer pessoa e seus criadores (interatividade intermediária) ou por qualquer pessoa independente de moderação prévia (interatividade avançada);
- 3) Separar os aplicativos de Web 2.0 (se a iniciativa contiver);
- 4) Se persistissem dúvidas quanto à classificação das iniciativas na dimensão interatividade, era verificado se: a) o projeto possuía valores de Web 2.0 como o incentivo à criação de conteúdo pelo próprio usuário, por exemplo, incentivando que este dessa sua opinião, apoiasse ou comentasse sobre determinado tema público; e, b) se a maior parte das funcionalidades era produzida por seus criadores ou não.

3.2 MÉTODO E TÉCNICAS: ETAPA 2 – ESTUDO DE CASO DA PLATAFORMA CIDADE DEMOCRÁTICA

Na segunda etapa da pesquisa, foi definida como método a realização de um estudo de caso qualitativo, cujo objetivo foi verificar no contexto real como a esfera pública interconectada no Brasil produz efeitos na democracia, mais precisamente na tomada de decisão dos agentes governamentais.

Esse método de pesquisa foi escolhido porque o estudo de caso é possível de ser utilizado na realização de pesquisas que: a) investiguem um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real; b) as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes; e, c) múltiplas fontes de evidências são utilizadas (YIN, 2005). Portanto, é um dos métodos possíveis para analisar essa interação entre governo e sociedade através da Internet para influenciar nos processos democráticos.

Optou-se por um estudo de caso instrumental. Segundo Stake (2005), os estudos de caso podem ser intrínsecos ou instrumentais. Os primeiros são aqueles em que o pesquisador está interessado em casos específicos:

(...) Se o estudo é realizado, porque, (...) se quer uma melhor compreensão deste caso particular. (...) O objetivo não é chegar a entender alguns construção abstrata ou fenômeno genérico, tal como a alfabetização ou o uso de drogas na adolescência ou o que faz um diretor de escola. Eles estão interessados em casos individuais, sem

⁶⁴ Como funcionalidades são entendidas as informações disponíveis para os usuários nestas iniciativas (RIBEIRO, 2009).

necessariamente importar com o que é um caso (STAKE, 2005, p. 445, tradução nossa).

Enquanto, estudos de caso instrumentais são aqueles que um caso particular é examinado, principalmente, para fornecer uma compreensão clara de um assunto ou para redesenhar uma generalização (STAKE, 2005, p. 445). Nesse tipo de estudo a escolha do caso é feita para avançar no entendimento do assunto de interesse.

Neste estudo, o objetivo do estudo de caso foi verificar como as instâncias governamentais lidam com as iniciativas da sociedade civil através da Web. Apesar de não ter o objetivo de criar generalizações sobre como toda a esfera estatal agirá em relação a tais iniciativas, pretende observar que tipos de reações podem ter os governos quando provocados pela sociedade civil através da Web a partir da interação entre sociedade e governo nos casos escolhidos.

Foram escolhidos os casos mais significativos em termos de relacionamento dos governos com estes grupos da sociedade, ou seja, iniciativas online que já obtiveram atenção por parte dos órgãos públicos. Os outros motivos que levaram a escolha dos casos foram:

- Serem movimentos ou iniciativas que nasceram no contexto da web. Apesar das organizações da sociedade civil também utilizarem a web para influenciar a Administração Pública, optou-se por casos que foram desenvolvidos para realizarem suas principais ações na web;
- Estarem incluídos na dimensão interatividade avançada devido às maiores de possibilidades de interação entre as pessoas encontradas neste tipo, especialmente no que tange à interação entre os próprios usuários da sociedade civil e os usuários do Estado;

Uma das iniciativas do Portal Webcidadania que atendeu a estes requisitos foi o site Cidade Democrática, uma plataforma web que permite qualquer pessoa discutir e propor soluções para problemas nos municípios brasileiros (TECHNOLOGY FOR TRANSPARENCY, 2011). Foi inaugurado em outubro de 2009 e permite a participação de cidadãos, organizações, movimentos sociais, gestores públicos, entre outros.

Para participar, basta se registrar no site, que funciona como uma rede social. Os usuários podem: 1) documentar problemas e propor soluções; 2) apoiar propostas criadas por outros usuários; 3) comentar, questionar e discutir problemas e propostas; 4) divulgar a proposta ou problema através de e-mail e redes sociais; 5) receber atualizações de problemas

e propostas sobre tópicos (como saúde, educação, entre outros) e municípios de interesse (TECHNOLOGY FOR TRANSPARENCY, 2010).

Portanto, da perspectiva das iniciativas de uso da Web pela sociedade civil foi realizado um estudo de caso único ou singular (YIN, 2005; STAKE, 2005): a plataforma Cidade Democrática. Entretanto, como a plataforma pode abranger iniciativas de todos os municípios do país, o que exigiria muito tempo de pesquisa para encontrar discussões na plataforma que tivessem gerado impacto na tomada de decisões dos governos, foi definida a análise de dois concursos realizados no ano 2011 através do site nos municípios paulistas de Jundiaí e Várzea Paulista.

O movimento Voto Consciente Jundiaí discutiu e aprovou uma agenda cidadã com 12 ações apresentadas ao Poder Público municipal em 2010 (RIBEIRO & DINIZ, 2011). O debate realizado na plataforma Cidade Democrática culminou no documento que foi entregue às autoridades públicas. Entre os resultados estão as seguintes ações: uma emenda de R\$ 200 mil para construção de ciclovias de um deputado da região; um plano diretor para desenhar ciclovias para a cidade; a mudança do horário das audiências públicas (de 9h para 19h) e o fim das votações secretas na Câmara de Vereadores (TECHNOLOGY FOR TRANSPARENCY, 2010).

Em 2011, foi realizado um concurso por este mesmo movimento, que premiou iniciativas de políticas públicas para o município de Jundiaí de cidadãos, organizações da sociedade civil, gestores públicos e políticos, denominado “Concurso Cidadãos”. A partir das iniciativas mais comentadas e apoiadas foi criada uma nova agenda cidadã que servirá de base para o movimento cobrar tais propostas dos órgãos públicos do município.

Em Várzea Paulista, foi criado o projeto digital “Várzea 2022 Digital”. Através de uma cooperação técnica entre a Prefeitura e os responsáveis pela plataforma Cidade Democrática para realizar o concurso, foram eleitas as oito propostas mais votadas na plataforma e que foram encaminhadas ao Congresso da Cidade para votação junto com outras propostas oriundas de várias instâncias de participação do município. As iniciativas eleitas foram propostas por cidadãos, ONGs e gestores públicos. Tais iniciativas conseguiram entrar no Plano de Desenvolvimento da Cidade, que irá pautar as realizações da cidade com metas para médio e longo prazo.

Por serem duas iniciativas em que a sociedade civil foi estimulada a participar para propor ideias de melhorias para estes municípios e tiveram relação com os governos, seja através da ONG Voto Consciente Jundiaí utilizando a agenda online para pautar o controle da Prefeitura ou no caso de Várzea em que as propostas foram discutidas em uma das instâncias de participação do município, estes concursos foram definidos como objetos de análise deste trabalho.

A coleta de dados dos estudos de caso foi através de:

- a) Observação estruturada do site nos dois concursos⁶⁵;
- b) Documentos das organizações, grupos, cidadãos, mídia e agentes da Administração Pública envolvidos; e,
- c) Entrevistas semiestruturadas e questionários via e-mail com os fundadores e gestores do concurso na plataforma Cidade Democrática, participantes premiados dos concursos e representantes da Administração Pública⁶⁶.

Foram analisados os seguintes documentos:

- a) Aqueles disponibilizados na Internet como reportagens da mídia, divulgação do concurso por cidadãos através de sites e/ou blogs e materiais dos grupos relacionados às iniciativas como os responsáveis pela plataforma Cidade Democrática e Prefeituras;
- b) Aqueles encaminhados por responsáveis pela plataforma Cidade Democrática, concursos e Prefeituras para serem utilizados na pesquisa;

A lista de entrevistados, datas, locais e sua origem são apresentadas nos quadros abaixo:

Quadro 4 – Entrevistados relacionados ao Concurso Várzea 2022 Digital

⁶⁵ Disponível em: <http://www.cidadonos.org.br/> e <http://www.varzea2022.sp.gov.br/>. Acesso em 12. DEZ. 2011.

⁶⁶ Os roteiros de entrevista estão disponíveis nos anexos deste trabalho.

Entrevistado	Cargo/Origem	Data	Local	Coleta dos dados
Eduardo Tadeu Pereira	Prefeito	16/12/2011	Várzea Paulista	Entrevista semiestruturada
Giany Póvoa	Secretária de Desenvolvimento Social	16/12/2011	Várzea Paulista	Entrevista semiestruturada
Carol Macedo	Gestora Pública - Secretaria de Desenvolvimento Social	16/12/2011	Várzea Paulista	Entrevista semiestruturada
Sumara Mesquita	Gestora Pública Premiada	16/12/2011	Várzea Paulista	Entrevista semiestruturada
Carol Macedo	Gestora Pública	16/12/2011	Várzea Paulista	Entrevista semiestruturada
John Lennon Viudes	Gestor Público – Comunicação	16/12/2011	Várzea Paulista	Entrevista semiestruturada
Roger Vieira	Representante de Organização Premiada	16/12/2011	Várzea Paulista	Entrevista semiestruturada
Guilherme Henrique Andrade	Cidadão premiado	Janeiro/2012	-	Questionário via e-mail

Elaboração própria.

Quadro 5 – Entrevistados relacionados ao Concurso Cidadonos

Entrevistado	Cargo/Origem	Data	Local	Coleta dos dados
Carmelo Paoletti Neto	Secretário de Comunicação Social - Jundiaí	16/12/2011	Jundiaí	Entrevista semiestruturada
Alberto Urbinatti	Coordenador Geral - Movimento Voto Consciente Jundiaí	Janeiro/2012	-	Questionário via e-mail
Cleber Possani Júnior	Coordenador Geral - Movimento	Janeiro/2012	-	Questionário via e-mail

	Voto Consciente Jundiáí			
Márcio Ferrazo	Gestor Público Premiado	Janeiro/2012	–	Questionário via e-mail
Luiz Ballas	Cidadão Premiado	Janeiro/2012	–	Questionário via e-mail
Marilena Negro	Parlamentar Premiado	Janeiro/2012	–	Questionário via e-mail

Elaboração própria.

Quadro 6 – Entrevistados relacionados à Plataforma Cidade Democrática e o Portal Webcidadania

Entrevistado	Cargo/Origem	Data	Local	Coleta dos dados
Rodrigo Bandeira Luna	Criador da Plataforma Cidade Democrática e do Portal Webcidadania	22/12/2011	-	Entrevista semiestruturada via Skype
Henrique Parra Filho	Coordenador dos concursos na Plataforma Cidade Democrática e ativista do Movimento Voto Consciente Jundiáí	22/12/2011	–	Entrevista semiestruturada via Skype

Elaboração própria.

3.3 MÉTODO E TÉCNICAS: ETAPA 3 – ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE PROPOSTAS DA SOCIEDADE CIVIL VIA WEB E O IMPACTO NA TOMADA DE DECISÃO DA ESFERA ESTATAL

Para compreender os processos de uso das propostas premiadas nos concursos na tomada de decisão dos governos, ou seja, analisar a partir dos estudos de caso como os governos reagem a tais iniciativas, será utilizado como referencial o “modelo multinível”

(*multilevel framework*) apresentado nos trabalhos de Pozzebon, Diniz & Jayo (2009), Figueiredo (2009), Luvizan (2009), Jayo & Diniz (2010) e Jayo (2010).

Este modelo foi influenciado por três perspectivas teóricas: a visão estruturacionista da tecnologia, o *social shaping of technology* (SST) e o contextualismo (JAYO, 2010, p. 57). As três perspectivas fornecem elementos para a construção deste modelo como os conceitos de grupos sociais relevantes, frames tecnológicos, processo de negociação, tecnologia em prática, entre outros.

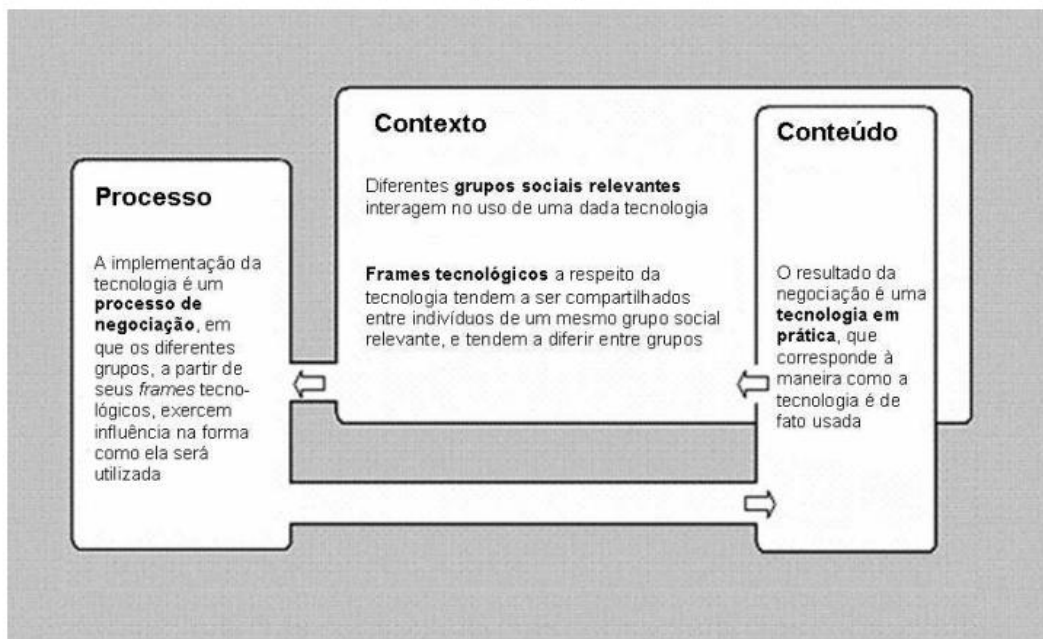
A importância do modelo para esta pesquisa é que ele “(...) articula níveis de análise inextricavelmente relacionados: indivíduos, grupos, organizações, comunidades locais, ambiente social e político, etc” (JAYO, 2010, p. 66). Ou seja, é um modelo ideal para a análise de situações complexas que envolvem os mais diferentes grupos sociais, como é o caso dos estudos de caso de iniciativas na Web que envolve uma série de atores, desde governamentais até organizações, cidadãos, entre outros.

Os principais conceitos que envolvem este método são (JAYO, 2010, p. 66):

- *Frames* Tecnológicos: interesses, suposições ou expectativas formadas pelos indivíduos em relação ao uso de uma dada tecnologia;
- Grupos Sociais Relevantes: indivíduos que tendem a compartilhar os mesmos *frames* tecnológicos;
- Processo de Negociação: o meio pelo qual diferentes grupos, a partir de seus *frames* exercem influências sobre o modo que a tecnologia será implementada e utilizada.
- Tecnologia em Prática: representa o resultado da negociação;

Tais conceitos são articulados em torno de três dimensões – contexto, processo e conteúdo – resumidos na figura abaixo:

Figura 1 – Modelo Multinível



Fonte: JAYO (2010, p. 67).

Segundo Jayo (2010), geralmente, o modelo multinível é adotado por pesquisadores através dos seguintes procedimentos, em sequência:

- 1) Dimensão Contexto: Identificação dos grupos sociais relevantes de interesse e caracterização dos *frames* tecnológicos dominantes em cada um desses grupos;
- 2) Dimensão Processo: Análise de um processo de negociação envolvendo todos os grupos;
- 3) Dimensão Conteúdo: Conclusões ou considerações sobre uma tecnologia em prática resultante, ou potencialmente resultante, do processo analisado de negociação.

Uma das vantagens do uso deste modelo é a possibilidade de analisar a adoção de tecnologias em diferentes grupos desde o nível dos indivíduos até o da comunidade. Além disso, apesar do foco dos estudos que utilizam este modelo se relacionem com a adoção de tecnologias, já existem outros trabalhos que o aplicam em outros objetos de pesquisa (JAYO, 2010, p. 68).

Quadro 7 – O modelo multinível

CONTEXTO			PROCESSO	CONTEÚDO
Nível do Indivíduo	A conexão entre indivíduos e a comunidade	Pessoas constroem seus <i>frames</i> tecnológicos ao longo do tempo.	A implementação e o uso das TICs é uma negociação onde diferentes grupos exercem influência sobre como o artefato será implementado e usado. Isso implica na identificação de ocasiões, espaços e mecanismos abertos para negociação	Tecnologia em prática representa os resultados contínuos de tal negociação com um número de características e conseqüências (pretendidas ou não).
Nível do Grupo	local passa por grupos sociais relevantes que interagem em um dado ambiente social e cultural.	Isso implica a identificação de suposições, expectativas e interesses ligados à implementação e uso de determinada tecnologia.		
Nível da Comunidade				

Fonte: POZZEBON, DINIZ & JAYO (2010, p. 9), tradução nossa.

Para identificar essas etapas, diferentes métodos e técnicas foram utilizados pelos pesquisadores que já utilizaram o modelo multinível. Jayo (2010) adotou a construção de taxonomias como método e as técnicas de entrevistas e codificação e interpretação, respectivamente, para a coleta e análise de dados. Enquanto, Figueiredo (2009) partiu para análise documental como modo de definir, por exemplo, estes grupos e suas respectivas visões. Nesta pesquisa, o propósito do uso desse modelo é compreender como as propostas premiadas nos concursos digitais foram ou não levadas em consideração pelos governos. Para descrever e analisar as dimensões contexto, conteúdo e processo nos casos de Jundiaí e Várzea Paulista serão utilizados como método a adaptação⁶⁷ da tipologia de arranjos institucionais de participação pública em ambientes de governança contemporânea denominado Cubo da Democracia (FUNG, 2006).

Fung (2006) compreende que os desafios multifacetados da governança contemporânea exigem que se percebam as complexas maneiras em que é realizada a

⁶⁷ O método geralmente é utilizado em iniciativas institucionais por parte dos governos de participação. Já foi utilizado para analisar uma iniciativa online de Orçamento Participativo Digital (SAMPAIO, 2011).

participação política. Segundo o autor, três fatores explicam a complexidade dos Estados contemporâneos no que tange à participação: não existem formas de participação direta na governança democrática moderna caracterizada pelas multidões; a participação pública avançou em múltiplos propósitos e valores na governança contemporânea; e, os mecanismos de participação direta não seriam uma alternativa ao sistema de representação, mas sim completá-los, pois para o autor, a participação do público no seu melhor funciona em sinergia com a representação e administração para produzir práticas mais desejáveis e os resultados de tomada de decisão e de ação colectiva.

Fung (2006) apresenta uma série de possibilidades institucionais para a participação pública através da construção de um modelo denominado cubo da democracia (*democracy cube*). Para este autor, os mecanismos de participação variam ao longo de três dimensões: a) quem participa; b) como os participantes comunicam uns com os outros e tomam decisões; e, c) como essas decisões se relacionam com a ação política e políticas públicas. Essas três dimensões auxiliam a preencher as categorias apresentadas no modelo multinível, especialmente o processo de tomada de decisão tanto entre os atores da sociedade civil quanto entre os atores governamentais. O cubo da democracia foi desenvolvido para explicar a variedade de possibilidades institucionais de participação. As três dimensões de mecanismos de participação, que envolvem desde os participantes até processo de negociação e tomada de decisão são resumidos abaixo (FUNG, 2006, p. 67):

- 1) **Seleção dos participantes:** Quem participa?
- 2) **Comunicação e decisão:** Como os participantes comunicam entre si e tomam decisões conjuntamente?
- 3) **Autoridade e poder:** Como as discussões estão ligadas com as políticas e ações públicas?

Para Fung (2006), o método de **seleção dos participantes** pode mostrar, entre outras coisas, se importantes perspectivas ou interesses estão inclusos, se os participantes são responsivos aos que participam, entre outros. Os métodos mais comuns de seleção dos participantes vão dos mais amplos aos mais restritivos⁶⁸. Para a análise de iniciativas de participação pública, Fung (2006) adota oito mecanismos, sendo que o mais inclusivo é formado por todos os públicos e o menos inclusivo é formado por agentes do Estado, conforme apresentado abaixo:

⁶⁸ Tradução nossa da nomenclatura dos mecanismos de seleção de participação apresentados por Fung (2006).

QUADRO 8– Mecanismos de Seleção de Participantes

Mecanismo de Seleção dos Participantes	Descrição
<i>Público – mais inclusivo</i>	Esfera Pública Difusa Aqueles que estão abertos a todos que atenderem ao chamado. É o menos restritivo, pois abrange todas as pessoas. Contudo, nem todos os participantes que decidem participar representam a sociedade.
<i>Mini – Públicos</i>	Auto-seleção Mesmo quando todos são chamados a participar uma parte da população pode não se envolver nesse processo e só participam os interessados.
	Recrutamento Seletivo São os incentivos de participação para grupos da sociedade que não se envolveriam na discussão ou o tema da participação possui grande relevância para este determinado grupo. Algumas comunidades empregam organizadores para divulgar as reuniões de planejamento em bairros com moradores de baixa renda.
	Seleção aleatória Seleciona aleatoriamente os participantes da discussão. Para Fung (2006) é a melhor garantia de representatividade da população. Por exemplo, o sorteio dos participantes.
	Leigos interessados São cidadãos que não são remunerados, mas que têm um profundo interesse em alguma preocupação pública e, portanto, estão dispostos a investir muito tempo e energia para representar e servir aqueles que têm interesses semelhantes ou perspectivas, mas optaram por não participar.
	Profissionais Esses participantes são frequentemente pagos e representam interesses organizados e funcionários públicos.
<i>Estado – menos inclusivos</i>	Representantes eleitos Eleições competitivas que selecionam profissionais políticos que supostamente representam nossos interesses. São mais exclusivos e se encontram dentro do Estado;
	Administradores especializados Selecionado por representantes eleitos. São os mecanismos mais restritivos na escala de Fung (2006)

Fonte: Fung (2006).

A segunda dimensão do cubo – **Modos de comunicação e Decisão** - apresenta como os participantes interagem entre si dentro de um local de discussão ou decisão. Os principais modos de comunicação e decisão vão desde o papel do cidadão como mero ouvinte em uma audiência pública até toda a tomada de comunicação e decisão por agentes públicos. Esses

seis modos de comunicação (três primeiros) e tomada de decisão (os três últimos) podem ser dispostos em uma única dimensão que varia do menos intenso para o mais intenso. A intensidade indica aproximadamente o nível de investimento, conhecimento e compromisso exigido de participantes (FUNG, 2006, p. 69). As categorias apresentadas por Fung (2006) são as seguintes:

QUADRO 9 – Mecanismos de comunicação e decisão

Modos de Comunicação e Decisão		Descrição
<i>Mecanismos que empregam estes três primeiros modos de comunicação e decisão muitas vezes não tentam traduzir as opiniões ou preferências dos participantes em uma visão coletiva ou decisão.</i>	Ser mero espectador	O cidadão apenas ouve as informações passadas por políticos ou outros grupos que estão presentes na decisão, por exemplo, estando presente em audiências públicas e reuniões da comunidade assistindo o embate entre político, ativistas e grupos de interesse.
	Expressar suas preferências	O cidadão pode apresentar suas preferências para as autoridades e pessoas envolvidas na decisão. Por exemplo, os ativistas que participam das audiências públicas apresentam suas opiniões sobre a temática discutida.
	Desenvolver suas preferências	Outros debates são organizados de maneira que permitam aos participantes a explorar, desenvolver, e talvez transformar as suas preferências e perspectivas. Eles encorajam os participantes a aprender sobre questões e, se for o caso, transformar seus pontos de vista e opiniões. Por exemplo, atividades que tenham material didático sobre o tema e que os cidadãos discutam, especialmente dentro de pequenos grupos, sobre as vantagens e desvantagens das diversas alternativas.
<i>Mecanismos que há uma tentativa de escolha coletiva, ou seja, de tomada de decisão.</i>	Agregar e negociar	Já desenvolve uma escolha coletiva que toma a decisão referente à discussão. Neste modo, os participantes sabem o que querem, e o modo de tomada de decisão agregados suas preferências - muitas vezes mediadas pela influência e poder que eles trazem - em uma escolha social. A negociação permite que os participantes a encontrar a melhor alternativa disponível para avançar as preferências comuns que eles têm.
	Deliberar e negociar	Em mecanismos projetado para criar deliberação, os participantes tipicamente absorvem materiais de fundo de educação e perspectivas de intercâmbio, experiências e razões uns com os outros para desenvolver as suas opiniões e descobrir seus

		interesses. No decorrer do desenvolvimento de seus pontos de vista individuais em um contexto de grupo, mecanismos deliberativos muitas vezes empregam procedimentos para facilitar a emergência de acordo com princípios, o esclarecimento de divergências persistentes, e a descoberta de novas opções.
	Colocar sua experiência e conhecimento	Através da perícia técnica de funcionários cuja formação e especialização profissional lhes convém para resolver problemas particulares. Este modo geralmente não envolve os cidadãos. É o domínio dos planejadores, reguladores, assistentes sociais, professores, diretores, policiais e afins.

Fonte: Fung (2006).

A terceira dimensão do cubo - **Modo de autoridade e poder** – apresenta o impacto da participação pública na ação do Poder Público, sendo desde decisões que os participantes tomam e as entidades estatais seguem até a falta de expectativa dos cidadãos por alguma ação política. Fung (2006) identifica cinco categorias principais de como a participação influencia na tomada de decisão dos agentes públicos:

QUADRO 10 – Mecanismos de autoridade e poder

Modos de Autoridade e Poder	Descrição
<i>Os participantes têm menos autoridade e poder na tomada de decisão.</i>	Educação Individual O participante típico tem pouca ou nenhuma expectativa de influenciar a política ou ação. Em vez disso, ele ou ela participa para obter os benefícios pessoais de edificação ou para satisfazer um senso de obrigação cívica.
	Influência comunicativa Muitos mecanismos participativos exercem influência sobre o Estado ou seus agentes ou indiretamente, alterando ou mobilizando a opinião pública. As discussões e decisões exercem uma influência comunicativa membros do público ou funcionários que são movidos pelo testemunho, motivos, as conclusões, ou pela probidade do processo por si mesmo.
	Informar e Consultar Fornecer aconselhamento e consulta é um terceiro mecanismo comum através de fóruns participativos que exercem influência sobre as autoridades públicas. Neste modo, os funcionários

		preservam a sua autoridade e poder, mas comprometem-se a receber as propostas dos participantes. O propósito declarado da maioria das audiências públicas e muitas outras reuniões públicas é proporcionar tal conselho.
<i>Os participantes têm mais autoridade e poder na tomada de decisão.</i>	Co-governança	Em alguns locais, os cidadãos que participam juntam-se em alguma espécie de parceria em que eles se juntam com os funcionários para fazer planos e políticas ou desenvolver estratégias de ação pública.
	Autoridade Direta	Os cidadãos exercem autoridade direta sobre as decisões públicas ou recursos.

Fonte: Fung (2006).

Para fins desta pesquisa, cada uma das dimensões propostas por Fung (2006) corresponderá a uma dimensão do modelo multinível. Portanto, o quadro abaixo resume como o modelo multinível se relacionará com o referencial do cubo democrático de Archon Fung (2006):

Quadro 11 – Análise dos concursos digitais a partir dos modelo multinível (POZZEBON, DINIZ & JAYO, 2009) e cubo da democracia (FUNG, 2006)

CONTEXTO	PROCESSO	CONTEÚDO
<p>Questão: Quem participou dos concursos?</p> <p>Objetivo: Verificar quais são os grupos sociais relevantes e seus respectivos <i>frames</i> tecnológicos.</p>	<p>Questão: Como os cidadãos tomam a decisão sobre quais propostas ou problemas serão premiados?</p> <p>Objetivo: Verificar como são definidas as propostas premiadas.</p>	<p>Questão: Como as decisões tomadas durante o processo de negociação influenciam a ação da esfera estatal?</p> <p>Objetivo: Verificar como ocorre a ação do Poder Público em relação às propostas ou problemas premiados, ou seja, verificar a política pública em prática.</p>

Elaboração própria.

CAPÍTULO 4 - INICIATIVAS DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL: O SITE WEBCIDADANIA

#webcidadania

*Como a #webcidadania pode ajudar a:
Construir o país em que queremos viver?
Mudar nossa herança cultural que nos faz pensar que o país, o estado, a cidade, o
bairro são de outro alguém?
Mudar essa postura passiva que espera que alguém resolva os nossos problemas?*

(Frase em destaque no Portal Webcidadania em fevereiro 2012)

O site Webcidadania⁶⁹ foi criado em março de 2010 por Rodrigo Bandeira Luna, criador da plataforma Cidade Democrática⁷⁰, com o objetivo de agregar as iniciativas brasileiras de webcidadania. Em entrevista, Luna definiu webcidadania como um ecossistema complexo de diversas soluções que abordam de formas diferentes questões que tenham a ver com participação social, construção coletiva, cidadania, democracia etc., usando de alguma forma a web para isso

O movimento Webcidadania surge a partir da implantação deste site “(...) para discutir como a Internet pode ser usada em relação à esfera pública no Brasil” (RIBEIRO & DINIZ, 2011). Segundo Ribeiro & Diniz (2011), no site estão disponibilizados projetos que promovem controle social, transparência e engajamento através da web no Brasil. O movimento também incentiva a participação de usuários no Twitter através da divulgação da *hashtag*⁷¹ #webcidadania (TECHNOLOGY FOR TRANSPARENCY, 2010).

A ideia da criação do site surge a partir do recebimento de várias indicações de outros projetos que eram semelhantes à plataforma Cidade Democrática através de amigos de Luna. Ao mesmo tempo, diversas iniciativas foram lançadas no mesmo período que esta plataforma, havendo uma confusão quanto aos criadores das iniciativas e muitas pessoas acreditando que algumas iniciativas eram iguais ou realizadas pelos mesmos grupos ou até que elas seriam concorrentes.

⁶⁹ Disponível em: <http://webcidadania.org.br/>. Acesso em 10. DEZ.2011.

⁷⁰ Disponível em: <http://www.cidadedemocratica.org.br/>. Acesso em 10. DEZ.2011.

⁷¹ Segundo Guzzi (2010, p. 38), a *hashtag* – representada pelo símbolo # - tem como objetivo agregar conteúdos específicos por meio de mensagens do Twitter. Por exemplo, o processo de mobilização do projeto Ficha Limpa pode ser acompanhado a partir da *hashtag* #fichalimpa que permitiram muitas pessoas acompanharem as conversas durante a mobilização.

A partir da percepção que várias iniciativas de uso da Web para temas públicos estavam sendo criadas no país, Luna teve a ideia de criar um portal que as integrasse e divulgasse as iniciativas brasileiras de Webcidadania.

Além mostrar que existe um ecossistema de projetos de cidadania atuando na Web, o site visa estimular que as pessoas usem todos eles, identifiquem novas lacunas e possibilidades para desenvolver suas iniciativas e que façam isso de forma integrada com essas iniciativas que já existem, contando com o Portal que já seria uma fonte de conhecimento disponível para todos.

No portal Webcidadania é possível encontrar:

- Redirecionamento para os sites das 29 iniciativas apresentadas no Portal;
- Todos os últimos *tweets* que utilizaram a hashtag #webcidadania;
- E-mail para contato do movimento.

Como projetos disponibilizados nesse site podem ser citados, entre outros (RIBEIRO & DINIZ, 2011):

- a) Iniciativas que mostram aos cidadãos as possibilidades de usar as novas tecnologias para fiscalizar e participar nos governos como o projeto “Adote um vereador”;
- b) Iniciativas que incentivam o uso de dados públicos em formato aberto como a Comunidade “Transparência Hacker”
- c) Iniciativas que promovem causas dos cidadãos para influenciar na formulação de políticas públicas como o portal colaborativo “Porto Alegre CC”.

Em janeiro de 2012, o site continha 29 projetos. Segundo Henrique Parra, um dos responsáveis pelo Portal, a maioria das iniciativas foram mapeadas por eles mesmos. Geralmente, eram buscadas ferramentas digitais que trabalhassem com a promoção da cidadania (divulgação, inclusão, comunicação, entre outros) e campanhas que utilizem a Internet.

Das 29 iniciativas, foram analisados 22 projetos contidos no site através de visitas estruturadas aos respectivos sites com o objetivo de classificá-los conforme a tipologia de modelos de relacionamento na esfera pública virtual.

4.1 RESULTADOS DA OBSERVAÇÃO ESTRUTURADA

4.1.1 Categoria 1- Usuário de Organização e Interatividade Básica

Esta categoria se caracteriza por iniciativas através da Web oriundas de organizações para divulgar seus trabalhos ou campanhas ou movimentos. Os sites possuem conteúdo quase que inteiramente produzidos pelas organizações que os criaram. Representam as possibilidades dos cidadãos acessarem conteúdos que não sejam exclusivos aos meios de comunicação de massa, ou seja, as possibilidades de todos produzirem conteúdo a baixo custo através do uso das novas tecnologias.

Portanto, grupos que não fazem parte dos meios de comunicação em massa também podem criar conteúdo e disponibilizá-los online para informar os demais usuários. São os sites que produzem conteúdo para informar os cidadãos sem permitir que os mesmos possam também criar conteúdo para o site.

Em suma, estão presentes nessa categoria as iniciativas em que o conteúdo do site é prioritariamente definido pela organização que o criou. Cabe ressaltar que até mesmo dentro das categorias é possível verificar alguma gradação no nível de interatividade que pode ser desde um site sem relação nenhuma com outras mídias sociais ou espaço para comentários até um que redireciona para uma rede social da própria organização⁷² em que os que se interessam pela temática podem participar, discutir e interagir.

Em algumas iniciativas, pode existir algum espaço para comentários das pessoas. Contudo, o objetivo do site é divulgar, disponibilizar determinada informação. Assim, haver espaço para algum comentário breve do usuário não classifica como uma interatividade intermediária, mas sim uma básica.

Das 22 iniciativas observadas no Webcidadania, seis iniciativas se encaixam nessa categoria:

⁷²As iniciativas Voto Consciente e Movimento SuperAção redirecionam os usuários que entram no site para redes sociais próprias criadas através do Ning (plataforma de criações de redes sociais). Como são outros sites que não estão dentro daqueles que são redirecionados pelo site Webcidadania, estas redes sociais não foram analisadas. Em estudos futuros elas podem ser objeto de análise para compreender a interação dentro destas organizações.

- **Articulação Brasileira contra a Corrupção e a Impunidade (ABRACCI)** ⁷³: rede de organizações com o objetivo de combater a corrupção e a impunidade no país. O site da rede foca na disponibilização de informação sobre a rede: explicando sobre ela e seu funcionamento; apresentando campanhas, notícias e vídeos relacionados ao combate à corrupção; e, divulgando eventos e publicações, entre outros;
- **Ficha Limpa** ⁷⁴: site criado para informar sobre a Lei Ficha Limpa e manter um cadastro voluntário de políticos que seguem esta legislação. O site tem como realizadores a rede ABRACCI e o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE);
- **Movimento Voto Consciente** ⁷⁵: foi criado em 1987 para fortalecer a participação política, acompanhar e levar informação aos cidadãos sobre os representantes eleitos e suas atribuições bem como ampliar o controle social. O site do Movimento apresenta informações sobre funcionamento, dados sobre a criação, publicações, maneiras de participar do projeto, vídeos, entre outros;
- **Floresta faz a diferença** ⁷⁶: campanha online para mobilizar os brasileiros a manifestarem sua discordância quanto à aprovação do Código Florestal em andamento desde junho de 2011. Foi criado pelo Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável, que é formado por 163 organizações da sociedade civil. O site disponibiliza material sobre a campanha e incentiva os cidadãos a participarem através das ferramentas contidas na Web como divulgar o abaixo assinado nas suas redes sociais e assinar petição online e divulgar nas suas redes sociais;
- **Movimento SuperAção** ⁷⁷: organização da sociedade civil, cujo objetivo é a mobilização de pessoas na luta pela garantia dos direitos humanos e pela criação de uma sociedade mais justa e ética, especialmente em relação a falta de políticas públicas voltada das diferenças e exclusão social das pessoas com deficiência. É composto por um site que contém um blog com possibilidade de comentários, informações sobre contatos com o

⁷³Disponível em: <http://www.abracci.org.br>. Acesso em 17. DEZ.2011.

⁷⁴ Disponível em: <http://fichalimpa.org.br>. Acesso em 17. DEZ.2011.

⁷⁵ Disponível em: <http://www.votoconsciente.org.br>. Acesso em 17. DEZ.2011.

⁷⁶ Disponível em: <http://www.florestafazadiferenca.org.br>. Acesso em 17. DEZ.2011.

⁷⁷Disponível em: <http://movimentosuperacao.org.br>. Acesso em 25. JAN.2012.

movimento, os polos da organização, notícias, links para redes sociais e uma rede social⁷⁸ própria na plataforma NING;

- **Congresso em Foco**⁷⁹: site jornalístico criado em 2004 que busca uma cobertura independente e exclusiva do Congresso Nacional e dos principais fatos políticos da capital federal com o objetivo de auxiliar os cidadãos a acompanharem o desempenho dos representantes eleitos, contribuindo para melhorar a qualidade da representação política no país. Apesar de ter espaço para comentários do leitor nas notícias, o conteúdo é prioritariamente produzido pelos criadores

O objetivo principal das iniciativas encontradas nessa categoria eram o de apresentar informações sobre determinados temas relacionados à Administração Pública, de modo a permitir, especialmente, o controle social como o site do Movimento Voto Consciente e Ficha Limpa e/ ou divulgar a organização como a Articulação Brasileira contra a Corrupção e a Impunidade (ABRACCI) e/ou realizar campanhas ou mobilizações online como a criação do movimento “Floresta faz a diferença” que pretende impedir a promulgação do Código Florestal da maneira que se encontra no projeto de lei.

Quadro 12 – Iniciativas brasileiras de uso da Web para com origem em organizações e interatividade básica

Iniciativa	Usuário	Interatividade e uso de aplicativos Web 2.0
Voto Consciente	ONG Movimento Voto Consciente	Não possui perfis institucionais em redes sociais no site nem possibilidades de compartilhamento de conteúdo através das redes pelos usuários. Possui a sua própria rede social denominada Rede de Cidadania ⁸⁰ e um blog que permite comentários das pessoas.
Ficha Limpa	ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: ABRACCI e	Possui perfis em redes sociais. Também tem link para

⁷⁸ Como está rede não é redirecionada através do Portal Webcidadania, ela não será analisada nesta pesquisa.

⁷⁹ Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br>. Acesso em 10. DEZ.2011.

⁸⁰ Não será analisada nesta pesquisa.

	MCCE	compartilhar os dados do site através das redes sociais que as pessoas participem.
Congresso em Foco	JORNALISTAS	Possui barra de compartilhamento do conteúdo para mais de 300 redes sociais. As notícias possuem espaço para comentários.
Articulação Brasileira Contra a Corrupção e Impunidade – ABRACCI	ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL – 76 entidades em 17 estados brasileiros.	Possui perfis em redes sociais e redirecionamento para compartilhamento através de redes sociais.
Floresta Faz a Diferença	ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL – 163 entidades.	Possui perfis e compartilhamento de redes sociais. Incentiva e disponibiliza os <i>tweets</i> que usam as <i>hashtags</i> #florestafazadiferença e #vetadilma.
Movimento SuperAção	ONG Movimento SuperAção	Tem perfil em diversas redes sociais. Criou uma rede social própria denominada rede Movimento SuperAção ⁸¹ . Possui blog com espaço para comentários.

Elaboração Própria.

4.1.2 Categoria 2 – Organização e Interatividade Intermediária

Uma das principais características dessa nova esfera pública orientada pelas TICs a possibilidade dos cidadãos criarem o conteúdo, o disponibilizando especialmente na Internet. Os sites brasileiros que se enquadram nessa categoria são aqueles que disponibilizam espaço para as pessoas criarem seu próprio conteúdo ou incentivam que estes produzam conteúdo sobre assuntos relacionados à esfera pública.

Nessa categoria, o conteúdo dos sites é formado por criadores e contribuidores, ou seja, já existe um espaço aberto pelo criador para que qualquer pessoa contribua com o conteúdo além dele próprio. Contudo, o papel do criador da iniciativa ainda tem maior destaque na disponibilização de conteúdo. Em resumo, parte do conteúdo é formada por seus criadores, mas uma parte também é construída por qualquer usuário se o assim desejar.

⁸¹ Não será analisada nesta pesquisa.

No site Wecidadania, foram encontradas três iniciativas nessa categoria. As contribuições nestas iniciativas podem ser escritas através opiniões ou por votações que farão parte do conteúdo do site. O conteúdo provido pelos cidadãos também pode sofrer algum tipo de moderação prévia antes de ser publicado pelo criador.

- **Vote na Web**⁸²: projeto criado pela empresa Webcitizen. Permite que os cidadãos comparem seus votos nos projetos de lei do Congresso Nacional com os votos dados pelos políticos. Os usuários podem interagir e criar conteúdo no site a partir de um voto simbólico contra ou a favor do projeto de lei em discussão. Também há espaço para comentários na página de cada projeto de lei. Além disso, os usuários podem comparar seus votos com o de outros usuários e os dos políticos (TECHNOLOGY FOR TRANSPARENCY, 2010);
- **Eu Lembro**⁸³: Outro projeto da empresa Webcitizen, cujo objetivo é auxiliar os eleitores a “lembrarem” de propostas, atuação, notícias e até mesmo de quem votou nas últimas eleições. Uma parte do conteúdo é produzido pelos usuários: o voto no político que ele escolheu, que fica disponível para todos e o fórum do candidato em que o usuário apoia ou critica o candidato ou político;
- **Rede Jovem**⁸⁴: criado em 2001, é uma iniciativa de promoção da participação social e cidadã da juventude através do acesso às novas tecnologias da comunicação e informação, especialmente a internet e o celular. Existem alguns espaços de conteúdo criado por qualquer pessoa, como a seção de notícias em que podem ser escritos textos, inclusive com fotos. Entretanto, uma parte do conteúdo é definida pelo criador do projeto com informações, especialmente, sobre projetos e propósitos da Rede. Além disso, uma parte desse conteúdo é moderada por gestores do site antes de serem postados bem como os usuários precisam inserir algumas informações de cadastro para publicar conteúdo.

Quadro 13 – Iniciativas brasileiras de uso da Web que permite alguma criação de conteúdo pelo usuário com origem em organizações

⁸² Disponível em: <http://www.votenaweb.com.br>. Acesso em 03. DEZ.2011.

⁸³ Disponível em: <http://www.eulembro.com.br>. Acesso em 03. DEZ.2011.

⁸⁴ Disponível em: <http://www.redejovem.org.br>. Acesso em 20. DEZ.2011.

Iniciativa	Usuário	Interatividade e uso de aplicativos Web 2.0
Vote na Web	EMPRESA Webcitizen	Voto do usuário se ele é contra ou a favor do projeto de lei. Comentários sobre o projeto de lei. Possui perfis em redes sociais e também permite compartilhar conteúdo através delas.
Eu lembro	EMPRESA Webcitizen	São conteúdos produzidos pelo usuário: o voto no político que ele escolheu e o fórum do candidato em que o usuário apóia ou critica o candidato ou político. Possui perfis em redes sociais e também permite compartilhar conteúdo através delas.
Rede Jovem	ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	O usuário pode publicar textos, fotos e marcar locais no projeto Wikimapa. Possui ferramentas de compartilhamento das notícias do site para mais de 300 redes sociais. Não divulga perfil do projeto em redes sociais.

Elaboração Própria.

4.1.3 Categoria 3 – Organização e Interatividade Avançada

Essa categoria se caracteriza por iniciativas que envolvam a esfera estatal em que o nível de colaboração entre contribuidores e criadores é alto. Isso significa dizer que o site tem como objetivo principal a criação do conteúdo, especialmente, por contribuidores.

As ferramentas tecnológicas, especialmente de Web 2.0, e os valores de compartilhamento e colaboração dessa categoria são aqueles em que permite a troca de informação, debates e tomada de decisão entre os próprios usuários. Entre os exemplos dessas ferramentas, podem ser citadas:

- Wikis: Permite a construção de textos colaborativos. A sua principal característica é que qualquer um facilmente consegue adicionar, excluir ou mudar qualquer parte de um texto publicado (BALTZERSEN, 2010);

- **Redes Sociais:** Permitem que as pessoas conectadas a essas redes interajam com amigos e contatos através de compartilhamento e discussão de interesses, ideias, eventos, atividades e meios de comunicação (BEKRI et al., 2011, p.8).

Das iniciativas brasileiras, cinco se encontram nessa categoria:

- **Cidade Democrática**⁸⁵: É uma iniciativa do Instituto Seva que funciona como uma rede social para a discussão dos problemas municipais. Qualquer um pode apontar problemas ou soluções que os incomode em sua região bem como também podem comentar, apoiar ou seguir ideias de outros munícipes. O projeto tem como objetivo os próprios cidadãos participarem e debaterem as questões de suas cidades;
- **Viva Favela**⁸⁶: incentiva que moradores de favelas no Brasil atuem como correspondentes jornalísticos e produzam matérias para a Internet que são disponibilizadas no site (RIBEIRO & DINIZ, 2011). É mantida pela organização não-governamental Viva Rio. Os correspondentes comunitários podem enviar textos, fotos e vídeos além de divulgar eventos e serviços relacionados às comunidades. Além disso, podem: votar nas matérias que mais gostarem no site, que aparecerão em primeiro lugar no site; podem comentar nas matérias enviadas; e, definir através de uma reunião virtual o conteúdo da revista do projeto com os editores convidados para cada edição. Para participar é necessário preencher um cadastro.;
- **Porto Alegre CC**⁸⁷: é um espaço de colaboração cidadã em que os participantes podem conhecer, debater, inspirar e transformar a própria cidade, no caso a capital do Estado do Rio Grande do Sul (PORTO ALEGRE CC, 2011). Usando um mapa da cidade e os princípios de uma plataforma Wiki, a iniciativa incentiva aos cidadãos a discutirem qualquer tema sobre a cidade a partir da criação de uma causa. Foi criado dentro de um projeto na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e tem como co-realizador a Prefeitura de Porto Alegre;
- **Criticar BH**⁸⁸: cidadãos podem criticar problemas de Belo Horizonte (capital do estado de Minas Gerais), como por exemplo, os serviços públicos através do Twitter (RIBEIRO

⁸⁵ Disponível em: <http://www.cidadedemocratica.org.br/>. Acesso em 17. DEZ.2011.

⁸⁶ Disponível em: <http://www.vivafavela.com.br/>. Acesso em 17. DEZ.2011.

⁸⁷ Disponível em: <http://www.portoalegre.cc/>. Acesso em 17. DEZ.2011.

⁸⁸ Disponível em: <http://www.criticarbh.com.br/>. Acesso em 17. DEZ.2011.

& DINIZ, 2011). A iniciativa é uma ação da empresa Multidisciplinar Comunicação Digital. Os usuários podem usar a rede para reclamar de qualquer serviço no Twitter desde estabelecimentos comerciais até órgãos e serviços da Administração Pública;

- **Urbanias**⁸⁹: o portal tem como propósito receber os problemas dos usuários em sua cidade e encaminhá-los para os órgãos competentes, inclusive mantendo uma atualização sobre o *status* de resposta desses órgãos, por exemplo, divulgando se o problema foi resolvido. Por enquanto, o Portal só atende as demandas do município de São Paulo. A iniciativa é mantida por uma verba para empresas inovadoras da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e foi idealizado por Ricardo Joseph. Os cidadãos são os principais responsáveis por criar o conteúdo das reclamações sobre a cidade em temas como: Acessibilidade, Cidadania Fiscal, Segurança, Trânsito, entre outros. O conteúdo apresentado por fundadores do projeto se relaciona às respostas aos usuários que publicaram suas reclamações; a *posts* no blog com possibilidades de comentário; um *clipping* sobre o Portal na mídia; vídeos sobre o Portal; espaço com respostas para perguntas frequentes; entre outros.

Quadro 14 – Iniciativas brasileiras de uso da Web com origem em organizações e interatividade avançada

Iniciativa	Usuário	Interatividade e uso de aplicativos Web 2.0
Cidade Democrática	ONG Instituto Seva	Os contribuidores apontam problemas ou soluções para os problemas em suas cidades e/ou regiões. Também pode comentar, apoiar e seguir as contribuições dadas por outros usuários. Possui perfis em redes sociais bem como permite o compartilhamento do conteúdo através destas.
Viva Favela	ONG Viva Rio	Os correspondentes comunitários escrevem matérias no site; votam e comentam em material de outros correspondentes; podem ajudar na

⁸⁹ Disponível em: <http://www.urbanias.com.br>. Acesso em 20. DEZ. 2011.

		definição do conteúdo da revista da rede na reunião virtual com o editor. Possui perfis em redes sociais bem como permite o compartilhamento do conteúdo através destas.
Porto Alegre CC	UNIVERSIDADE Unisinos GOVERNO Prefeitura de Porto Alegre	Os cidadãos de Porto Alegre criam uma causa para propor melhorias ou problemas para o município com auxílio de um mapa da cidade. Outros usuários podem comentar nas causas apresentados no site. Possui perfis em redes sociais bem como permite o compartilhamento do conteúdo através destas.
Criticar BH	EMPRESA Multidisciplinar Comunicação Digital	Os cidadãos de Belo Horizonte criticam os problemas do município através do Twitter. Podem comentar ou apoiar a crítica de outras pessoas. Possui perfis em redes sociais bem como permite o compartilhamento do conteúdo através destas.
Urbanias	EMPRESA	Podem ser publicadas reclamações sobre problemas na cidade. Estes problemas podem ser apoiados ou comentados por outros usuários. Possui perfis em redes sociais e também permite compartilhar conteúdo através delas.

Elaboração Própria.

4.1.4 Categoria 4 – Cidadão e Interatividade Básica

Foram consideradas iniciativas dos cidadãos aquelas que tinham sido criadas por pessoas ou grupos de pessoas sem que estes estivessem associados a uma organização. Portanto, o critério para definir se a iniciativa oriunda do usuário de massa ou não é ter sido criado por uma pessoa ou um grupo, não fazendo parte dessa categoria de usuário os idealizadores que criassem o projeto para uma organização.

Entretanto, mesmo que o projeto tenha algum apoio de algum usuário de organização, posteriormente a criação do projeto, não há problema, pois a categoria se refere a quem criou a iniciativa, bastando não ter sido criada por uma organização. A informação sobre a origem da iniciativa, ou seja, sobre quem a criou, deveria ser encontrada nos próprios sites ou em outras fontes quando não havia nenhuma menção aos fundadores da iniciativa.

Tal qual na categoria 1 – Organização e Interatividade Básica, o foco das iniciativas é a disponibilização da informação sobre movimentos, campanhas, projetos, entre outros. Existem poucas possibilidades de outros usuários interagirem ou criarem conteúdo nessas iniciativas.

Na observação estruturada dos sites foram encontrados dois projetos que se encaixavam nessa categoria:

- **SACSP**⁹⁰: agrega dados governamentais sobre as reclamações dos municípios recebidas pela prefeitura de São Paulo dividindo por região, tipos de queixas, órgãos, número de reclamações e período de recebimento da queixa. Foi criada pelo cidadão Bruno Barreto durante o primeiro Transparência HackDay a partir das informações de reclamações dos municípios oriundas do site da Prefeitura e do 156. Os dados estão disponíveis até setembro de 2011. Disponibiliza as reclamações que a Prefeitura de SP recebe dos cidadãos em estatísticas com mapa e 10 órgãos e 10 tipos de reclamações mais recebidas. Não possui perfis de redes sociais nem possui ferramentas para compartilhamento no próprio site. Portanto, não há nenhuma ferramenta de interação social;
- **EU VOTO DISTRITAL**⁹¹: movimento que objetiva mobilizar a sociedade para que o Brasil adote o sistema distrital nas eleições. Segundo informações contidas no próprio site na seção de perguntas frequentes, esse movimento foi iniciado pela Cientista Social Beatriz Pedreira, pelo Administrador Público Emygdio Carvalho, o Cientista Político Luis Felipe D'Avila, o Publicitário Pablo Ribeiro e o Planejador Digital Vinicius Russo. Possui uma série de informações sobre o movimento, desde o que é o voto distrital até como as pessoas podem se tornar mobilizadoras da campanha.

⁹⁰ Disponível em: <http://sacsp.mamulti.com/>. Acesso em 30. JAN.2012.

⁹¹ Disponível em: <http://www.euvotodistrital.org.br/>. Acesso em 20. DEZ.2011.

Quadro 15 – Iniciativas brasileiras de uso da Web com origem em cidadãos e interatividade básica

Iniciativa	Usuário	Interatividade e uso de aplicativos Web 2.0
SAC SP	CIDADÃO Bruno Barreto ⁹²	Não há interação social. Há um uso do Google Maps para dispor a localização aproximada das reclamações.
#Eu Voto Distrital	CIDADÃO Beatriz Pedreira, Emygdio Carvalho, Luiz Felipe D'Avila, Pablo Ribeiro e Vinícius Russo ⁹³	Blog com espaço para comentários. Perfis em redes sociais e barra de compartilhamento para mais de 300 redes sociais. Petição online.

Elaboração Própria.

4.1.5 Categoria 5 – Cidadão e Interatividade Intermediária

A quinta categoria se caracteriza por iniciativas criadas por cidadãos em que o conteúdo é provido tanto por quem criou quanto por quem acessa o site. Portanto, são iniciativas que podem ter conteúdo tanto de criadores quanto contribuidores.

Apenas uma iniciativa contida no Portal Webcidadania possui esse perfil:

- **Repolítica**⁹⁴: permite que qualquer pessoa avalie o seu grau de afinidade política através de um teste denominado “teste do candidato”. Este teste permite que as pessoas verifiquem quais partidos e/ou políticos lhes representam melhor (REPOLÍTICA, 2011). Foi criado por quatro jovens cariocas: Rodrigo Rego, Daniel Veloso, Eduardo Nicodemos e Raphael Leng Li (VASCONCELOS, 2010). Além de informações sobre os políticos oriundas de banco de dados como do Projeto Excelências da ONG Transparência Brasil e do Tribunal Superior Eleitoral, a sugestão de candidatos também é oriunda de avaliações da própria comunidade sobre o político, como, por exemplo, como a ideologia ou valores ou prioridades de um candidato aos cargos eletivos. Essa votação auxilia na construção do próprio teste e fica disponível para todos. Também é possível escrever comentários sobre o candidato e votar se o comentário escrito por outra pessoa é relevante ou não.

⁹² Disponível em: <http://thacker.com.br/projeto/sacsp>. Acesso em 15. DEZ. 2011.

⁹³ Disponível em: <http://www.euvotodistrital.org.br/faq/>. Acesso em 24. JAN.2012.

⁹⁴ Disponível em: <http://www.repolitica.com.br/>. Acesso em 03. DEZ.2011.

Quadro 16 – Iniciativas brasileiras de uso da Web com origem em cidadãos e interatividade intermediária

Iniciativa	Usuário	Interatividade e uso de aplicativos Web 2.0
República	CIDADÃO Rodrigo Rego, Daniel Veloso, Eduardo Nicodemos e Raphael Leng Li	As pessoas podem avaliar os candidatos através de uma votação sobre seus valores, ideologias e prioridades e escrever comentários sobre o político. Possui perfis em redes sociais bem como possui barra de compartilhamento para mais de 300 redes sociais.

Elaboração Própria.

4.1.6 Categoria 6 – Cidadão e Interatividade Avançada

As iniciativas que fazem parte dessa categoria são os principais adeptos de um dos valores da Web 2.0: a geração de conteúdo pelos próprios usuários. Portanto, quem constrói o conteúdo do site e define o rumo da iniciativa são os próprios cidadãos.

Geralmente, nas iniciativas encontradas, não há uma hierarquia entre os participantes, todos definem e constrói colaborativamente os textos e caminhos do grupo através de grupos de discussão ou interação em redes sociais ou construção de conteúdo ou produtos de maneira colaborativa.

Foram encontradas três iniciativas brasileiras nesta categoria:

- **Adote um Vereador**⁹⁵: O projeto Adote um Vereador incentiva os cidadãos a criarem um blog sobre o trabalho dos vereadores para aumentar a transparência e o controle sobre as suas ações (RIBEIRO & DINIZ, 2011). A página Wiki foi criada por Everton Zanella para organizar todas as pessoas que adotaram um vereador em sua cidade e permite que qualquer pessoa modifique o conteúdo contido nela (TECHNOLOGY FOR TRANSPARENCY, 2010; ADOTE UM VEREADOR, 2011);

⁹⁵ Disponível em: http://vereadores.wikia.com/wiki/P%C3%A1gina_principal. Acesso em 30. DEZ.2011.

- **Transparência Hackday**⁹⁶: Grupo online composto por jornalistas, desenvolvedores de tecnologia, estudantes, entre outros interessados, que discute ações para promover a transparência da Administração Pública e criar aplicativos em colaboração para a ampliação dessa transparência (RIBEIRO & DINIZ, 2011). O grupo funciona através de uma lista de discussão no *Google Groups*⁹⁷. Foi criado no final de 2009 por Pedro Markun e Daniela Silva após a primeira edição do evento Transparência Hack Day para dar continuidade aos temas trabalhados nesta iniciativa. Permite que os membros do grupo publiquem conteúdo, respondam aos comentários de outros bem como tomem decisões quanto a aplicativos e ideias a serem postas em prático pelos membros do grupo como sites de promoção da transparência governamental;
- **Movimento Boa Praça**⁹⁸: o projeto foi criado pelos moradores dos bairros Alto de Pinheiros, Lapa, Vila Romana e Vila Anglo com o objetivo de mobilizar as pessoas para revitalizar e ocupar as praças, devolvendo a elas seu sentido inicial: de lugar de encontro, diversão, debate e inclusão (MOVIMENTO BOA PRAÇA, 2011). O site é uma rede social do NING em que os membros após cadastro podem postar no fórum, comentários, blog, entre outras seções da rede. Portanto, há possibilidade de interação constante entre os membros e inserção de conteúdo no projeto.

Quadro 17 – Iniciativas brasileiras de uso da Web com origem em cidadãos e interatividade avançada

Iniciativa	Usuário	Interatividade e uso de aplicativos Web 2.0
Adote Um Vereador	CIDADÃO Everton Zanella ⁹⁹	Página Wiki que pode ser modificada por qualquer pessoa com o objetivo de organizar os cidadãos que adotaram vereadores em seus municípios bem como escrever textos que auxiliem na realização do projeto.

⁹⁶ Disponível em: <https://groups.google.com/group/thackday?hl=pt-BR&pli=1>. Acesso em 20. JAN.2012.

⁹⁷ É um grupo de propriedade de um usuário criado no serviço Grupos do Google. Os Grupos do Google permitem que você gerencie e arquive sua lista de e-mails e oferecem um método para real comunicação e colaboração com os membros do grupo (GOOGLE, 2012).

⁹⁸ Disponível em: <http://boapraça.ning.com/>. Acesso em 20. DEZ.2011.

⁹⁹ Criador da página Wiki do projeto (TECHNOLOGY FOR TRANSPARENCY, 2010).

Transparência Hackday	CIDADÃO Pedro Markun e Daniela Silva ¹⁰⁰	Grupo de discussão no Google. Qualquer membro pode postar comentários e responder aos outros membros.
Movimento Boa Praça	CIDADÃO Moradores dos bairros Alto de Pinheiros, Lapa, Vila Romana e Vila Anglo	Rede Social para estruturar e compartilhar informações sobre o movimento.

Elaboração Própria.

4.1.7 Observações

Ao final da observação estruturada de 22 iniciativas contidas no Portal Webcidadania, foi possível classificar 20 projetos de acordo com a tipologia adotada. O motivo das duas iniciativas apresentadas abaixo não terem sido classificadas é que não foi possível encontrar os usuários responsáveis por elas, portanto, impossibilitando a adoção de alguma categoria na tipologia modelos de relacionamento na esfera pública virtual. Contudo, foi possível analisar a dimensão interatividade.

As iniciativas que não foram analisadas são as seguintes:

- **Voto Aberto**¹⁰¹: “(...) um movimento da sociedade civil sem vínculos partidários, que tem como objetivo pôr fim ao voto secreto na Câmara Federal e no Senado” (VOTO ABERTO, 2012). Um dos projetos desse movimento é o Extrato Parlamentar, um sistema de consulta de afinidade política, em que as pessoas através de respostas sobre questões votadas no Congresso verificam quais políticos possuem mais respostas parecidas com a sua. O site foca na disponibilização de informações sobre o movimento. As pessoas podem produzir comentários sobre o que acham do movimento que ficam disponíveis na seção “Participação dos Usuários”.
- **Políticos – Twitticos**¹⁰²: O projeto tem o objetivo de catalogar todos os políticos que possuem conta no perfil do Twitter bem como averiguar se as contas encontradas são verdadeiras. É uma página Wiki, portanto, qualquer pessoa pode editar o conteúdo do site, por exemplo, cadastrando novos políticos ou denunciando perfis falsos.

¹⁰⁰ Principais responsáveis pela realização da primeira edição do evento Transparência Hack Day em 2009 e criadores do grupo de discussões Thackday no Google.

¹⁰¹ Disponível em: <http://www.votoaberto.com.br/>. Acesso em 23. DEZ.2011.

¹⁰² Disponível em: <http://twitcetera.pbworks.com/w/page/22553968/Politicos>. Acesso em 20. JAN.2012.

Quadro 18 – Iniciativas brasileiras em que foram analisados somente a categoria interatividade

Iniciativa	Usuário	Interatividade	Interatividade e uso de aplicativos Web 2.0
Voto Aberto	?	Básica	Comentários das pessoas na seção participação dos usuários. Perfis em redes sociais. Possibilidades de compartilhamento do conteúdo através de redes sociais.
Políticos – Twitticos	?	Avançada	Página Wiki. Qualquer pessoa pode alterar o conteúdo da página.

Elaboração Própria

4.2 AS INICIATIVAS BRASILEIRAS DE USO DA WEB PARA A CONSOLIDAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA

No Portal Webcidadania, foram encontradas iniciativas em todas as categorias propostas nos modelos de relacionamento na esfera pública virtual que pretendeu apresentar as possibilidades de interatividade nestas iniciativas e os tipos de usuários que as criaram.

Quanto aos usuários, 14 eram oriundos de organizações (8 de organizações da sociedade civil como ONGs e movimentos; 4 de empresas; 1 de universidade e governo; e, 1 de jornalista) e 6 projetos foram criados por cidadãos. Em dois projetos não foram encontrados os usuários que o criaram.

Quanto à interatividade, 9 iniciativas possuíam interatividade básica, ou seja, focavam na disponibilização de conteúdo pelo próprio criador sem espaço para construção de conteúdo por contribuidores (6 de organizações; 2 de cidadãos e 1 de usuário indefinido). Enquanto apresentaram características de interatividade intermediária 4 projetos (3 de organizações e 1 da sociedade civil), 9 sites procuravam a colaboração intensiva das pessoas para o seu funcionamento caracterizando-se por uma interatividade avançada (5 de organizações; 3 da sociedade civil e 1 de usuário indefinido).

Em quase todos os sites analisados há possibilidades de compartilhar o conteúdo através de redes sociais como o *Facebook* e o *Twitter* bem como essas organizações possuem perfis em algumas dessas redes. Portanto, mesmo quando não existia um espaço de interação nos próprios sites como nas iniciativas com interatividade básica, cabe ressaltar, que existe algum nível de compartilhamento através de redes sociais ou espaço para comentários de qualquer usuário dentro dessas redes que podem gerar alguma discussão ou interação¹⁰³.

A necessidade de cadastro do usuário era freqüente nas iniciativas que permitiam a contribuição dos usuários. Das 22 iniciativas, 12 exigiam o cadastro sendo que as informações pedidas variavam desde dados pessoais até a participação através dos perfis que as pessoas já possuíam em redes sociais como o Facebook.

A maioria dos projetos tinha uma duração ininterrupta, ou seja, não tinha o propósito de acabar quando atingisse um determinado objetivo. Em contraponto, as campanhas online podem ser consideradas iniciativas de duração limitada, pois quando os propósitos da campanha são atingidos ou a campanha não surte o efeito esperado no objetivo daquele grupo, ela perde seu sentido. Foram consideradas limitadas, as campanhas: Floresta faz a diferença que pretende garantir o veto das mudanças do projeto de lei do Código Florestal; Eu Voto Distrital, que objetiva mudar o sistema eleitoral brasileiro; e, o Movimento Voto Aberto que luta pelo fim do voto secreto no Congresso Nacional.

Duas iniciativas tinham foco em público-alvo específico: os jovens. Viva Favela e Rede Jovem focavam na juventude, especialmente os jovens em condição de baixa renda. As demais, geralmente, incentivavam o uso por toda a população que se interessasse pelas temáticas que estas iniciativas envolviam.

Portanto, as iniciativas brasileiras já abrangem uma série de aspectos relacionados à esfera pública interconectada como a pluralidade de atores que criam (cidadãos, governos, empresas, organizações e movimentos da sociedade civil, jornalistas etc.) e podem utilizar esses sites para se informar ou disponibilizar suas ideias, projetos e opiniões sobre temas que exijam uma ação ou reconhecimento por parte do Poder Público. Cabe ressaltar a complexidade das relações que podem ser criadas via colaboração através da Web, em que

¹⁰³ Contudo, o foco dessa pesquisa são os próprios sites. Portanto, a interação dentro das redes sociais não foi analisada, a não ser que a própria iniciativa fosse uma rede social em si. As mídias sociais, entre elas, as redes sociais podem ser objeto de um tema de trabalho isolado tamanha suas implicações na interação entre os agentes que ela oferece.

estes diferentes atores conforme o grau de interatividade que a iniciativa permite (por exemplo, páginas Wiki) podem construir o conteúdo de tal maneira que registrar os responsáveis por cada parte do projeto se torna também uma tarefa cada vez mais complexa e demonstra as possibilidades de construção através da inteligência coletiva.

CAPÍTULO 5 - ESTUDO DE CASO: CIDADE DEMOCRÁTICA

Qual é o seu sonho para Jundiaí?

ATUE! MOBILIZE! PARTICIPE!

(Frase escrita na camiseta de divulgação do Concurso Cidadonos)

5.1 DESCRIÇÃO

A plataforma Cidade Democrática é o principal projeto do Instituto Seva¹⁰⁴, entidade sem fins lucrativos com qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Este instituto foi fundado por Rodrigo Bandeira Luna, principal idealizador da Cidade Democrática, com o objetivo de lançar a ideia da plataforma. Apesar de já ter uma consultoria denominada Enzima, Luna decidiu criar o instituto como mantenedor do projeto Cidade Democrática devido ao escopo de participação social que a plataforma previa. Portanto, a principal estratégia do instituto é a plataforma.

Até o projeto conseguir sustentabilidade, a consultoria Enzima que respondeu financeiramente pela manutenção do Instituto, e, conseqüentemente, do site. Segundo Luna, a maior parte dos recursos já é proveniente de serviços prestados pelo Instituto. Atualmente, as receitas do projeto são garantidas através de uma parceria com a Fundação Avina e venda de serviços para Prefeituras. O restante dos gastos, se necessário, é bancado pela equipe ou com ajudas de amigos e familiares.

Luna observou que os cidadãos se queixavam com frequência sobre os problemas das cidades como se estes fossem apenas dos políticos e eles nada tivessem a ver com tais problemas. Assim, ele percebeu que não havia uma comunicação eficiente entre as diferentes comunidades sobre os problemas que o município enfrenta. Após conhecer as possibilidades de uso das novas tecnologias, especialmente os sites colaborativos, ele decidiu criar um site que possuísse um espaço aberto para que as pessoas pudessem apontar problemas, propor soluções ou partilhar opiniões sobre a sua cidade (TECHNOLOGY FOR TRANSPARENCY, 2010).

Portanto, essa iniciativa pretende superar a falta de clareza dos problemas que os cidadãos enfrentam todos os dias em suas cidades e a organização dessas questões, mostrando

¹⁰⁴ Disponível em: <http://www.cidadedemocratica.org.br/perfil/18>. Acesso em 10. DEZ.2011.

o que acontece cada cidade ou região através de diversas classificações, como, por exemplo, em temas como saúde e transporte (TECHNOLOGY FOR TRANSPARENCY, 2010).

No entanto, para Luna, muitas vezes os cidadãos são passivos em relação aos problemas em sua região, sempre colocando a culpa em outros. O criador do projeto, portanto, acredita que a passividade dos cidadãos brasileiros é um dos principais desafios a serem superados e garantir que o projeto realmente seja utilizado por cidadãos para pensar nos problemas das cidades e mobilizar para que eles sejam solucionados (TECHNOLOGY FOR TRANSPARENCY, 2010).

Inicialmente, segundo Henrique Parra Filho, um dos membros da equipe da plataforma, a proposta de Luna era criar um site em que os cidadãos pudessem apontar e demandas da sua cidade e depois vender ferramentas de diagnóstico dessas demandas para organizações como governos e ONGs. Para garantir a construção deste diagnóstico era necessário que as pessoas fossem mobilizadas a participarem do site, propondo suas demandas e soluções para os temas públicos. Desde então, eles realizaram parcerias com ONGs como o Movimento Voto Consciente Jundiaí e a organizações do Governo como a Rede CIM (Célula de Inovação do Município) do Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal da Fundação Prefeito Faria Lima (CEPAM) para divulgar e gerar essa mobilização.

No próprio site, há uma definição do que seria essa plataforma: “É uma plataforma de participação política, onde cidadãos e entidades podem se expressar, se comunicar e gerar mobilização para a construção de uma sociedade cada vez melhor” (CIDADE DEMOCRÁTICA, 2011).

A plataforma já foi estudada em algumas pesquisas no Brasil e no mundo (TECHNOLOGY FOR TRANSPARENCY, 2010; AVILA et al., 2010; FUNG et al., 2011; BEKRI et al., 2011; RIBEIRO & DINIZ, 2011; SILVA & CARREIRO, 2011) que definiram e classificaram esta iniciativa.

Avila et al (2010, p. 15) definem a iniciativa como uma plataforma online que permite cidadãos, políticos, jornalistas e ONGs a identificarem coletivamente problemas da comunidade e proporem soluções. Ribeiro & Diniz (2011) entendem o projeto Cidade Democrática como uma “(...) rede social que permite aos cidadãos que documentem e

discutam os problemas na sua região e proponham soluções para estas questões”. Silva & Carreiro (2011) apresentam o site como

(...) uma ferramenta colaborativa, que disponibiliza instrumentos de ação através dos quais cidadãos, gestores públicos, entidades e o poder público podem apontar e divulgar problemas acerca de assuntos públicos, fazer comentários, criar e sugerir propostas aos problemas postos, e ainda debater acerca de temas públicos e de questões sugeridas por outros cidadãos e entidades.

Outra definição desta iniciativa foi apresentada por Fung et al. (2010):

A plataforma de ação colaborativa que permite aos cidadãos, organizações e instituições governamentais relatar problemas e propor soluções relacionadas às questões preocupantes nas cidades brasileiras. A ideia subjacente à plataforma é que os cidadãos devem assumir a responsabilidade por suas ruas, bairros e cidades, sendo uma parte ativa na resolução de problemas e promoção de causas. A plataforma abrange uma vasta quantidade de temas relacionados ao município como meio ambiente, saúde, educação, transporte e planejamento (FUNG ET AL., 2010, p. 12, tradução nossa).

Assim, esta plataforma é um espaço na Internet em que os brasileiros podem publicar e discutir problemas e soluções para os municípios. Dependendo do estudo, a plataforma é classificada conforme a tabela abaixo:

Tabela 6 – Classificações da Plataforma Cidade Democrática na literatura

Classificação	Descrição	Autor (es)
Serviços de Governo	Projetos que se relacionam com algum aspecto da prestação de serviços dos governos.	Avila et al. (2010) ¹⁰⁵
Engajamento Cívico	Iniciativas que mobilizam cidadãos a desafiar a corrupção como projetos que envolvem os cidadãos sobre discussões das ineficiências dos governos.	Bekri et al. (2011) ¹⁰⁶
Participação cidadã nos temas locais	Iniciativas com temas que envolvam a participação cidadã nas instâncias locais.	Fung et al. (2010) ¹⁰⁷ .
Discussão e Colaboração	Sites que permitem e incentivam a discussão e produção colaborativa entre os usuários.	Ribeiro & Diniz (2011) ¹⁰⁸

Elaboração Própria.

¹⁰⁵ Foi realizada uma taxonomia de todos os projetos catalogados pelo projeto *Technology for Transparency* (2010).

¹⁰⁶ Foi realizada uma taxonomia a partir de uma base de dados de projetos da sociedade civil de uso da Web para o combate à corrupção.

¹⁰⁷ Foi realizada uma taxonomia a partir de 7 estudos de casos entre os projetos catalogados pelo projeto *Technology for Transparency* (2010).

¹⁰⁸ Foi realizada uma tipologia a partir da teoria de esfera pública interconectada proposta por Benkler (2006)

A plataforma foi lançada para o público em outubro de 2009. Entretanto, segundo seu fundador Rodrigo Bandeira Luna, estudos para a viabilização da plataforma já vinham sendo feitos pelo menos desde 2007. Após quase três anos de lançamento da ferramenta em que foram testados vários projetos de mobilização como as oficinas de webcidadania¹⁰⁹ e de consolidação da plataforma, Parra Filho, entende que o foco da atuação do projeto se modificou um pouco.

Atualmente, o propósito da Cidade Democrática é se tornar uma plataforma de inovação aberta¹¹⁰ para temas públicos, a partir da inteligência coletiva. Apesar de ainda ser um espaço na Web que pode auxiliar governos e ONGs a identificarem as demandas da sociedade, Parra Filho entende que a plataforma também pode ser uma ferramenta de colaboração entre sociedade e governo.

Na plataforma Cidade Democrática é possível criar diversos tipos de perfis que englobam desde cidadãos até entidades como organizações não-governamentais e poderes públicos. Todos os participantes necessitam de cadastro para utilizar a plataforma.

Em fevereiro de 2012, estavam cadastrados no site 11.135 usuários, sendo que os cidadãos correspondiam, aproximadamente, a 97% dos usuários da plataforma:

- Cidadãos (10.777 usuários)
- Gestores públicos (157 usuários)
- ONGs (55 usuários)
- Organizações (45 usuários)
- Parlamentares (37 usuários)
- Empresas (20 usuários)
- Movimentos (20 usuários)
- Conferências (17 usuários)

¹⁰⁹ Um dos projetos do Instituto Seva tem como objetivo promover oficinas de Webcidadania para aproximar grupos de pessoas interessadas em experiência de aprendizagem de táticas para a atuação cidadã potencializadas e catalizadas pela web.

¹¹⁰ “(...) processo no qual se busca envolver a participação de pessoas e organizações de fora da organização na busca de soluções inovadoras para seus desafios” (TECHYREDES, 2011, p. 54).

- Poderes públicos (6 usuários)
- Igrejas (1 usuário)

Os usuários cadastrados podem (CIDADE DEMOCRÁTICA, 2012):

- Criar e divulgar propostas¹¹¹ e problemas¹¹² e iniciar uma conversa com outros atores sociais;
- Receber apoios para suas propostas e problemas;
- Apontar e compartilhar questões públicas;
- Conhecer o cenário e ter acesso a relatórios sobre os temas e localidades de interesse;
- Reconhecer comunidades de colaboração e formar redes de pessoas e entidades que atuam em certos temas e locais;
- Apoiar propostas e problemas apontados por outros usuários e entidades;
- Fazer comentários e perguntas de interesse público;
- Dar ideias e fornecer informações sobre propostas e problemas;
- Criar o seu “observatório” para seguir e participar de discussões sobre os assuntos e as localidades que lhe interessam.

O usuário cadastrado pode procurar informações sobre problemas e propostas nas cidades tanto através da busca da localização geográfica (por exemplo, o município de São Paulo) quanto através de temas apresentados através de *tags* (por exemplo, meio ambiente e saúde). Quando qualquer usuário publica uma proposta ou problema, pode também adicionar fotos, vídeos ou quaisquer outros documentos externos.

Além de criar e comentar propostas ou problemas, a plataforma também incentiva a divulgação de sua reclamação ou campanha para que seus conhecidos e outras pessoas vejam e participem de sua mobilização. Para isso, a plataforma possui um redirecionamento no

¹¹¹ São soluções para problemas nas cidades que podem funcionar como pequenas campanhas, recebendo divulgação e apoios de outros usuários (CIDADE DEMOCRÁTICA, 2011).

¹¹² São os problemas em sua região apontados pelos usuários. Esta manifestação fica disponível no site e pode receber apoios e comentários de outros usuários, e assim aproximar pessoas e entidades com os mesmos interesses (CIDADE DEMOCRÁTICA, 2011).

próprio site que permite o compartilhamento da proposta ou problema para dezenas de redes sociais.

Cabe ressaltar que a rede une os contatos através de temas e assuntos públicos definidos pelos usuários cadastrados. Isso significa dizer que na plataforma os participantes não adicionam pessoas como seus contatos na rede, mas sim propostas e problemas bem como temas de interesse.

Os usuários podem escolher que apareçam na sua página na rede, todas as propostas ou problemas de temas definidos como importantes para o usuário ou de sua região. Outra opção é seguir as propostas ou problemas que lhes interessar. Assim, cada vez que uma nova proposta, problema ou comentário que interessa ao participante surgir, ele receberá a atualização no seu perfil no Cidade Democrática e/ou por e-mail.

As cidades mais ativas na plataforma até fevereiro de 2012 eram: Jundiaí (SP) com cerca de 1000 propostas e problemas, 6209 comentários e 14683 apoios e São Paulo (SP) com cerca de 570 propostas e problemas, 1246 comentários e 2246 apoios (CIDADE DEMOCRÁTICA, 2012). Até este mesmo período, os temas que mais apareceram nos tópicos eram: cidadania, educação, meio ambiente e participação.

Os principais acontecimentos desde o lançamento da plataforma estão resumidos abaixo:

- A plataforma foi lançada em versão beta pela primeira vez em abril de 2009. Contudo, foi aberta ao público apenas em novembro do mesmo ano;
- Em agosto de 2009, a plataforma foi apresentada ao ativista do Movimento Voto Consciente Jundiaí, Henrique Parra Parra Filho, que trabalhou como voluntário da Cidade Democrática até fevereiro de 2010, quando ele passa a fazer parte da equipe;
- Em março de 2010, é criado o movimento Webcidadania com o objetivo de agregar as iniciativas no Brasil de uso da web para promoção de cidadania. É criada a *hashtag* #webcidadania para que qualquer participante do Twitter divulgue ações de cidadania na Internet;
- As principais parcerias da rede foram realizadas com a Fundação Avina e o CEPAM. Os principais resultados dessas parcerias foram, respectivamente, um estudo denominado

Techyredes¹¹³ em setembro de 2011 que propôs um método de uso de protocolos de interação por meio de ferramentas web como forma de produzir ganhos crescentes de produtividade na gestão de redes sociais dedicadas a causas e oficinas de webcidadania¹¹⁴ com dezenas de gestores públicos em 13 municípios do Estado de São Paulo que envolveu temas como ética na rede e uso da Web 2.0 para promover ações municipais e aprimorar o serviço público;

- A plataforma foi pesquisada por duas iniciativas internacionais: o projeto *Technology for Transparency*¹¹⁵ (T4T) da Rede Global Voices e pesquisadores da Universidade de Harvard nos Estados Unidos contratados pela organização *Transparency and Accountability Initiative*¹¹⁶;
- Foi criado o programa Cidades Digitais que é uma experiência desenvolvida pela Cidade Democrática para a construção de agendas públicas de colaboração entre prefeituras e sociedade (CIDADE DEMOCRÁTICA, 2012). Os dois estudos de caso dessa pesquisa fazem parte desse programa. O projeto piloto denominado “Concurso Cidadonos” foi realizado em Jundiaí entre abril e agosto de 2011. Entre outubro e novembro de 2011, Várzea Paulista realizou o concurso denominado “Várzea 2022 Digital”;
- Em dezembro de 2011 foi assinada um termo de cooperação técnica entre a Câmara Municipal de Vereadores de São Paulo e a iniciativa com o objetivo de mudar a relação dos parlamentares com a sociedade civil. O projeto foi denominado “São Paulo Democrática”¹¹⁷;
- As oficinas de Webcidadania realizadas pela equipe do Instituto, segundo Luna, tem como objetivo capacitar as pessoas em como usar as ferramentas web e usar a inteligência coletiva para solucionar questões públicas. Já foram realizadas cerca de 40 oficinas para servidores públicos, líderes locais e jovens com sete parceiros como CEPAM, Fundação

¹¹³ Disponível em: <http://techyredes.wordpress.com/>. Acesso em: 08. JAN. 2012.

¹¹⁴ Disponível em: <http://migre.me/7TxkK> . Acesso em: 08. JAN. 2012.

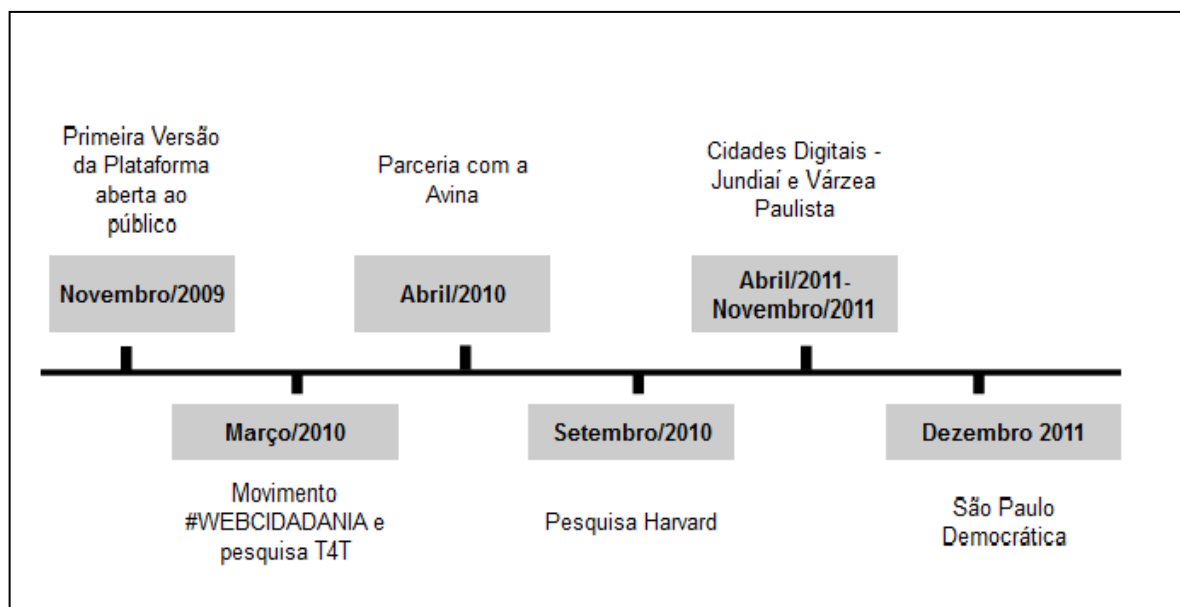
¹¹⁵ Disponível em: <http://transparency.globalvoicesonline.org/>. Acesso em: 08. JAN. 2012.

¹¹⁶ Disponível em: <http://www.transparency-initiative.org/reports/impact-case-studies-from-middle-income-and-developing-countries>. Acesso em: 08. JAN. 2012.

¹¹⁷ Disponível em: http://www.camara.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7626:site-abre-espaco-para-discussao-de-problemas-da-cidade&catid=33:cidadania&Itemid=90. Acesso em: 08. JAN. 2012.

Avina, Biblioteca de São Paulo, Prefeitura de Várzea Paulista e Movimento Voto Consciente Jundiáí.

Figura 2 – Linha do Tempo Cidade Democrática



Elaboração própria.

5.2 CONCURSO CIDADONOS – MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

O Concurso Cidadonos foi um projeto realizado pelo Movimento Voto Consciente Jundiáí com apoio da plataforma Cidade Democrática, da Rede Social Jundiáí¹¹⁸ e SENAC¹¹⁹ neste município¹²⁰. O objetivo do concurso foi estimular a participação dos cidadãos nas questões de políticas públicas e assuntos de interesse público (CIDADONOS, 2011).

O Coletivo do Movimento Voto Consciente Jundiáí, que atua no município desde setembro de 2006, é um grupo criado com a finalidade de incentivar e desenvolver ações de promoção da cidadania e de inclusão social, especialmente por meio do acompanhamento do Legislativo, ações de educação política e articulação entre os setores privado, público e

¹¹⁸ Programa que busca articular os atores sociais de Jundiáí e região visando a melhoria da qualidade de vida de suas comunidades e o desenvolvimento local (CIDADONOS, 2011).

¹¹⁹ Referência de organização educacional e do Terceiro Setor, sua missão é proporcionar o desenvolvimento de pessoas e organizações para a sociedade do conhecimento (CIDADONOS, 2011).

¹²⁰ Jundiáí é um município do interior do Estado de São Paulo. Localiza-se a 49 km da capital do Estado. Possui 370.126 habitantes (IBGE CIDADES, 2011). O prefeito do atual mandato (2009-2012) é Miguel Haddad, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

cidadão, para o fortalecimento de canais e espaços de participação e incidência em políticas públicas. Não é constituído juridicamente.

Entre os projetos do Movimento, estão:

- Acompanhamento das sessões da Câmara de Vereadores do município com relatórios da produção legislativa para subsidiar a escolha dos eleitores;
- Debates eleitorais com candidatos a prefeito, com presidentes de partidos e com os candidatos a presidente da Câmara;
- Campanha municipal por um Plano Diretor Participativo que reuniu mais de 3.000 assinaturas em petição física (papel), conseguindo a convocação de duas audiências públicas;

Além desses projetos, o movimento utiliza duas ferramentas da Internet para subsidiar seus trabalhos e gerar mobilização no município: a iniciativa “Adote um Vereador” que incentiva os cidadãos a escolherem um legislador municipal para acompanharem durante seu mandato e publicarem as atividades do “adotado” na Internet e a plataforma Cidade Democrática para criar agendas cidadãs a partir das demandas da sociedade a serem seguidas pelo movimento nos seus trabalhos com os poderes públicos (MOVIMENTO VOTO CONSCIENTE JUNDIAÍ, 2012).

A plataforma Cidade Democrática foi apresentada ao grupo no segundo semestre de 2009. Em 2010, o movimento utilizou a plataforma pela primeira vez para incentivar que os cidadãos publicassem propostas e problemas para a construção de uma agenda cidadã. Do uso da plataforma, emergiram 12 ações apresentadas ao Poder Público municipal que gerou, entre outros resultados (TECHNOLOGY FOR TRANSPARENCY, 2010; RIBEIRO & DINIZ, 2011):

- a) Garantiu verbas na Câmara Municipal para a construção de 25 km de ciclovias na cidade, que era uma das ações propostas na agenda;
- b) Um plano diretor para desenhar ciclovias para a cidade;
- c) A mudança do horário das audiências públicas (de 9h para 19h);
- d) O fim das votações secretas na Câmara de Vereadores.

Em 2011, foi criado um novo projeto para criar uma agenda cidadã do município de Jundiaí: o Cidadonos. O projeto era um concurso para premiar as 12 melhores ideias e propostas para transformar Jundiaí na cidade dos sonhos de seus moradores. Cidadãos, ONGs, escolas, empresas e governantes interessados podiam participar apresentando ideias, votando nas melhores e apoiando sua implementação para a construção de uma Jundiaí melhor. Isso foi feito a partir de um portal customizado da plataforma Cidade Democrática para o concurso.

O Cidadonos foi realizado entre os dias 15 de abril e 08 de agosto de 2011. Segundo o regulamento do projeto, podiam participar do concurso:

- Pessoas físicas de nacionalidade brasileira ou estrangeira, domiciliadas no Brasil e residentes em Jundiaí;
- Organizações Não Governamentais e Empresas domiciliadas em Jundiaí;
- Gestores Públicos e Agentes Políticos lotados no Município de Jundiaí;
- Escolas e Instituições Educativas localizadas no Município de Jundiaí;

No próprio site há uma descrição do que é este concurso: “Cidadonos é um concurso que vai premiar as melhores ideias e propostas para transformar Jundiaí na cidade dos sonhos de seus moradores” (CIDADONOS, 2011). Apesar de conter o termo “premiar” na descrição do concurso, os vencedores não ganhariam nenhum tipo de prêmio com valor pecuniário, por exemplo, mas teriam as suas propostas incluídas na agenda cidadã do Movimento Voto Consciente Jundiaí e receberiam um certificado de participação.

Para participar do concurso era necessário que o interessado se cadastrasse na plataforma Cidade Democrática e registrasse uma proposta ou problema que tratasse de questões públicas de Jundiaí e divulgá-lo para seus conhecidos e outras pessoas para que obtivesse apoio de outros cidadãos do município.

Foram premiados as 12 propostas ou problemas com mais relevância. O regulamento determinou que a relevância fosse medida pela sua quantidade de apoios, comentários e seguidores associados a cada proposta (CIDADONOS, 2011), sendo que cada um destes teria

o mesmo peso para efeito de contagem¹²¹. As 12 propostas premiadas deviam estar nas seguintes categorias:

- 2 Organizações Sociais (ONGs, Associações, Sindicatos, entre outros) cujas questões tiverem mais relevância ao fim do concurso;
- 2 Parlamentares cujas questões tiverem maior relevância ao fim do concurso;
- 1 Gestor (a) Público (a) cuja questão tiver maior relevância ao fim do concurso’;
- O (a) autor (a) cidadão da questão mais relevante cuja temática¹²² for “Meio Ambiente”;
- O (a) autor (a) cidadão da questão mais relevante cuja temática for “Juventude”;
- O (a) autor (a) cidadão da questão mais relevante cuja temática for “Educação”;
- O (a) autor (a) cidadão da questão mais relevante cuja temática for “Cultura”;
- 3 questões mais relevantes apontadas por cidadãos e que não estejam enquadradas em nenhuma das categorias acima.

Participaram do concurso com propostas, problemas, comentários, apoios e seguidores cerca de 3500 munícipes de Jundiaí (CIDADONOS, 2011). Segundo Alberto Urbinatti, coordenador geral do movimento, a meta de participação era de 4000 cidadãos. Apesar da participação ter sido abaixo da meta, Urbinatti acredita que esses números são relevantes, pois abarcam pouco mais de 1% do eleitorado do município.

¹²¹ Os comentários escritos pelo autor do tópico não eram contabilizados para a contagem de relevância. Além disso, como a ferramenta Cidade Democrática é utilizada desde 2009 em Jundiaí, os tópicos criados antes do lançamento do concurso (em 12 de fevereiro de 2011) foram válidas para a premiação desde que atingissem um índice de relevância pelo menos 50% maior do que a questão mais relevante apresentada após o lançamento, dentro da mesma categoria. As questões apresentadas por Cidadãos e Organizações Sociais entre 12 de Fevereiro de 2011 e 15 de Abril de 2011 (data do início do concurso) tiveram os apoios recebidos nesse período desconsiderados para a contagem de relevância (CIDADONOS, 2011).

¹²² A definição da temática de cada ideia apresentada no concurso era realizada pelos organizadores do concurso.

Quadro 19 – Premiados Concurso Cidadonos

Premiado	Proposta	Categoria	Apoios	Comentários	Seguidores
Fábio Frederico Storari	Preservação da Zona de Amortecimento da Serra	MEIO AMBIENTE	149	33	20
Voto Consciente Jundiáí	Metas Legislativas	ONG'S	298	99	62
Marilena Negro	Transporte Público Eficiente e de Qualidade	GOVERNO/ PARLAMENTAR	402	182	165
Paulo Tafarello	Aluguel de Bicicletas nos terminais de Ônibus	CIDADÃO	286	118	44
Luiz Ballas	Falta de Ciclovias	CIDADÃO	346	183	55
DCE- UniAnchieta (Presidente Edicarlos Vieira)	Ônibus por R\$ 1,00 nos fins de semana	ONG'S	509	229	211
Valéria Ballas	Leis de Incentivo à Cultura em Jundiáí	CULTURA	243	69	41
Márcio Ferrazo	Centro da Juventude no Complexo Fepasa	GOVERNO/ GESTOR PÚBLICO	235	59	51
Gerson Sartori	Bilhete Único em Jundiáí	CIDADÃO	772	497	182
Luiz Fernando Machado	Qualifica Jundiáí – Todos pela qualificação profissional	GOVERNO/ PARLAMENTAR	499	445	244
Beatriz	Turismo Cultural	CIDADÃO	148	64	40
Pedro Santiago	Universidade Federal em Jundiáí	CIDADÃO	389	112	74

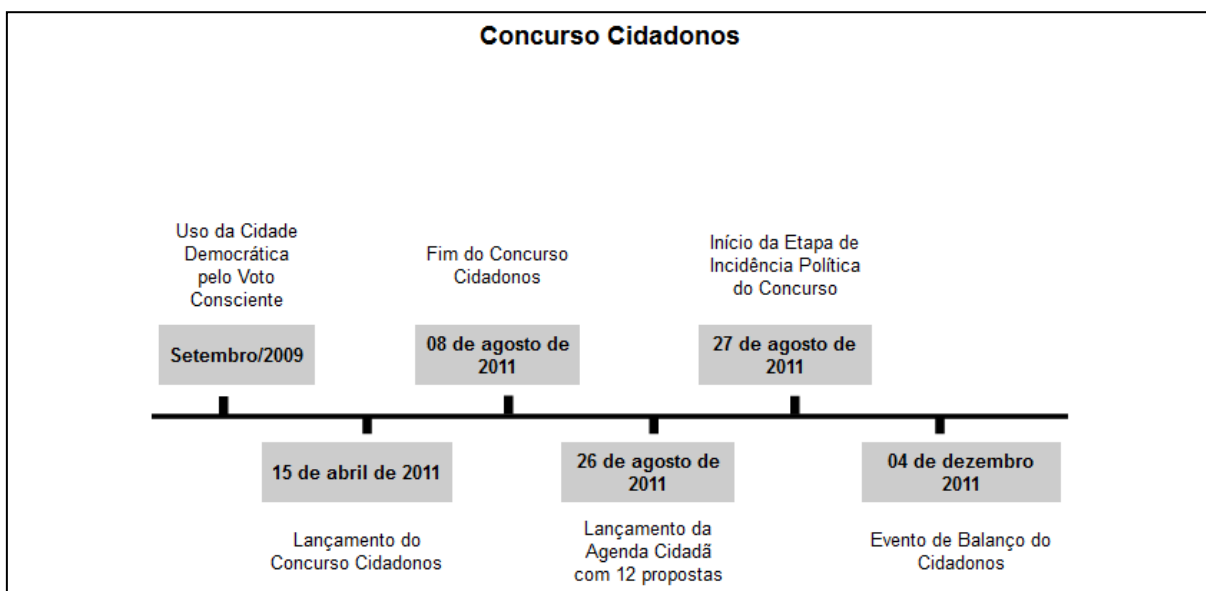
Fonte: MOVIMENTO VOTO CONSCIENTE JUNDIAÍ (2011); CIDADONOS (2011).

Após a realização do período de propostas e apoio na plataforma em agosto de 2011, neste mesmo mês foi realizada a premiação dos vencedores em que foram convidados além dos vencedores, políticos, organizações da sociedade civil e grupos do município para conhecerem as propostas dos munícipes para a sua cidade dos sonhos.

O término do concurso culminou em uma nova etapa do projeto denominada “Etapa de Incidência Política” (MOVIMENTO VOTO CONSCIENTE JUNDIAÍ, 2012). Esta etapa

teve como objetivo o engajamento do Movimento Voto Consciente Jundiaí para mobilizar governantes, ONGs e empresas a realizarem as propostas vencedoras (MOVIMENTO VOTO CONSCIENTE JUNDIAÍ, 2012). Entre as ações desta etapa estão: encaminhar aos agentes políticos do município como vereadores, prefeito e deputados estaduais e federais da região, organizações da sociedade civil e empresas as propostas da sociedade e perguntar o que eles estão fazendo ou podem fazer para realizá-las; e, convidar estes grupos para apresentarem suas propostas e realizações no evento denominado “Balanço do Cidadonos”, que ocorreu em dezembro de 2011.

Figura 3 – Linha do Tempo – Concurso Cidadonos



Elaboração Própria.

5.3 CONCURSO VÁRZEA 2022 DIGITAL - MUNICÍPIO DE VÁRZEA PAULISTA

O Concurso Várzea 2022 Digital foi realizado pela Prefeitura Municipal de Várzea Paulista¹²³ em parceria com a plataforma Cidade Democrática. Este concurso é uma das ações do Plano Várzea 2022 lançado no início de 2011.

Neste plano, os cidadãos do município definirão as políticas públicas de médio e longo prazo que nortearão as decisões dos governantes municipais até 2022. Realizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, é um instrumento de planejamento

¹²³ Várzea Paulista é um município no interior de São Paulo, que já foi distrito do município de Jundiaí. Possui uma população com 107.089 habitantes (IBGE CIDADES, 2011). No ambiente político, o Prefeito Eduardo Tadeu Pereira do Partido dos Trabalhadores (PT) está em seu segundo mandato na cidade.

integrado e participativo do governo da cidade (VÁRZEA PAULISTA, 2011). Ele se desenvolveu em quatro fases que se relacionaram com todas as instâncias participativas já institucionalizadas pela Prefeitura (CIDADE DEMOCRÁTICA, 2011):

- 1) Reuniões de bairro do OP (Orçamento Participativo), reuniões do OP Jovem e as Pré-Conferências Regionais, quando saúde, educação e assistência social são os temas debatidos em cada região;
- 2) Caravana da Cidadania e o Fórum da Cidade, (debate para construir a visão de futuro e definir as prioridades) e as Conferências e Plenárias Municipais;
- 3) Assembleias Regionais do OP (a população decide as demandas), eleição dos representantes do Conselho do OP (para acompanhar o andamento das obras) e a segunda etapa das Conferências e Plenárias Municipais;
- 4) Congresso da Cidade (validação das decisões tomadas no ano e produção do Plano de Desenvolvimento da Cidade, com metas a curto, médio e longo prazo. Haverá ainda a Eleição do Conselho da Cidade, para fiscalizar a execução das metas previstas no plano.

O objetivo do concurso digital foi estimular a participação cidadã, especialmente dos jovens, nas questões de políticas públicas. Era uma estratégia complementar de participação às instâncias tradicionais presenciais.

O concurso durou dois meses, entre os dias 19 de setembro e 20 de novembro de 2011. Poderiam participar:

- Pessoas físicas de nacionalidade brasileira ou estrangeira, domiciliadas no Brasil e residentes em Várzea Paulista;
- Entidades, Organizações Não Governamentais e Empresas domiciliadas em Várzea Paulista;
- Gestores Públicos, Parlamentares e Agentes Políticos lotados no Município de Várzea Paulista.

Para participar era necessário, primeiramente, o cadastro do participante na plataforma Cidade Democrática. Posteriormente, era necessário que apresentasse qualquer problema ou

proposta para o município que trate de questões públicas e mobilizasse outros usuários para que a sua causa fosse apoiada, comentada ou seguida.

Seriam vencedores os oito usuários registrados que obtivessem as oito propostas ou problemas mais relevantes que se encaixem nas categorias¹²⁴ apresentadas abaixo:

- 2 (duas) Organizações Sociais (ONGs, Associações, Sindicatos, Igrejas etc) cujas questões tiverem mais relevância ao fim do concurso;
- 1 (um) Parlamentar cuja questão tiver maior relevância ao fim do concurso;
- 1 (um) Gestor Público cuja questão tiver maior relevância ao fim do concurso;
- 2 (dois) Jovens cujas questões tiverem maior relevância ao fim do concurso;
- 2 (duas) questões mais relevantes apontadas por cidadãos e que não estejam enquadradas em nenhuma das categorias supracitadas.

Os oito vencedores foram convidados a participar como delegados¹²⁵ do Congresso da Cidade, que ocorreu em dezembro de 2011. Destes, dois se tornaram conselheiros¹²⁶ que serão responsáveis por acompanhar as ações da Prefeitura para garantir que as metas votadas para integrarem o Plano de Desenvolvimento da Cidade sejam implementadas até 2022. Todas as oito propostas do concurso na plataforma Cidade Democrática entraram no plano de metas do programa Várzea 2022 durante o Congresso.

Participaram da iniciativa, 598 varzinos (PREFEITURA DE VÁZEA PAULISTA, 2011). Apesar de estar no regulamento que um dos vencedores seria um parlamentar, como nenhum parlamentar, participou, em vez de quatro, foram premiados cinco cidadãos, conforme apresentado na tabela abaixo:

¹²⁴ A definição da temática de cada ideia apresentada no concurso era realizada pelos organizadores do concurso.

¹²⁵ O Congresso da Cidade possuía 40 delegados (VÁZEA PAULISTA, 2011).

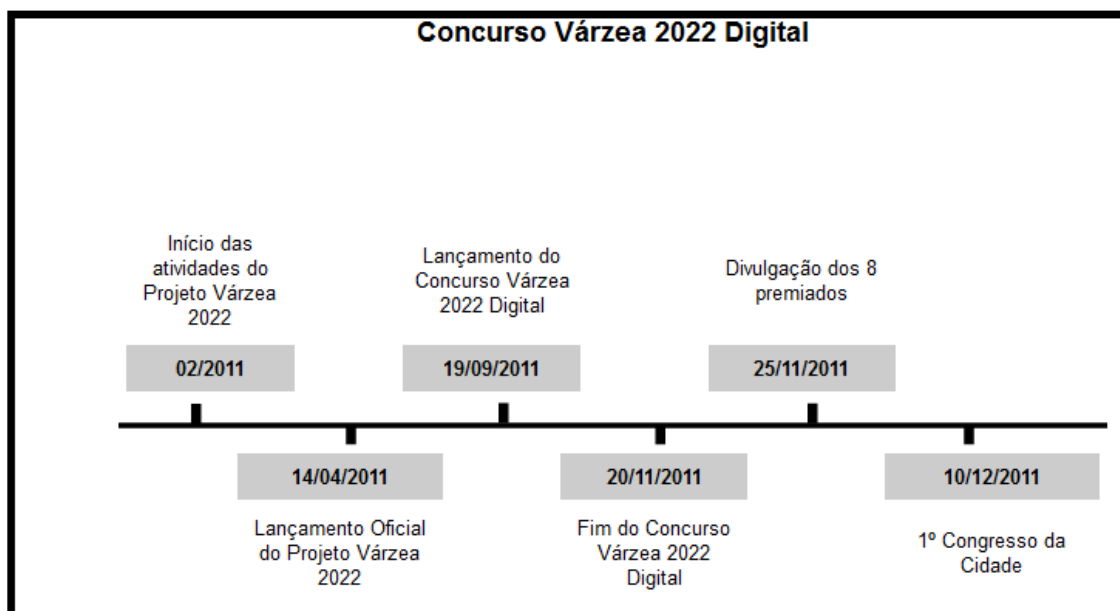
¹²⁶ A Comissão de Acompanhamento é um órgão paritário com 15 representantes do governo e 15 da sociedade civil com o objetivo de fiscalizar a implementação do Plano de Desenvolvimento da Cidade.

Quadro 20 – Premiados Concurso Várzea 2022 Digital

Premiado	Categoria	Proposta	Apoios	Comentários
Luciana Viegas	CIDADÃO	Criação do projeto Jovens Sonhadores – “Young Dreamers”	134	52
Sumara Fernanda Mesquisa	GESTOR PÚBLICO	Várzea Fest Rock	81	41
Maria Angélica Dutra	CIDADÃO	Festival de Música Popular Brasileira	79	42
Cursinho CES	ONG	Trazer uma universidade pública para a região	79	42
Comissão Popular Jovem Várzea Paulista	ONG	Queremos um centro da juventude em Várzea Paulista	94	15
Guilherme Henrique Andrade	CIDADÃO	Rede de Cursinho de Reforço em Várzea Paulista	87	15
Rafael Aguiar	CIDADÃO	Sistema de Transporte Municipal	43	27
Rodrigo Cambra	CIDADÃO	SENAI em Várzea Paulista	47	21

Fonte: Cidade Democrática, 2012

Figura 4 – Linha do Tempo – Concurso Várzea 2022 Digital



Elaboração própria.

5.4 CLASSIFICAÇÃO DAS INICIATIVAS NO CUBO DA DEMOCRACIA

5.4.1 Quem participa?

Inicialmente, os concursos foram abertos a todos os cidadãos residentes nos municípios de Jundiaí e Várzea Paulista, ou seja, todos poderiam participar propondo propostas ou problemas, publicando comentários, registrando seu apoio ou seguindo a proposta ou problema que desejasse.

Contudo, tal qual posto por Fung (2006), estar aberto a toda sociedade não significa que todos participarão ou todos os grupos daquele local estarão representados dentro aos que atenderem ao chamado de participação, no caso, as populações de Jundiaí e Várzea Paulista. Portanto, no mínimo, estas iniciativas estariam na categoria de auto-seleção em que mesmo que o processo de seleção seja aberto a toda população, só as pessoas interessadas que participarão.

No caso dos concursos, além da participação online, estavam previstas durante estes processos, a realização de oficinas de mobilização e contatos com determinados grupos para divulgação das possibilidades de usar as ferramentas da Cidade Democrática e da Web de modo geral para mobilizar os cidadãos a apoiarem suas propostas ou problemas.

Em Jundiaí, alguns grupos que receberam essa atenção foram:

- Escolas particulares e públicas¹²⁷ em que foram realizadas palestras e oficinas para incentivar a participação no concurso;
- Organizações da sociedade civil e empresas que já tinha relacionamento com o Movimento Voto Consciente Jundiaí;
- Divulgação na mídia através de parcerias com rádios, jornais e TVs locais.

Já no lançamento do projeto em abril de 2011, foi realizado um evento para atrair não apenas os governantes e a imprensa local, mas também foram convidados possíveis participantes entre cidadãos e organizações do município mapeados pelo Voto Consciente Jundiaí. Também houve um trabalho de divulgação para categorias como Governo e Gestor

¹²⁷ Colégio Leonardo Da Vinci, SENAC, E.E. Diógenes Duarte Paes, Colégio Objetivo, Colégio Paulo Freire e E.E. Parque Residencial Almerinda Chaves.

Público para incentivar que agentes destes grupos participassem (MOVIMENTO VOTO CONSCIENTE JUNDIAÍ, 2012).

No município de Várzea Paulista, o Prefeito Eduardo Tadeu Pereira, em entrevista, afirmou que o público-alvo do projeto Várzea Digital eram os jovens. Estes eram um público que não participava, geralmente, das instâncias presenciais de participação já realizadas pela prefeitura como o Orçamento Participativo e os Conselhos municipais, ou seja, a juventude normalmente não estava representada nessas instâncias. Segundo o Prefeito, acompanhando os usos da plataforma Cidade Democrática em Jundiaí no concurso Cidadanos eles ficaram impressionados com a interlocução da juventude via redes sociais.

Portanto, por este grupo normalmente não participar de instâncias de participação no município e por estarem, geralmente, mais engajados no uso das novas tecnologias, foi definido o concurso digital para atingir a juventude. Para este público, também foram realizadas oficinas de mobilização como em Jundiaí, incentivando e auxiliando essas pessoas a usarem a Internet para promoverem as suas propostas escolhidas para o concurso.

Segundo o Prefeito, o objetivo da Prefeitura foi atingido, pois das oito propostas vencedoras, só duas foram criadas por pessoas com mais de 30 anos. E estas propostas tinham uma relação com a juventude (festivals de música e de rock).

Assim, dentre as categorias apresentadas por Fung (2006), o modo de seleção de participantes nos concursos foi o de **recrutamento seletivo**, ou seja, apesar da participação está aberta a todos foram criadas ferramentas em ambos para atingir determinados grupos a participarem da campanha.

Por exemplo, nas oficinas de webcidadania as pessoas aprendiam e eram incentivadas a criar um perfil na rede Cidade Democrática, uma proposta ou problema e mobilizar apoio através de divulgação nas redes sociais, por exemplo. Tais oficinas eram direcionadas, especialmente, a categorias a serem premiadas como os gestores públicos ou os jovens.

Sampaio (2011) utiliza o cubo da democracia para analisar o Orçamento Participativo Digital em Belo Horizonte. Este autor apresenta como uma das restrições da Web nos processos participativos a necessidade de equipamentos e habilidades para utilizá-los, ou seja, a exclusão digital. Portanto, por si só a necessidade dessas habilidades e equipamentos podem selecionar os participantes desses processos. Tanto em Jundiaí quanto em Várzea Paulista,

essas restrições foram combatidas através das oficinas de webcidadania e o uso de equipamentos públicos de acesso à Internet como telecentros. Ainda assim só foram realizadas algumas oficinas em locais ou para grupos específicos como estudantes, gestores públicos, parlamentares, entre outros.

5.4.2 Como os participantes comunicam entre si e tomam decisões conjuntamente?

Nos dois casos os participantes dos concursos tinham que mobilizar o máximo de outros usuários que comentassem, apoiassem ou seguissem suas propostas para que estas fossem as vencedoras. Nas entrevistas com os premiados, os modos de comunicação aos outros sobre suas propostas foram os mais diversos, com ações online e presenciais.

Das ações online, além da própria plataforma, eles também divulgavam suas propostas através de redes sociais, blogs, vídeos, fotos, entre outros. Por exemplo, o cidadão Luiz Ballas e o gestor público Márcio Ferrazo, ambos premiados no concurso Cidadanos criaram vídeos no *You Tube* divulgando suas propostas, inclusive o último até mesmo utilizou o espaço em um programa de Tv para apresentar a proposta de um Centro de Juventude no município.

Entre as ações presenciais, destacaram-se a divulgação nos eventos dos grupos que os participantes já atuavam como o Cursinho CES em Várzea Paulista, que propôs a construção de uma universidade pública na região e divulgava suas propostas, entre outros lugares, nas próprias aulas dos cursinhos, mostrando a importância dessa iniciativa para o município e incentivando que os alunos apoiassem o movimento na plataforma Cidade Democrática. Também em Várzea Paulista, a gestora pública Sumara Mesquita divulgava sua proposta de um festival de rock no município em outros festivais que já acontecem na região e mobilizou as bandas de rock que tinham perfis em redes sociais na web para divulgarem sua campanha no concurso Várzea Digital.

Apesar das pessoas poderem discutir presencialmente as propostas, um dos principais espaços de interação e discussão sobre elas, suas possíveis maneiras de ser implementadas bem como suas críticas, especialmente pelo fato de que para as propostas serem escolhidas era necessário que tivesse maior relevância neste espaço, era o próprio site Cidade Democrática.

Neste espaço os usuários podiam discutir entre si, responder uns aos outros, apoiando ou não as propostas apresentadas. Portanto, por ser um espaço de constante interação e troca

de opiniões e debates entre os usuários da plataforma, dentre as categorias de Fung (2006), cabe ressaltar o modo de comunicação que se relaciona com o **desenvolvimento de preferências dos cidadãos**.

As possibilidades de desenvolver suas preferências são conceituadas como as discussões que são organizadas de maneira que os participantes podem explorar, desenvolver e talvez transformar suas preferências e perspectivas:

They encourage participants to learn about issues and, if appropriate, transform their views and opinions by providing them with educational materials or briefings and then asking them to consider the merits and trade-off s of several alternatives. Participants usually discuss these issues with one another (often organized in small groups) rather than simply listening to experts, politicians, or advocates (FUNG, 2006, p. 68).

A colaboração e a interação que a plataforma Cidade Democrática permite, garante que os usuários da plataforma possam discordar, trocar informações, propor novas maneiras de implementar as propostas apresentadas, entre outros. Por outro lado, isso não significa que necessariamente os participantes usem esse potencial de discussão na plataforma durante os concursos.

Assim, apesar das possibilidades de interação que a plataforma Cidade Democrática permitia, no caso dos concursos, não significa necessariamente que as pessoas discutiam ou interagiam na página de comentários¹²⁸ sobre estas propostas, podendo apenas, por exemplo, escrever que concordavam com aquela ideia.

Além disso, os apoios, que dependiam apenas de um clique do participante no site, foram mais que o dobro de comentários realizados nos dois concursos¹²⁹. Portanto, não havia discussão ou qualquer tipo de interação no caso dos apoios, mas apenas a expressão da preferência daquele cidadão por aquela proposta. Contudo, mesmo que todas as potencialidades não fossem aproveitadas na participação dos usuários nos concursos, elas

¹²⁸ Entre os exemplos de comentários, podem ser citados (CIDADE DEMOCRÁTICA, 2012):

“Apoiado 100%, menos condomínios em Jundiaí e mais lazer, baladas etc...Viva a qualidade de vida” – CIDADÃO.

“Por que para jovens? Já existe uma proposta parecida aqui no cidade democrática...Sou a favor da intergeracionalidade. Um espaço cultural para todos!” – CIDADÃO.

“Essa proposta vem de encontro ao desejo de muitos jovens varzinos. Parabéns!” – GESTOR PÚBLICO.

“Apoiadíssimo!!! Várzea Paulista merece uma universidade pública!” – ORGANIZAÇÃO.

¹²⁹ 4873 apoios e 2345 comentários (CIDADE DEMOCRÁTICA, 2012).

eram possíveis, classificando estes concursos na categoria de desenvolvimento de preferências apresentada por Fung (2006).

O propósito do concurso era obter apoios de outros usuários através de comentários, cliques no link apoio e seguidores da proposta, ou seja, a escolha das propostas dependia que os usuários registrassem seu apoio a ela. Uma das hipóteses possíveis é que as pessoas analisavam as propostas e só participavam daquelas que efetivamente apoiassem, pois a tomada de decisão da escolha das propostas vencedoras era medida pelo número de apoios.

Cabe ressaltar que no município de Várzea Paulista, os participantes premiados no concurso passaram por outro processo de tomada de decisão. As propostas fizeram parte do Plano de Desenvolvimento da Cidade após serem negociadas durante o Primeiro Congresso da Cidade que teve como objetivo definir o plano de metas de ações políticas municipais até 2022. Neste caso, os oito delegados oriundos da iniciativa digital tiveram que deliberar em conjunto com os outros delegados que foram escolhidos durante as ações presenciais.

Segundo a Secretária de Desenvolvimento Social, Giany Pavoya, durante o congresso ocorreram diversos debates entre os jovens do concurso digital e os outros participantes, geralmente, mais velhos das instâncias presenciais para a manutenção das propostas da plataforma Cidade Democrática da maneira que elas foram apresentadas na Internet. Dentro das categorias propostas por Fung (2006) a tomada de decisão nessa etapa presencial se deu pela **deliberação e negociação**.

5.4.3 Como as discussões estão ligadas com as ações políticas?

Em primeiro lugar, cabe ressaltar as diferenças entre os concursos de Jundiaí e Várzea Paulista. O primeiro foi realizado por um movimento da sociedade civil que já atua desde 2006 no município e a segundo foi uma iniciativa do Poder Público, no caso a Prefeitura Municipal. Essa diferença é fundamental para analisar as ações políticas subsequentes ao concurso digital.

O Movimento Voto Consciente Jundiaí se comprometeu a procurar possíveis agentes para realizar as ações da agenda cidadã que se originou do concurso Cidadonos. Essa fase do projeto em que os voluntários do movimento se propuseram a contatar Poderes Públicos, organizações da sociedade civil e até empresas para que estes se comprometessem a implementar as propostas da agenda foi denominada Etapa de Incidência Política.

Nessa etapa eles enviaram cartas aos políticos da região, que incluíam parlamentares, Prefeitura, deputados da região e parlamentares premiados, apresentando o projeto Cidadonos, informando sobre as propostas vencedoras e pedindo respostas destes agentes sobre o que farão ou já fazem para que estas propostas sejam realizadas. Segundo Alberto Urbinatti, coordenador geral do movimento, seis vereadores, quatro deputados e a Prefeitura responderam aos questionários.

A resposta da Prefeitura foi dividida em 12 tópicos, um para cada proposta premiada, em que eles apresentaram todos os programas que já estão em andamento em cada tópico ou os que estão em estudo e brevemente seriam implantados no município. Não há nenhuma promessa de realização de algumas das propostas, só as ações que já estavam previstas pela Prefeitura (PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, 2011). As cartas dos deputados e vereadores seguiram a mesma linha, apresentando seus projetos que tem relação com as propostas ou informando quando estes não tinham relação com seus planos ou não dependiam deles para serem realizados.

Em dezembro de 2011 foi realizado um evento de balanço do Cidadonos com o objetivo de convidar políticos a apresentarem como se comprometiam com a agenda cidadã. Além dos ativistas, compareceram três vereadores e representantes de partidos no município. Duas propostas foram apresentadas no balanço a serem realizadas no próximo ano pela Prefeitura: a lei de incentivo à cultura e o turismo cultural (OLIVEIRA, 2011).

Em Várzea Paulista, as oito propostas vencedoras foram levadas ao Congresso da Cidade através de seus propositores que foram delegados nesse evento. Segundo a Secretária de Desenvolvimento Social, todas as propostas foram incluídas no plano de metas para Várzea a serem realizadas até 2022 e dois dos oito vencedores se tornaram conselheiros na Comissão de Acompanhamento do programa.

Assim, como a Prefeitura pretende implementar as ações do plano de metas, entre estas, se incluem as propostas vencedoras do concurso Várzea 2022 Digital. Como o Congresso foi realizado em dezembro de 2011, a Prefeitura ainda não tinha claramente definido como serão realizadas todas as propostas e quais serão os planos de ação para isso.

Segundo os entrevistados na Prefeitura, algumas propostas do concurso Várzea Digital já estarão presentes no orçamento do ano de 2012 do município como o projeto com maior

número apoios, um centro de línguas para a juventude, e um curso de reforço escolar para adolescentes com foco no vestibular.

Outras propostas são mais difíceis de serem implementadas pela Prefeitura porque não dependem apenas do governo municipal para serem realizadas como uma Universidade Pública na região. O Prefeito afirma que eles trabalharão para auxiliar na realização dessa meta, mas que para ser implementada esta depende de apoio de outras instâncias governamentais.

Após estas considerações cabe classificar estas iniciativas conforme os modos de autoridade e poder definidos por Fung (2006). Devidos as características de origem desses projetos, um na esfera da própria sociedade civil e o outro na esfera estatal, as categorias de influência da participação cidadã na Administração Pública serão diferentes.

Em Jundiaí, a categoria de **influência comunicativa** prevalece. Nesta os mecanismos de participação influenciam o Estado quando alteram ou mobilizam a opinião pública. O Movimento Voto Consciente exerce esse papel de pressionar o Poder Público para que este implemente as políticas de acordo com as propostas da agenda cidadã. Além disso, os premiados entrevistados afirmaram que também pretendem continuar mobilizando para que os entes públicos prestem atenção em suas demandas.

Já no caso da cidade de Várzea Paulista, as propostas do cidadão passaram a fazer parte do plano de metas municipais a médio e longo prazo. No Congresso da Cidade foi criada uma comissão de acompanhamento da implementação das propostas presenciais e online composta por representantes da sociedade civil e de governo. Nesse sentido, a experiência de município se aproxima da categoria de **co-governança** em que há uma parceria entre os cidadãos e governo tanto para fazer planos quanto para desenvolver estratégias de ação pública.

5.5 INICIATIVAS DIGITAIS E GOVERNOS

A plataforma Cidade Democrática objetiva exercer um espaço na web de mobilização cidadã de temas públicos que envolvam as cidades. Além disso, a iniciativa suporta uma interação entre diversos atores como os cidadãos, os movimentos sociais, as ONGs e até perfis institucionais de empresas e poderes públicos. Em ambas as iniciativas de concursos

para gerar mobilização nas cidades paulistas de Jundiaí e Várzea Paulista houve uma atenção por parte do Poder Público.

No caso de Jundiaí, a plataforma foi capitaneada por um movimento na cidade que já atuava para monitorar os Poderes Públicos, especialmente a Câmara de Vereadores e passou a utilizar a Internet como forma de discussão dos assuntos do município com os cidadãos, especialmente aqueles que os coordenadores definiram como “cidadão não-organizado” e “transformadores sociais” que são, respectivamente, as pessoas que querem discutir as questões públicas, mas que não, necessariamente querem estar inseridos formalmente em alguma uma organização ou movimento e as pessoas que usam com frequência a Internet, especialmente as redes sociais e outras ferramentas de Web 2.0 e poderiam ser incentivadas a utilizarem tais ferramentas para mobilização.

O Movimento Voto Consciente possuía parceria com a mídia local e outras organizações para divulgar o concurso e pode ter chamado atenção dos governantes. Além disso, já tinha um histórico de receber respostas dos entes públicos mediante suas demandas como demonstrado na primeira vez em que usaram a Cidade Democrática em 2010 quando as demandas discutidas na plataforma também obtiveram respostas, inclusive conseguindo verbas de 250 mil reais para a construção de uma ciclovia na cidade ¹³⁰ através de um deputado da região após este conhecer a demanda de um jovem de 14 anos na plataforma.

Portanto, era esperada uma resposta formal dos políticos destes municípios quanto à agenda cidadã aprovada através da plataforma. Por outro lado, o comprometimento nem sempre ocorre. Conforme colocado acima, geralmente, as respostas dos políticos eram no sentido de informar que aqueles temas já estavam no seu âmbito de preocupação e quais ações já tinham sido realizadas ou estavam em andamento ou explicavam porque não lidavam com tais temas, por exemplo, porque não tinham governabilidade sobre eles. Os próprios integrantes do movimento relataram através das entrevistas algumas dificuldades em conseguirem algum comprometimento, apesar de terem alcançado alguns avanços nos últimos anos como a mudança do horário matutino para o noturno das audiências públicas e o fim do voto secreto na Câmara.

¹³⁰ Segundo o deputado estadual Pedro Bigardi em questionário respondido ao Movimento Voto Consciente Jundiaí, as verbas conseguidas não foram utilizadas pela Prefeitura porque esta alegou que valor não seria o bastante para a construção das ciclovias e não encaminhou os documentos necessários para a garantia da verba.

Assim, a iniciativa em Jundiaí é composta por vários atores e ferramentas de pressão que variam entre ações online e presencial de movimentos da sociedade civil, especialmente o Movimento Voto Consciente Jundiaí; dos cidadãos, especialmente, através da Web na Cidade Democrática; e, da Mídia Local que divulgava as ações do concurso. Cabe ressaltar que o Movimento Voto Jundiaí pretende realizar este concurso a cada dois anos para formar uma nova agenda cidadã e monitorar os políticos em relação ao cumprimento e disponibilizar durante o período eleitoral quais demandas desta agenda eles cumpriram ou se realizaram ações para garanti-la.

Na iniciativa em Várzea Paulista, a proposta de uso desta ferramenta surgiu da própria Prefeitura que enxergou a plataforma como uma maneira de atrair os jovens aos processos participativos, pois um estudo havia revelado que a representatividade destes nas instâncias institucionais era bem menor que a proporção de jovens que compunham a população do município. Portanto, a Prefeitura acreditou que os jovens seriam atraídos pela dinâmica de participação através da Web.

Conforme colocado acima, o relacionamento entre as propostas e a ação da Prefeitura é muito mais visível que no caso de Jundiaí pelo fato do próprio governo ser o “patrocinador” desta iniciativa. A entrada das propostas no plano de metas municipais e a eleição de dois delegados entre os oitos vencedores demonstram que a participação online influenciou diretamente no planejamento do município, inclusive já tendo verbas garantidas em algumas propostas para o próximo ano.

Uma das dificuldades apontadas pela Prefeitura na realização das propostas é a falta de governabilidade sobre alguns temas, como, por exemplo, a construção de uma universidade pública na região. Nestes casos, a Prefeitura se propôs a auxiliar na implementação dessas propostas procurando os órgãos públicos que podem concretizá-las.

CAPÍTULO 6 - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesses tempos de comunicação de alta densidade na web, as discussões nas redes sociais vão adquirindo importância fundamental em fenômenos que atingem a vida de todos no planeta. Com isso, surge uma nova forma de fazer política – ou de agir politicamente – motivando ações dentro e fora das redes (...)

(GUZZI, 2010, p. 30)

Apesar de não ter sido possível analisar uma grande quantidade de iniciativas de relacionamento na esfera pública virtual para classificar conforme a tipologia adotada, nos sites encontrados no Portal Webcidadania havia pelo menos uma iniciativa em cada categoria. Portanto, pode-se afirmar que no Brasil já existem ações de diversos grupos e níveis de interatividade de uso da Web para influenciar as ações políticas.

Além disso, após a realização do estudo de caso da plataforma Cidade Democrática também foram encontrados exemplos destas iniciativas que obtiveram atenção por parte de governos bem como tomaram atitudes em seus planejamentos de ação ou tomada de decisão a partir dessas experiências. Cabe neste tópico ressaltar as implicações ou questões controversas dos impactos destas iniciativas.

Em primeiro lugar, um dos temas mais destacados na literatura sobre Web e esfera pública virtual é a representatividade da população na participação. Fung (2006) até mesmo coloca a seleção aleatória dos participantes como um dos pilares da garantia de representatividade. Se por um lado, os teóricos otimistas defendem que o baixo custo de participação através da Internet permite que minorias e grupos que não tem acesso à informação ou participação possam fazer parte da discussão, os pessimistas apontam a exclusão digital como uma das barreiras à participação digital.

Embora estudos como os do Comitê Gestor da Internet¹³¹ no Brasil mostrem que cada vez mais brasileiros possuem acesso às TICs e Internet, esta mesma pesquisa enumera que 41% da população brasileira nunca utilizou o computador. Tal qual Ribeiro (2009) discorre, não é possível tratar de temáticas que envolvam política, sociedade e Internet sem realizar uma ressalva quanto à problemática da exclusão digital.

¹³¹ Pesquisa TICs Usuário e Domicílios 2010. Disponível em: <http://www.cetic.br/usuarios/tic/2010/index.htm>. Acesso em 10. FEV. 2012.

O segundo ponto, que é um dos assinalados por Pinho (2008), é a vontade de participar por parte dos cidadãos. Totalizando as iniciativas de Várzea Paulista e Jundiaí cerca de 4100 usuários participaram dos concursos em municípios que possuem, respectivamente, 370 e 107 mil habitantes. Essa pesquisa não tem subsídios para afirmar se esses números são bons ou não em termos de participação digital e os motivos desse número de participantes, mas eles demonstram que a participação foi baixa em relação ao número total de habitantes nessas localidades. É pouco provável que esses números incluam todos os grupos da sociedade e se adotada a tese de Fung (2006) que se deve buscar tal representatividade, não pode se afirmar que estes grupos representavam toda a sociedade nessas localidades.

Ainda que não tenha sido realizada uma análise mais aprofundada sobre os participantes e as discussões ocorridas na plataforma Cidade Democrática, algumas hipóteses podem ser apresentadas.

A resposta de quem participa conforme proposta por Fung (2006) poderia ser mais profunda, apresentando informações sobre os participantes como renda, escolaridade, uso da Internet bem como se eles já participavam de alguma atividade presencial ou online de atuação na esfera pública. Infelizmente, essas informações não estavam disponíveis e não era objeto deste trabalho obtê-las. Porém, entre os entrevistados premiados¹³² os seguintes dados emergiram:

- a) Geralmente, estes já participavam de algum movimento ou organização na cidade com ações tanto presenciais quanto na Internet;
- b) Usam a Internet quase todos os dias;
- c) Realizaram tanto ações online quanto presenciais para divulgarem suas propostas;
- d) Pretendem continuar mobilizando para que as suas propostas sejam implementadas por órgãos competentes;
- e) Participariam novamente de um concurso digital nos moldes do Cidadonos e Várzea 2022;

Assim, embora não seja possível afirmar que este seja o perfil de todos os premiados ou participantes do concurso, tais padrões nos participantes suscitam discussões de se é possível classificar os cidadãos ou organizações que participam da esfera pública virtual.

¹³² Seis dos 20 participantes premiados nos dois concursos entre cidadãos, gestores públicos, parlamentares e organizações.

Algumas tentativas nesse sentido já foram realizadas por Osimo (2008), Ferro & Molinari (2010) e Weninger et al. (2010).

Osimo (2008) classifica os usuários – funcionários públicos e cidadãos – como causadores de impactos nos governos através do uso da Web 2.0 de acordo com o seu papel de usuários mais ativos na Web, que variam desde usuários que: a) produzem conteúdo; b) fornecem avaliações e revisões; c) usam o conteúdo gerando por outros usuários; e d) fornecem dados e gostos pessoais. Enquanto Ferro e Molinari (2010), criam uma tipologia da presença online dos cidadãos através de um modelo que apresenta suas principais características e até mesmo a porcentagem de pessoas no mundo que estão nas seguintes categorias: ativistas; socializadores; os conectados; e, os desconectados. Por fim, Weninger et al. (2010) apresenta os tipos de usuários presentes na plataformas de Web 2.0 a partir do estudo de uma iniciativa muito parecida com a plataforma Cidade Democrática denominada “Nexthamburg” na Alemanha. Os autores propõem duas dimensões que analisam esses usuários: tipos de interação (passivo, ativo e reativo) e níveis de comunicação (produção entre pares, intra-comunidade e pública). Logo, em estudos futuros, pode-se focar nos participantes dessas iniciativas na Web, ou seja, além dos fundadores das iniciativas digitais.

Outra análise que pode ser realizada em estudos futuros seria o tipo de participação, ou seja, se entre os participantes, estes participam do debate ou só apoiam as questões apresentadas por outros usuários, por exemplo. Sampaio (2011) ressalta no estudo sobre o Orçamento Participativo (OP) Digital de Belo Horizonte, as dificuldades em verificar se as discussões no fórum online são realmente um espaço que as pessoas discutem e podem modificar a sua opinião através dos argumentos apresentados ou as pessoas só propõem, divulgam suas ideias ou criticam as ideias dos demais. Esse mesmo autor, também analisa que apesar das votações do OP Digital alcançarem mais de 100 mil participantes, os fóruns quase não continham participações. Nos concursos da Cidade Democrática, isso também foi percebido, conforme já colocado acima. Os apoios que exigiam apenas um clique eram pelo menos duas vezes superiores aos comentários.

Por outro lado, também é necessário realizar algumas considerações sobre a esfera estatal em relação às iniciativas. Não obstante a existência de perfis de Poderes Públicos e Parlamentares na rede Cidade Democrática que podem tanto visualizar as demandas dos cidadãos quanto interagirem com estes, estes perfis ainda são poucos (cerca de 1,8% da rede do Cidade Democrática é composta gestores públicos, parlamentares e poderes públicos) e

não significa que eles venham a utilizar esta ferramenta. Por exemplo, apesar da Prefeitura de Jundiaí¹³³ e alguns parlamentares possuírem perfil, segundo os ativistas do Movimento Voto Consciente Jundiaí, raramente eles participam ou utilizam este perfil para qualquer atividade na plataforma.

Apesar de não ser possível ainda analisar uma relação entre o grau de interatividade das iniciativas e os seus usuários em relação às influências na tomada de decisão dos agentes públicos, é possível confirmar que diversas ações já ocorrem no sentido de provocar as esferas estatais seja enviando as críticas dos cidadãos aos entes estatais, seja mobilizando os cidadãos a usarem redes sociais para compartilhar uma opinião sobre um tema que deseje o reconhecimento das áreas públicas como o veto de uma lei. Enfim, as iniciativas já existem conforme apresentado ao longo desta pesquisa, cabe em estudos futuros aprofundar esta relação entre as iniciativas da esfera pública virtual e as ações da esfera política.

¹³³ O perfil da Prefeitura não tem nenhum tópico, proposta, problemas, apoio ou comentário postado na plataforma. Disponível em: <http://www.cidadedemocratica.org.br/perfil/1644>. Acesso em 08. FEV. 2012.

CAPÍTULO 7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Só porque não podemos compreender plenamente um fenômeno não significa que ele não exista. Um fenômeno aparentemente crescente que se recusa a atender nossas percepções duradouras de como as pessoas se comportam ou como o crescimento econômico ocorre necessita de mais atenção e não de indiferença e ignorância.

(BENKLER, 2002, p.446, tradução nossa.)

O objetivo desse trabalho foi identificar as formas pelas quais a sociedade civil utiliza a Web para influenciar nos processos democráticos. Para isto, a pesquisa: 1) apresentou uma revisão de literatura sobre a sociedade civil, democracia e Web; 2) construiu uma tipologia dos modelos de relacionamento na esfera pública virtual; 3) mapeou as iniciativas brasileiras de uso da Web na esfera pública virtual contidas no Portal Webcidadania e as classificou conforme a tipologia adotada; 4) realizou o estudo de caso da plataforma Cidade Democrática em dois municípios paulistas; e, 5) analisou as possibilidades das iniciativas de participação via Web influenciarem na tomada de decisão dos governos através do modelo de análise tridimensional apresentado por Fung (2006) denominado Cubo da Democracia.

A revisão de literatura permitiu verificar a relação entre sociedade civil, democracia e Internet. Os conceitos escolhidos para descrever essa relação foram os de e-democracia e esfera pública virtual. As possibilidades de ampliação da participação dos cidadãos através das ferramentas tecnológicas podem impactar nos processos democráticos. Assim, esfera pública virtual foi entendida como as ações da sociedade civil através da Internet para influenciar na Administração Pública. Por exemplo, se mobilizando para a aprovação de uma lei ou o reconhecimento de um direito.

Para classificar as diferentes iniciativas da sociedade civil no Brasil que objetivavam influenciar no Poder Público foi construída uma tipologia dos modelos de relacionamento na esfera pública virtual. Esta tipologia se baseou em duas dimensões: usuários e interatividade. A primeira dimensão correspondia aos fundadores da iniciativa e se dividiam em duas categorias: cidadãos ou organizações.

Enquanto, na dimensão interatividade as categorias apresentavam desde iniciativas que a construção do conteúdo no site era exclusiva do criador dos projetos (interatividade básica) até iniciativas que permitiam produção de conteúdo por criadores ou qualquer pessoa que desejasse contribuir (interatividade intermediária) e iniciativas em que era essencial a

produção do conteúdo por contribuidores para que o site funcione (interatividade avançada). Portanto, o que diferencia as categorias da dimensão interatividade é a importância da contribuição dos usuários da Internet para a construção da iniciativa. Por exemplo, as iniciativas colaborativas representam a interatividade avançada.

Foram classificadas as iniciativas da sociedade civil no Brasil contidas no Portal Webcidadania. Existem projetos brasileiros em todas as categorias de modelos de relacionamento na esfera pública virtual. Consequentemente, pode-se concluir que as iniciativas na esfera pública virtual no Brasil já existem e são dos mais diversos modelos de relacionamento, variando desde sites estáticos de organizações da sociedade civil até páginas wiki de projetos colaborativos.

Finalmente, para analisar como essas iniciativas na tomada de decisão dos governos foram realizados dois estudos de caso na plataforma Cidade Democrática, os concursos: a) Cidadonos em Jundiaí; e, b) Várzea 2022 Digital em Várzea Paulista. Apesar de não ser possível realizar generalizações, esses dois estudos revelaram que essas iniciativas tiveram atenção do Poder Público e impactaram na tomada de decisão e resposta de ações dos governos sobre os assuntos que estes concursos trataram.

7.1 Contribuições teóricas e práticas

A presente dissertação contribuiu para avançar na construção de material de pesquisa sobre as iniciativas de uso da Internet pela sociedade civil para influenciar na Administração Pública, que ainda são escassas no Brasil. Um dos objetivos deste trabalho era realizar uma pesquisa que fosse além da apresentação das possibilidades de uso da Web para a melhoria do relacionamento entre governo e sociedade civil como ocorre normalmente em textos da área. Apesar de não ser possível ainda generalizar as considerações apresentadas nesse trabalho, foi realizado um esforço para que iniciativas já existentes na Internet fossem analisadas de forma que se demonstrassem os possíveis impactos destes projetos na tomada de decisão da esfera estatal.

A construção de tipologias para a melhor compreensão de um fenômeno é entendida por Gregor (2006) como umas das possibilidades de contribuição teórica. Entre os tipos de teoria apresentados por ela, a teoria para a análise, também denominada Tipo 1, é a que mais se aproxima da contribuição dada por esta pesquisa. Este tipo de teoria analisa o que é, portanto, não pretende explicar causalidades ou apresentar generalizações. Geralmente,

descrevem ou classificam dimensões específicas ou características de indivíduos, situações ou eventos. São úteis quando não se tem muita informação sobre o fenômeno em questão. Portanto, este trabalho avançou na descrição do fenômeno e em sua classificação. Além disso, apresentou o uso do método de análise proposto por Fung (2006) em iniciativas online, que pode gerar no futuro, reflexões sobre tipologias e adições ao próprio instrumento deste autor em tais iniciativas.

Entre as contribuições práticas, tanto a construção teórica quanto o mapeamento das iniciativas brasileiras podem auxiliar outros pesquisadores a desenvolverem outros estudos sobre as iniciativas da sociedade civil de uso da Internet. Também pode ajudar governos e desenvolvedores de iniciativas para a consolidação da esfera pública virtual a conhecerem as principais formas de uso da Web para melhorar o relacionamento entre sociedade civil e esfera estatal bem como gerar uma reflexão sobre novas formas de colaboração entre esses grupos a partir das vantagens que o meio digital proporciona como o baixo custo de comunicação e necessidade recursos para construir projetos em conjunto.

7.2 Limitações da pesquisa

Um das principais limitações dessa pesquisa é o número reduzido de entrevista nos municípios estudados que não permitiu mapear, por exemplo, todos os atores sociais relevantes tanto nas ações presenciais quanto online. Assim, quando se optou por não realizar entrevistas com todos os participantes premiados e não aprofundar o contexto das organizações da sociedade civil nestes municípios e da política como a relação entre os partidos e a sua influência no uso das iniciativas digitais, pode ter sido perdido um material importante para compreender a parte de influência dos concursos através da Internet nos governos que é oriunda da própria iniciativa digital e a parte influência que é oriunda das organizações da sociedade civil já atuantes nestes municípios.

Além disso, não há material suficiente para analisar o histórico de todos os participantes nestes concursos que permitiria compreender que grupos realmente participaram ou o motivo de sua participação. Tais informações auxiliariam na compreensão se apenas alguns grupos participam ou há alguma representatividade da população na participação online. Também ajudariam a verificar se os grupos que normalmente não participariam de ações desse tipo se estas fossem presenciais, ou seja, se realmente atrairiam grupos que normalmente não fazem parte de instâncias participativos dos municípios, caso elas existam.

Outra limitação, esta já apresentada em outros tópicos desse trabalho, é a própria emergência dos estudos sociedade em rede apoiadas nas novas tecnologias em que tanto os trabalhos teóricos quanto as iniciativas empíricas estão em andamento. A complexidade da sociedade contemporânea já apresentada nesta pesquisa através diversos teóricos torna ao mesmo tempo uma limitação e um desafio para qualquer pesquisador que deseje se aprofundar nessa temática.

Conforme já apresentado acima, outra limitação é que as tecnologias não ficam estáticas conforme a vontade do pesquisador para a sua análise. Elas podem se modificar todos os dias e com uma rapidez que dificulta postular e compreender seus reais impactos nas democracias contemporâneas. Os sites em versão beta, ou seja, em versão de teste e sujeitas a desenvolvimento de melhorias, estão cada vez mais comuns tanto em sites governamentais quanto em sites da sociedade civil com o objetivo de receber ideias de melhorias dos próprios usuários. Entre os exemplos de sites que se denominam em versão beta podem ser citados: o Governo Digital de Serviços do Reino Unido¹³⁴, o portal de dados abertos do Governo Federal¹³⁵ e a própria plataforma Cidade Democrática¹³⁶.

7.3 Pesquisas Futuras

Entre as possibilidades de pesquisas futuras, em primeiro lugar, estão a de aprofundar as categorias da tipologia de modelos de relacionamento na esfera pública virtual bem como mapear outras iniciativas da sociedade civil além das presentes no Portal de Webcidadania.

São outros pontos que podem ser analisados em pesquisas futuras:

- Classificações entre as interações dos usuários nas iniciativas que fomentam a discussão da participação para verificar se elas realmente ocorrem ou apesar das possibilidades não há participação nos ambientes digitais como alguns teóricos pessimistas afirmam;
- Verificar como as possibilidades de sustentabilidade e influência do projeto na esfera estatal variam entre as iniciativas criadas por organizações e as criadas por cidadãos;
- Predizer quais categorias dos modelos de relacionamento podem atrair maior atenção das esferas governamentais.

¹³⁴ Disponível em: <http://digital.cabinetoffice.gov.uk>. Acesso em 08. FEV. 2012.

¹³⁵ Disponível em: <http://beta.dados.gov.br/>. Acesso em 08. FEV. 2012.

¹³⁶ Durante a entrevista o fundador da iniciativa, Rodrigo Bandeira Luna, apresentou que o site está sempre está sujeito a melhorias a partir das sugestões dos usuários.

Também seriam importantes análises sobre os participantes destas iniciativas digitais para compreender a que grupos da sociedade eles pertencem, a importância da Internet na decisão de participar e se há algum tipo de exclusão de determinados grupos como a população de baixa renda devido ao uso da tecnologia.

Além disso, são poucos os trabalhos que analisem os discursos dos participantes para verificar se realmente há uma discussão em que os cidadãos debatam e argumentem com fins de uma deliberação baseada nestas discussões.

O desenvolvimento de pesquisas que abordem a colaboração entre governantes e cidadãos através da Internet para construir políticas públicas ou outras ações políticas pode ser foco de outros trabalhos, especialmente após a revisão de literatura sobre temática que esta dissertação proporcionou.

Por fim, cabe suscitar como estudos futuros as possíveis consequências destas iniciativas quando estas afetem tanto a esfera estatal ou outros grupos, que possam sofrer sanções quanto ao uso das comunicações na Web. Em suma, quem controla a informação? Quem controla os detentores do controle da Internet?

Exemplos citados no início deste trabalho como o Wikileaks e o uso das redes sociais durante as crises no Oriente Médio sofreram uma série de imposições de agentes, especialmente governamentais, para que não atingissem seus propósitos demonstram a importância desse tipo de análise sobre quem detém o poder sobre a Internet e que tipo de Internet a sociedade global deseja.

CAPÍTULO 8 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Mário Aquino. Terceiro setor: o dialogismo polêmico. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2002 (Tese de doutorado).

ALVES, M. A. O conceito de sociedade civil: em busca de uma repolitização. *Organização & Sociedade*, v. 11, n. 30, p. 141-154, 2004.

AVILA, Renata; FEIGENBLATT, Hazel; HEACOCK, Rebekah; HELLER, Nathaniel. Global mapping of technology for transparency and accountability: new technologies. Open Society Foundation, 2010.

AZEVEDO, Dilvan Passos de. Retórica e prática da democracia eletrônica. In: I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política, Bahia, 2006.

BAILEY, K. D. Typologies and taxonomies: an introduction to classification techniques. Thousand Oaks: SAGE, 1994.

BALTZERSEN, R. K. Radical transparency: open access as a key in wiki pedagogy. In: *Australasian Journal of Educational Technology*, 26(6), 2010.

BARROS, Chalini Gonçalves Torquato; SAMPAIO, Rafael Cardoso. Internet como esfera pública? Análises de usos e repercussões reais das discussões virtuais. In: *Cadernos PPG-AU/UFBA*, Vol. 9, edição especial - Democracia e Interfaces Digitais para a Participação Pública, 2010.

BEKRI, D., DUNN, B., OGUZERTEM, I., SU, Y., UPRET, S. Harnessing Social Media Tools to Fight Corruption. Final project for degree at LSE Department of International Development. London, 2011.

BENKLER, Yochai. Coase's penguin, or, Linux and the nature of the firm. In: *The Yale Law Journal*, Vol. 112, pp.369-446, 2002.

BENKLER, Yochai. *The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom*. New Haven: Yale University Press, 2006.

BERTOT, J. C., JAEGER, P. T. & GRIMES, J. M. Using ICTs to create a culture of transparency: E-government and social media as openness and anti-corruption tools for societies. In: *Government Information Quarterly*, 2010.

BEZERRA, HELOÍSA. Atores políticos, informação e democracia. In: OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 14, nº 2, Novembro, 2008, p.414-431.

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade; para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BORGES JUSSARA & OTHON, JAMBEIRO. Internet, participação política e organizações da sociedade civil. In: Revista Eco-Pos, v. 13, n. 1, Perspectivas: 124- 145, 2010.

BRAGA, Sérgio; NEVES JUNIOR, Wilson Lopes. O papel da TICs na luta pela ampliação da cidadania: um estudo sobre o uso da internet pelos movimentos sociais e sindicatos brasileiros. In: Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil.

BRAGA, Sérgio; CHAIA, Vera. Dossiê “Internet e Política”. In: Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 17, n. 34, p. 7-12, out. 2009.

BREINDL, Y. & FRANCO, P. Can Web 2.0 applications save e-democracy? A study of how new internet applications may enhance citizen participation in the political process online. In: *Int. J. Electronic Democracy, Vol. 1, No. 1, 2008.*

BRELÀZ, Gabriela de. Advocacy das organizações da sociedade civil: um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos, FGV, 2007 (Dissertação de mestrado).

BRITO, Jerry. Hack, mash and peer: crowdsourcing government transparency. In: The Columbia Science and Technology Law Review, Vol. IX, 2008.

BRUNS, A. & SWIFT, A. G4C2C: a model for citizen engagement at arm’s length from government. In: Journal of E-democracy (JEDEM), 2011.

BUCHSTEIN, H. Bytes that Bite: The Internet and Deliberative Democracy. Constellations, v.4, n. 2, p. 248-263, 1997.

CAMPATO, Roger Fernandes. Esfera pública burguesa e esfera pública proletária: as perspectivas de Habermas e de Negt e Kluge. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2007 (Tese de Doutorado).

CAPUTO, Marta V. Comunicação e ciberativismo boicotes: novas práticas para o exercício da cidadania. Bauru: UNESP, 2008 (Dissertação de Mestrado).

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CASTELLS, Manuel. *Communication Power*. Oxford Press, 2009.

CASTELLS, Manuel. The new public sphere: global civil society, communication networks, and global governance. In: *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*. Disponível em: <http://ann.sagepub.com/content/616/1/78>. Acesso em: 10. OUT. 2011.

CAVALCANTE, Rebeca Freitas. *Ciberativismo: como as novas formas de comunicação estão a contribuir para a democratização da comunicação*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2010 (Dissertação de mestrado).

CHADWICK, Andrew. Bringing E-Democracy Back In. In: *Social Science Computer Review*, Vol. 21, No. 4, 2003.

_____. Web 2.0: New Challenges for the Study of E-Democracy in an Era of Informational Exuberance. In: *I/S: A JOURNAL OF LAW AND POLICY*, 2009.

_____. Explaining the Failure of an Online Citizen Engagement Initiative: The Role of Internal Institutional Variables. In: *Journal of Information Technology & Politics*, 8:21–40, 2011.

CUNHA, Maria Alexandra. Meios eletrônicos e transparência: a interação do vereador brasileiro com o cidadão e o poder executivo. In: *X Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, Santiago, Chile, 18 – 21, Oct., 2005.

CUNHA, Maria Alexandra. A interação do vereador brasileiro com o cidadão por meios eletrônicos. In: CUNHA, Maria Alexandra; FREY, Klaus. DUARTE, Fábio (ORG.). *Governança local e as tecnologias da informação e comunicação*. Curitiba: Champagnat, 2009.

CURRAN, K. & NICHOLS, E. E-Democracy. In: *Journal of Information Technology Impact*, Vol. 4, No. 3, pp. 133-138, 2004.

DAHL, Robert. *Poliarquia*. São Paulo: EDUSP, 1997.

DAHLBERG, Lincoln. Computer-Mediated Communication and the Public Sphere: A Critical Analysis. *Journal of Computer-Mediated Communication*, v. 7, n. 1, 2001.

DAHLBERG, Lincoln; SIAPER, Eugenia. Introduction: tracing radical democracy and the Internet. In: *Radical Democracy and Internet: interrogating theory and practice*. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

DINIZ, Eduardo Henrique. *Uso da web pelos bancos: comércio eletrônico nos serviços bancários*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2000 (Tese de doutorado).

DOTY, D. Harold.; GLICK, William H. Typologies as a unique form of theory building: towards improved understanding and modeling. In: *Academy of Management Review* 19 (2): 230-251, 1994.

EISENBERG, José. Internet, Democracia e República. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 3, 2003, pp. 491 a 511.

EVANGELISTA, Benny. Facebook, Twitter and Egypt's upheaval. Disponível: http://articles.sfgate.com/2011-02-13/business/28532426_1_social-media-facebook-and-twitter-facebookceo-mark-zuckerberg. Acesso em: 17. AGO. 2011.

FARIA, Cristiano F. *O parlamento participativo do Século XXI: pode o povo ajudar os parlamentares a fazerem leis melhores?*. Brasília: UERJ, 2011 (Tese de Doutorado).

FERRER, Florencia. *Governo eletrônico como ferramenta de desenvolvimento e aumento de eficiência no setor público: a redução de custos oriunda da implementação de meios eletrônicos em compras governamentais*. São Paulo, Novembro, 2004. Disponível em: <http://www.florenciaferrer.com.br/>. Acesso em: 18. ABR. 2008.

FERRO, E. & MOLINARI, F. Making Sense of Gov 2.0 Strategies: “No Citizens, No Party”. In: *JeDEM* 2(1): 56-68, 2010.

FIGUEIREDO, Rogério Santana de. *A definição de padrão da tv digital no Brasil: um estudo sobre a construção social de um padrão tecnológico*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2009 (Dissertação de Mestrado).

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: In: GRIPSRUD, J.; MOE, H.; MOLANDER, A.; MURDOCK, G. (ORGANIZADORES). *The idea of public sphere*. Reino Unido: Lexington Books, 2010.

FREY, Klaus. Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. In: Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 21, p. 165-185, novembro, 2003.

_____.Gobernanza electrónica urbana e inclusión digital. In: Nueva Sociedad 196, marzo-abril, 2005.

FRICK, María M. Participación electrónica: hacia un gobierno abierto en América Latina. E-democracy Centre, Switserzelando. E-Working papers 2005. Disponível em: http://edc.unige.ch/edcadmin/images/Participacion_Electronica.pdf. Acessado em: 26. AGO. 2009.

FUCHS, Christian. Internet and Society: social theory in the information age. New York: Routledge, 2008.

FUNG, Archon. Varieties of participation in a complex governance. In: Public Administration Review, dezembro, 2006.

FUNG, Archon; GILMAN, Hollie Russon; SHKABATUR, Jennifer. Impact case studies from middle income and developing countries. Open Society Foundation, 2010.

GOMES, Wilson. Internet e participação política em sociedades democráticas. In: Revista FAMECOS, nº 27, agosto -2005.

GREGOR, Shirley. The nature of theory in information systems. In: MIS Quarterly, 30(3): 611-642, 2006.

GRIPSRUD, J.; MOE, H.; MOLANDER, A.; MURDOCK, G. (ORGANIZADORES). The idea of public sphere. Reino Unido: Lexington Books, 2010.

GUZZI, Drica. Web e participação: a democracia no século XXI. São Paulo: Senac, 2010.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. Direito e Democracia: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. The public sphere: an encyclopedia article (1964). In: GRIPSRUD, J.; MOE, H.; MOLANDER, A.; MURDOCK, G. (ORGANIZADORES). The idea of public sphere. Reino Unido: Lexington Books, 2010.

HACKER, Ken & VAN DIJK, Jan A. G. M. Digital democracy: issues of theory and practice. Sage Publications, 2000.

HARB, Zahera. Arab revolutions and the social media effects. In: M/C Journal, Vol. 14, No. 2, 2011.

HELD, David. Models of Democracy. Polity Press, 2006.

IBGE. IBGE cidades: Jundiaí. Disponível: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=352590>. Acesso em 02. DEZ. 2011.

IBGE. IBGE cidades: Várzea Paulista. Disponível: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=355650>. Acesso em 02. DEZ. 2011.

JAYO, Martin. Correspondentes bancários como canal de distribuição de serviços financeiros: taxonomia, histórico, limites e potencialidades dos modelos de gestão de redes. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2010 (Tese de Doutorado).

JAYO, Martin; DINIZ, Eduardo Henrique. Uso de Correspondentes Bancários pelos Bancos Brasileiros: Um Mapeamento dos Modelos de Gestão de Redes. In: ENANPAD, 2010.

JOSGRILBERG, Fábio B. Produção colaborativa em rede, direito autoral e a socialização do conhecimento nas universidades. In SATHLER, L; JOSGRILBERG, F.; AZEVEDO, A.B.. (Org.). Educação a distância: uma trajetória colaborativa. 1 ed. São Bernardo do Campo: Editora Metodista, 2008, v. 1, p. 109-120.

_____. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. In: revista Fronteiras - estudos midiáticos, 2005.

KESKINEN, Auli. MIDEM. Models for Interactive Decision Making. In: Electronic Journal of e-Government, Volume 2, Issue 1, 2004.

KYRIAKOPOULOU, K. Authoritarian states and internet social media: Instruments of democratisation or instruments of control?. In: Human Affairs, 2011.

KOSTAKIS, Vasilis. The advent of open source democracy and wikipolitics: challenges, threats and opportunities for democratic discourse. In: Human Technology, Volume 7 (1), Maio, 2011, pp. 9-29.

LAURINDO, Fernando José. Tecnologia da informação: eficácia nas organizações. São Paulo: Futura, 2002.

LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. In Lua Nova, vol 67, 2006.

LEMONS, André. Nova esfera Conversacional. In: MARQUES, A.; COSTA, C. T.; KÜNSCH, D. et al (orgs.) Esfera pública, redes e jornalismo. Rio de Janeiro, E-Papers, 2009, p. 9-30.

_____. Things (and people) are the tools of revolution! In: Politics 09, abril de 2011.

_____; LÉVY; P. O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

LÉVY, Pierre. Pela ciberdemocracia. In: MORAES, Dênis de (org.). Por uma outra comunicação. Rio de Janeiro, Record, 2003.

_____. A esfera pública do século XXI. In: Techyredes. São Paulo: Avina, 2011.

LIMA, Ismar Borges de & SILVA, Noêmia Félix da. Segmentação, esfera pública virtual e horizontalidade dialógica da comunicação na era das redes sociais. In: Fragmentos de Cultura, Goiânia, vol. 20, n. 3/4, p. 191-206, mar./abr. 2010.

LOGOLINK. Relatório de Pesquisa: Governança eletrônica local – Perspectivas latinoamericanas. Instituto Pólis, 2010 (*Mimeo*).

LOUREIRO, M. R. Interpretações contemporâneas da representação. In: 31º. Encontro Anual da ANPOCS, realizado em Caxambu, 22 a 26 de outubro de 2007.

LUVIZAN, Simone da Silva. e-HRM-in-practice: um estudo sobre o uso da tecnologia de RH pelas lentes da prática. São Paulo: Centro Universitário da FEI, 2009 (Dissertação de Mestrado).

MAIA, Rousiley C. M. Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação (2001). Disponível em: <http://vsites.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Rousiley2001.pdf>. Acesso em: 15. JUN. 2011.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Dimensões da ciberdemocracia: conceitos e experiências fundamentais. UFBA, BAHIA, 2004 (Dissertação de mestrado).

_____. Debates políticos na Internet: a perspectiva da conversação civil. In: OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006, p. 164-187.

_____. Participação política e internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo de caso do estado brasileiro. UFBA, BAHIA, 2008 (Tese de doutorado).

_____. Internet e Participação Política no Caso do Estado Brasileiro: Um Relato de Pesquisa. In: Em Questão, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 219-247, Jul./Dez. 2009.

MARTÍN-PEÑA, María Luz, DÍAZ-GARRIDO, Eloísa. Typologies and taxonomies of operations strategy: a literature review. In: Management Research News, Vol. 31 Iss: 3, pp.200 – 218, 2008.

MASCARENHAS, Allan. Resenha. In: Revista Temática, Ano VII, n. 07, Julho, 2011.

MEJIAS, Ulises. The Twitter revolution must die. Disponível em: <http://blog.ulisesmejias.com/2011/01/30/the-twitter-revolution-must-die/>. Acesso em: 17. AGO. 2011.

MITRA, Ananda. Marginal voices in cyberspace. New media & Society, Londres, v.3, n.1, p. 29–48, mar. 2001.

MORA, Mônica. Governo eletrônico e aspectos fiscais: a experiência brasileira. Texto para discussão nº 1089. Rio de Janeiro: IPEA, 2005.

NEGT, Oscar & KLUGE, Alexander. Excerpt from public sphere and experience: toward an analysis of the bourgeois and proletarian public sphere (1972). In: GRIPSRUD, J.; MOE, H.; MOLANDER, A.; MURDOCK, G. (ORGANIZADORES). The idea of public sphere. Reino Unido: Lexington Books, 2010.

OLIVEIRA, José Arnaldo. Prefeitura confirma projetos para ONG. Disponível em: <http://www.redebomdia.com.br/noticia/detalhe/6381/Prefeitura+confirma+projetos+para+ONG>. Acesso em: 04. FEV. 2012.

OSIMO, D. Web 2.0 in Government: Why and How?. In: JRC Scientific and Technical Reports. European Commission, Joint Research Centre, Institute for Prospective Technological Studies. Disponível em: <http://ftp.jrc.es/EURdoc/JRC45269.pdf>. Acesso em 21. JAN. 2012.

PEEL, Deborah. Utilizando as tecnologias digitais para a ampliação da participação pública no planejamento. . In: CUNHA, Maria Alexandra; FREY, Klaus. DUARTE, Fábio (ORG.). Governança local e as tecnologias da informação e comunicação. Curitiba: Champagnat, 2009.

PEIXOTO, Tiago. Beyond Theory: e-Participatory Budgeting and its Promises for eParticipation. In: European Journal of Practice, n. 7, março, 2009.

PEIXOTO, Tiago, WEGENAST, Tobias Albuquerque. Democracia eletrônica no Brasil e no mundo. In: Revista do Legislativo, 2010.

PEÑA-LÓPEZ, Ismael. The disempowering Goverati: e-Aristocrats or the Delusion of e-Democracy. In: Journal of E-democracy (JEDEM), 2011.

PERNA, Andréa Sampaio. O lado invisível da participação política: gestão da informação dos mecanismos digitais de participação política nos parlamentos da América Latina, com uma análise da casa da Câmara dos Deputados do Brasil. Brasília: Universidade de Brasília (UNB), 2010 (Dissertação de Mestrado).

PESSI, Patrícia. E-OP: uma nova prática de orçamento participativo de Porto Alegre. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2003 (Dissertação de Mestrado).

PETRIK, Klaus. Deliberation and collaboration in the policy process: a web 2.0 approach. In: JeDEM 2(1), 18-27, 2010

PINHO, José Antonio Gomes. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. In: Revista de Administração Pública (RAP), 42 (3), 471-93, MAIO/JUN. 2008.

_____. Internet, governo eletrônico, sociedade e democracia no Brasil: algumas questões básicas em debate. In: Revista VeraCidades, 3, n. 3, maio, 2008.

_____. Sociedade da informação, capitalismo e sociedade civil: reflexões sobre política, internet e democracia na realidade brasileira. In: Revista de Administração de Empresas (RAE), vol. 51, n. 1, jan-fev, 2011.

POSTER, Mark. CyberDemocracy: Internet and the Public Sphere. In: Porter D. (ed.), Internet Culture. New York: Routledge, 1995.

PRADO, Otávio; LOUREIRO, Maria Rita. Governo eletrônico e transparência: avaliação da publicização das contas públicas das capitais brasileiras. In: Revista Alcance, vol.13, n.3, p. 355-372, set/dez 2006.

PRADO, Otávio. Governo eletrônico, reforma do Estado e transparência. São Paulo: EAESP/FGV, 2009 (Tese de doutorado).

PINTO, Céli R. J. Espaços deliberativos e a questão da representação. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, No 54, 2004.

PITKIN, Hannah F. Representação: palavras, instituições e ideias. In: Lua Nova, São Paulo, 67: 15-47, 2006.

POZZEBON, Marlei; DINIZ, Eduardo & JAYO, Martin. Adapting the structurationist view of technology for studies at the community/societal levels. In: IGI Global, 2009.

POLAT, Rabia K. The internet and Political Participation: Exploring the Explanatory links. *European Journal of Communication*, Londres, v. 20, n. 4, p. 29-48, mar. 2005.

RIBEIRO, Manuella Maia. Como o governo eletrônico pode aumentar a transparência das compras governamentais?. In: Congresso CONSAD de Gestão Pública, 2008, Brasília.

_____. Transparência nos portais do governo federal: os casos do Comprasnet e Portal da Transparência: São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009 (Trabalho de Conclusão de Curso).

RIBEIRO, Manuella Maia; DINIZ, Eduardo Henrique. O conceito de Esfera Pública Interconectada e o site Webcidadania no Brasil. In: ENADI, Porto Alegre, 2011.

RIVELLO, Ana Paula A.; PIMENTA, Francisco P. Ciberativismo e zapatismo. In: XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – São Paulo – 07 a 10 de maio de 2008.

RUEDIGER, Marco Aurélio. Governo eletrônico ou governança eletrônica – conceitos alternativos no uso das tecnologias de informação para o provimento de acesso cívico aos mecanismos de governo e reforma do Estado. In: XVI Concurso de Ensayos y Monografías del CLAD sobre Reforma del Estado y Modernización de la Administración Pública "Gobierno Electrónico", Caracas, 2002.

SANCHEZ, Julio C. The long and thorny way to an organizational taxonomy. In: Organization Studies, v.14, 73-92, 2003.

SAMPAIO, Rafael Cardoso. Participação política e os potenciais democráticos da Internet. In: Revista Debates, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 29-53, jan.-jun. 2010.

SAMPAIO, Rafael Cardoso. Instituições participativas online: um estudo de caso do orçamento participativo digital. In: Revista Política Hoje, Vol. 20, n. 1, 2011.

SCHUMPETER, Joseph. Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1984.

SILVA, Sivaldo Pereira da. Graus de participação democrática no uso da Internet pelos governos das capitais brasileiras. In: Opinião Pública, Campinas, vol. XI, nº 2, 2005, p. 450-468.

_____. Participação política e Internet: propondo uma análise teórico-metodológica a partir de quatro conglomerados de fatores. In: o I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política, ocorrido na Universidade Federal da Bahia – Salvador-BA, 2006. Disponível em: http://www.fafich.ufmg.br/compolitica/anais2006/Silva_2006.pdf. Acesso em: 12. JUL. 2011.

SILVA, Daniela Bezerra. Transparência na esfera pública interconectada. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2010 (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Maria Paula Almada e; CARREIRO, Rodrigo. Democracia digital e participação: um estudo sobre iniciativas civis no Brasil. In: XI Congresso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Salvador, Bahia, 07 a 10 de agosto de 2011.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu Silveira. Novas dimensões da política: protocolos e códigos na esfera pública interconectada, In: Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 17, n. 34, p. 103-113, out. 2009.

STAKE, Robert E. Qualitative Case Studies. In: Handbook of Qualitative Research, 2005.

TECHNOLOGY FOR TRANSPARENCY. Disponível em: <http://transparency.globalvoicesonline.org/>. Acesso em: 14. SET. 2011.

TECHYREDES. Techyredes: método para dinamizar redes sociais dedicadas a causas usando ferramentas web e protocolos de interação. São Paulo: Avina, 2011.

TEIXEIRA, Alberto. Internet na transparência da gestão pública municipal: a experiência do Estado do Ceará. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

UBAYASIRI, Kasun. Internet and the Public Sphere: A glimpse of YouTube. Disponível em: <http://ejournalist.com.au/v6n2/ubayasiri622.pdf>. Acesso em 10. DEZ. 2011.

URBINATI, Nadia O que torna a representação democrática?. In: *Lua Nova*, vol 67, 2006.

VASCONCELOS, Andrea. Caiu na rede: Saiba como identificar o candidato ideal. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/moreno/diarioreporter/posts/2010/08/04/caiu-na-rede-saiba-como-identificar-candidato-ideal-313544.asp>. Acesso em 10. DEZ. 2011.

VAZ, José Carlos. Limites e possibilidades do uso de portais municipais para promoção da cidadania: a construção de um modelo de análise e avaliação. São Paulo: EAESP/FGV, 2003 (Tese de doutorado).

VAZ, José Carlos. Governança eletrônica: para onde é possível caminhar? . Edição especial: Mobilização cidadã e inovações democráticas nas cidades, 2005. Disponível em: <http://www.polis.org.br> . Acessado em: 26. MAR. 2007.

WELP, Yanina. Democracia y fractura digital en América Latina. Conferencia Internacional Democracia Directa en América Latina 14/15 de marzo de 2007, Buenos Aires, Argentina. Disponível em: www.dd-la.ch/download/Welp_Yanina.pdf . Acessado em: 18. SET. 2009.

WENINGER, Beate; POPLIN, Alenka. K. & PETRIN, Julian. Developing a Typology of Public Participation 2.0 Users: an Example of NextHamburg.de. In: REAL CORP 2010 Proceedings/Tagungsband, Vienna, 18-20 de Maio de 2010.

WIKILEAKS. Disponível em: <http://wikileaks.org/>. Acesso em: 12. DEZ. 2011.

YIN, Robert. K. Estudo de Caso: planejamento e método. Porto Alegre: Bookman, 2005.

YORK, Jillian. Not Twitter, not Wikileaks: a human revolution. Disponível em: <http://jilliancyork.com/2011/01/14/not-twitter-not-wikileaks-a-human-revolution/>. Acesso em: 17. AGO. 2011.

YOUNG, Iris. Comunicação e o outro, além da democracia deliberativa. In Souza (org.) Democracia Hoje, Brasília: Editora da UnB, 2001.

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Governos

NOME:

CARGO:

LOCAL:

DURAÇÃO DA ENTREVISTA:

A) CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO PRESENCIAL E ONLINE NO MUNICÍPIO

- 1) Quais os projetos de participação cidadã promovidas pelo município? Que oportunidades o município tem de participar na gestão pública?
- 2) Possui orçamento participativo? Se sim, há quanto tempo? Como funciona?
- 3) Quais são as possibilidades de participação cidadã através da Web que a Prefeitura possui? (Possui portal? Que possibilidades de participação esse portal apresenta?)
- 4) As possibilidades de participação online (se existirem) são complementares a participação presencial ou são exclusivamente online?
- 5) Sem serem as plataformas da própria Prefeitura ou Câmara, quais plataformas ou redes sociais são utilizadas para receber contribuições dos cidadãos? (FACEBOOK, TWITTER ETC).
- 6) Como a Prefeitura ou Câmara responde aos cidadãos nessas plataformas? (São levadas em conta as opiniões dos cidadãos nessa plataforma? Há algum exemplo?)

B) EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO À PLATAFORMA DIGITAL DE PARTICIPAÇÃO

- 1) Por que o município adotou plataforma online de participação?
- 2) Quais os benefícios esperados pelo uso das novas tecnologias para interagir com os cidadãos?
- 3) Quais as dificuldades esperadas pelo uso das novas tecnologias para interagir com os cidadãos? Como foram definidas as estratégias para superarem tais dificuldades?

C) CONCURSO DIGITAL

- 1) Como surgiu/soube a ideia do concurso através da Plataforma Cidade Democrática?
- 2) Por que decidiu criar ou apoiar o concurso? Como apoiou o concurso? (divulgação, financiamento, outros)
- 3) Quais eram as expectativas de participação (em termos qualitativos e quantitativos, se tiveram alguma métrica para isso)? As expectativas foram atendidas?
- 4) Havia algum público-alvo no concurso? Quais foram as estratégias para atingi-lo?
- 5) Quais foram as dificuldades na realização do concurso? Como foram superadas (se foram)? E a questão da inclusão digital, algo foi feito para permitir que todos participassem?
- 6) As contribuições dadas serão utilizadas em um processo complementar da Prefeitura ou serão analisadas separadamente de outras iniciativas de participação cidadã?

D) RESULTADOS

- 1) Como as contribuições dadas durante o concurso foram ou serão utilizadas pela Prefeitura ou Câmara?
- 2) Algumas das contribuições feitas através da Plataforma Cidade Democrática (participando do concurso ou não) já foram realizadas pela Prefeitura ou Câmara? Qual e como foi definido o critério para realizá-la?
- 3) Realizaria ou apoiaria novamente o concurso?

Gestores do Concurso e Plataforma Democrática

NOME:

CARGO:

LOCAL:

DURAÇÃO DA ENTREVISTA:

A) CONTEXTO

- 1) Histórico da organização e seu funcionamento (como surgiu, tempo, em que lugar atua etc)
- 2) Quando decidiu criar o projeto e por que criou?
- 3) Quanto foi investido no projeto?

B) FUNCIONAMENTO DO CONCURSO

- 1) Qual foi o objetivo do concurso?
- 2) Quais foram as regras do concurso? (Quem podia participar? Quem ganharia?)
- 3) Quais foram as ações via Web e presencial para incentivar a participação? Quais grupos?

C) DIVULGAÇÃO

- 1) Quais foram as ações via Web e presencial para a divulgação do concurso?
- 2) Teve divulgação na mídia? Em quais meios?

D) RESULTADOS E IMPACTOS

- 1) Quais foram os resultados de participação? Atenderam as expectativas?
- 2) Como as contribuições dadas durante o concurso foram ou serão utilizadas pela Prefeitura ou Câmara? O que farão para garantir que elas sejam realizadas?
- 3) O que mudaria no projeto/participação?

Participantes do Concurso Cidadãos e Várzea 2022 Digital – Gestores Públicos

CATEGORIA PREMIADA: GESTOR PÚBLICO

NOME:

PROFISSÃO:

TELEFONE PARA CONTATO:

MUNICÍPIO:

A) CONTEXTO

- 1) Você participa ou já participou de algum movimento ou organização na sua região? Se sim, qual? Como foi a sua participação?
- 2) Você utiliza a internet? Com que frequência?
- 3) Você já utilizou a Internet para alguma atividade relacionada à webcidadania? Qual? De que maneira a Web é utilizada pensar em política na sua vida?
- 4) No seu trabalho, com que fins a internet é utilizada? Você utiliza de alguma forma a Internet para se relacionar com cidadãos? Se sim, como?

B) CONHECIMENTO DO CONCURSO CIDADE DEMOCRÁTICA

- 1) Como soube do Concurso?
- 2) Por que decidiu participar?
- 3) Qual foi a proposta feita? Como ela foi definida?

C) DIVULGAÇÃO

- 1) Quais foram as ações de divulgação e mobilização da proposta? (ONLINE E PRESENCIAL)
- 2) Quem fez a divulgação e mobilização da proposta? Que materiais foram utilizados? (Se possível, mandar materiais utilizados)
- 3) Como se deu a dinâmica da participação e mobilização ao longo do concurso na plataforma Cidade Democrática?

D) RESULTADOS E CONTROLE

- 1) Quantos comentários e apoios a proposta obteve na plataforma?
- 2) Foi uma das vencedoras?

- 3) Realizará ou realizou alguma ação para que a sua proposta seja implementada? Quais?
- 4) Participaria novamente de um concurso na plataforma?
- 5) O que mudaria na Plataforma Cidade Democrática ou na maneira de participar/mobilizar se participasse do concurso novamente?

Participantes do Concurso Cidadãos e Várzea 2022 Digital – Organizações da Sociedade Civil

CATEGORIA PREMIADA: ORGANIZAÇÃO

NOME:

NOME DA ORGANIZAÇÃO :

CARGO:

ENDEREÇO DA ORGANIZAÇÃO:

TELEFONE PARA CONTATO:

MUNICÍPIO:

A) CONTEXTO

- 1) Qual o propósito da sua organização?
- 2) Que tipos de ação a sua organização realiza na região?
- 3) De que maneira a Web é utilizada na sua organização?

B) CONHECIMENTO DO CONCURSO NO CIDADE DEMOCRÁTICA

- 4) Como soube do Concurso?
- 5) Por que decidiu participar?
- 6) Qual foi a proposta feita? Como ela foi definida?

C) DIVULGAÇÃO

- 7) Quais foram as ações de divulgação e mobilização da proposta? (ONLINE E PRESENCIAL)

- 8) Quem fez a divulgação e mobilização da proposta? Que materiais foram utilizados? (Se possível, mandar materiais utilizados)
- 9) Como se deu a dinâmica da participação e mobilização ao longo do concurso na plataforma Cidade Democrática?
- D) RESULTADOS E CONTROLE
- 10) Quantos comentários e apoios a proposta obteve na plataforma?
- 11) Foi uma das vencedoras?
- 12) Realizará ou realizou alguma ação para que a proposta seja implementada? Quais?
- 13) Participaria novamente de um concurso na plataforma?
- 14) O que mudaria na Plataforma Cidade Democrática ou na maneira de participar/mobilizar se participasse do concurso novamente?

Participantes do Concurso Cidadãos e Várzea 2022 Digital – Parlamentar¹³⁷

CATEGORIA PREMIADA: PARLAMENTAR

NOME:

CARGO:

PARTIDO:

TELEFONE PARA CONTATO:

MUNICÍPIO:

A) CONTEXTO

- 1) Utiliza a Internet para interagir com os eleitores? Se sim, de que forma?
- 2) Já utilizou a Internet para alguma atividade relacionada à webcidadania? QualDe que maneira a Web é utilizada pensar em política na sua vida?

B) CONHECIMENTO DO CONCURSO CIDADE DEMOCRÁTICA

¹³⁷ Essa categoria só teve premiação no concurso Cidadãos.

- 3) Como soube do Concurso?
 - 4) Por que decidiu participar?
 - 5) Qual foi a proposta feita? Como ela foi definida?
- C) DIVULGAÇÃO
- 6) Quais foram as ações de divulgação e mobilização da proposta? (ONLINE E PRESENCIAL)
 - 7) Quem fez a divulgação e mobilização da proposta? Que materiais foram utilizados? (Se possível, mandar materiais utilizados)
 - 8) Como se deu a dinâmica da participação e mobilização ao longo do concurso na plataforma Cidade Democrática?
- D) RESULTADOS E CONTROLE
- 9) Quantos comentários e apoios a proposta obteve na plataforma?
 - 10) Foi uma das vencedoras?
 - 11) Realizará ou realizou alguma ação para que a sua proposta seja implementada? Quais?
 - 12) Participaria novamente de um concurso na pLataforma?
 - 13) O que mudaria na Plataforma Cidade Democrática ou na maneira de participar/mobilizar se participasse do concurso novamente?

Participantes do Concurso Cidadãos e Várzea 2022 Digital – Cidadão

CATEGORIA PREMIADA: CIDADÃO

NOME:

PROFISSÃO:

TELEFONE PARA CONTATO:

MUNICÍPIO:

A) CONTEXTO

1) Você participa ou já participou de algum movimento ou organização na sua região? Se sim, qual? Como foi a sua participação?

2) Você utiliza a internet? Com que frequência?

3) Você já utilizou a Internet para alguma atividade relacionada à webcidadania? Qual? De que maneira a Web é utilizada pensar em política na sua vida?

B) CONHECIMENTO DO CONCURSO CIDADE DEMOCRÁTICA

4) Como soube do Concurso?

5) Por que decidiu participar?

6) Qual foi a proposta feita? Como ela foi definida?

C) DIVULGAÇÃO

7) Quais foram as ações de divulgação e mobilização da proposta? (ONLINE E PRESENCIAL)

8) Quem fez a divulgação e mobilização da proposta? Que materiais foram utilizados? (Se possível, mandar materiais utilizados)\

9) Como se deu a dinâmica da participação e mobilização ao longo do concurso na plataforma Cidade Democrática?

D) RESULTADOS E CONTROLE

10) Quantos comentários e apoios a proposta obteve na plataforma?

11) Foi uma das vencedoras?

12) Realizará ou realizou alguma ação para que a sua proposta seja implementada? Quais?

13) Participaria novamente de um concurso na plataforma?

14) O que mudaria na Plataforma Cidade Democrática ou na maneira de participar/mobilizar se participasse do concurso novamente?